



Despejo em Odivelas coincide com bombas na casa do senhorio

Seis famílias, num total de 16 adultos e 32 crianças, foram ontem desalojadas de um prédio do lote do Bairro das Patameiras, em Odivelas, que haviam ocupado há mais de um ano. Um grande aparato policial rodeou a acção de despejo, ordenada a partir de pedido do proprietário, eng. Laurentino Agostinho de Almeida.

No acto de despejo ficaram feridas várias pessoas que, segundo testemunhos que recolhemos no local, foram atingidas pelas forças da ordem, que se apresentaram de elmos e viseiras, e carregaram sobre os populares.

Entretanto, duas bombas explodiram na residência do senhorio, esta madrugada. Pela 1.30, um engenho explosivo foi atirado para o jardim da residência do eng.

Agostinho de Almeida, tendo comparecido a polícia da Secção de Minas e Armadilhas. Às 4.45 h., foi colocada uma bomba nos degraus da escada de acesso à residência.

Informou-nos a P.S.P. que se deve tratar de granadas de mão defensivas, ou carga de pólvora preta de poder semelhante, com cordão lento e detonador pirotécnico.

Entretanto um senhorio que conseguiu outra acção de despejo, António Marques, também encontrou uma carga explosiva colocada junto à sua residência, chamando a Secção de Minas e Armadilhas, que neutralizou o engenho.

Junto da carga encontravam-se vários panfletos que a P.S.P. analisa.



Trinta e duas crianças foram ontem postas na rua, em Odivelas, juntamente com os pais: as acções de despejo voltaram em força

20 PÁGINAS

BALANÇO DOS PRIMEIROS DEBATES EM S. BENTO

MUITAS PERGUNTAS, POUCAS RESPOSTAS

Quatro horas no primeiro dia de debates: muitas interrogações, poucas respostas. Neste aspecto, a sessão de ontem da Assembleia da República continuou aquela em que, no princípio desta semana, Mário Soares apresentaria o seu programa de Governo.

As interpelações então produzidas pelos partidos continuaram sem resposta na sua maioria. Só que, desta vez, tendo a oposição oportunidade de concretizar melhor as suas dúvidas, encostou mais o Governo à parede.

A dúvida põe-se agora em saber qual será a atitude de

Mário Soares: deixar uma multidão de interrogações sem resposta, permitindo que as sessões se arrastem até quarta-feira, altura em que o seu programa «passará» sem mais incidentes, ficando o País em branco quanto a numerosas questões fundamentais, ou aceitar o repto da oposição e lançar-se na luta parlamentar, defendendo o que poder ser defendido?

Na sessão de ontem, em que se distinguiram as intervenções de Álvaro Cunhal, pela clareza e profundidade das questões levantadas, e a de Freitas do Amaral, pelas curio-

sas analogias estabelecidas entre as posições do seu partido e algumas passagens do Programa do Governo, ressalta uma nova pergunta: haverá ou não moção de rejeição do programa? A resposta é ainda difícil. No entanto, a prolongar-se a passividade do Governo, não se vê como poderá a oposição deixar seguir um programa que o Primeiro-Ministro não clarifica como se impõe.

Outro dado curioso: a contemporização do P. P. D., extremamente cordato nas suas referências ao Primeiro-Ministro, extremamente cauteloso nas poucas críticas que ousou fa-

zer. Some-se isso à agressividade do C. D. S. e teremos um resultado que aponta sem hesitações para o que nos bastidores poderá ter sido urdido entre um Mário Soares preocupado e um sorridente Sá Carneiro que não esconde o seu optimismo.

Nova sessão de debate está a decorrer esta tarde. Nela poderão talvez encontrar-se já algumas respostas às dúvidas que se põem. Uma delas passa por se saber se durante as quatro horas de ontem o P. S. se não limitou a registar, para estudar mais tarde e hoje já poder adiantar algumas respostas.

● Rádio e TV continuam a dar em directo

(PÁGS. 6/7)

Agenda carregada do C.R.

O Conselho da Revolução encontra-se reunido desde as 15 horas no Restelo, no Estado-Maior General das Forças Armadas, sob a presidência do general Ramalho Eanes e tendo como agenda de trabalhos, a habitual «análise da situação político-militar».

Admite-se que o caso do general Rangel de Lima, punido com dez dias de prisão disciplinar (e que se encontra, agora, em casa a cumprir a pena) venha a ser debatido, dado até o facto de a prisão resultar da exposição enviada ao general Ramalho Eanes (na qualidade de presidente do CR) e na qual se defende das referências que lhe são feitas no Relatório sobre os acontecimentos do 25 de Novembro.

Entretanto a hipótese de a composição do CR vir a ser

alterada por meio de eleições — questão fortemente agitada pelos órgãos de direita — pelos CDL, organização militar clandestina, considerada de extrema-direita — parece definitivamente afastada.

Outra questão que deverá ser abordada diz respeito à escolha do vice-chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, desconhecendo-se ainda qual o nome indigitado, embora o general Silva Cardoso e o tenente-coronel Loureiro dos Santos tenham sido nomes discutidos.

Julga-se também que a questão dos pides, (libertados progressivamente perante o espanto e indignação dos sectores progressistas), será discutida, nomeadamente o seu julgamento previsto para Setembro.

Outro ponto da reunião: a escolha dos dois membros que irão participar da Comissão Constitucional. Um dos nomes mais frequentemente citados é o do prof. Mota Pinto, que teria sido convidado para preencher um desses dois lugares.

Um semanário referia, entretanto, esta manhã que o comandante Almeida Costa teria sido encarregado de preparar o regimento do Conselho, enquanto que a Vítor Alves teria sido cometida a tarefa da sua remodelação orgânica. Este facto vem, em suma, desmentir as profecias de um matutino que ontem rezava estar o CR «em vias de extinção». Ao contrário, portanto uma longa vida parece destinada a um dos nossos mais importantes órgãos de soberania.

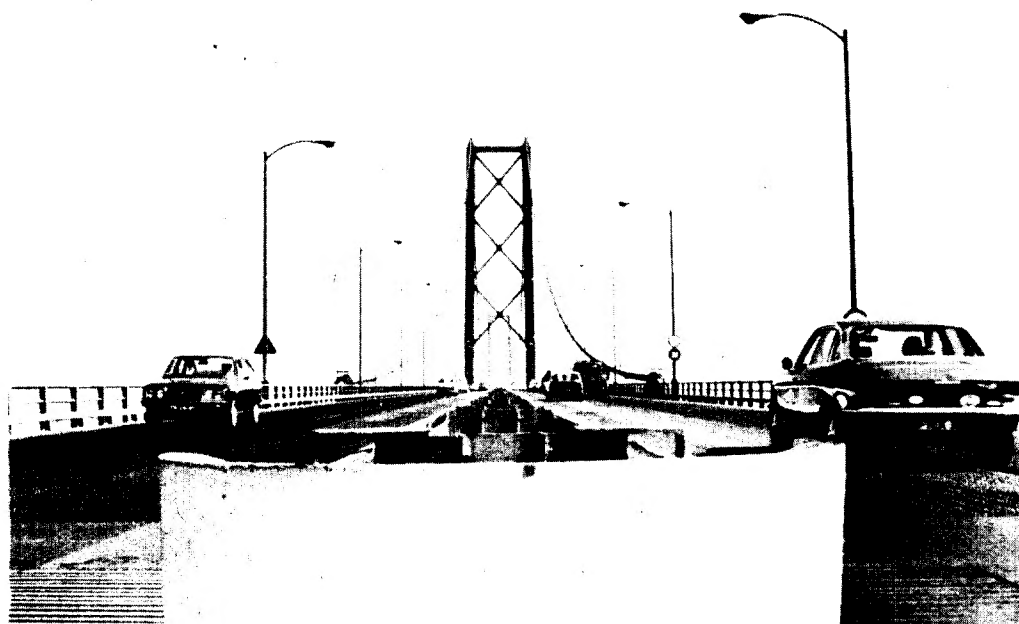
Carrillo disposto a negociar com Suárez

PARIS, 6 — (F/«DL») — Numa entrevista concedida ao jornal «L'Humanité», órgão central do P.C.F., Santiago Carrillo, secretário-geral do Partido Comunista Espanhol, declarou-se «disposto ao diálogo» com o Governo de Adolfo Suárez. Entretanto, Carrillo, ao fazer a proposta de negociação, coloca algumas condições como o fim das proibições políticas franquistas, a permissão

Continua na pag. 20

Ponte sobre o Tejo faz hoje dez anos

A ponte sobre o Tejo, rebaptizada «de 25 de Abril», faz hoje dez anos. Oitenta milhões de veículos já entretanto a utilizaram, deixando nas bilheteiras, em números redondos, qualquer coisa como milhão e meio de contos. Aliás, o aumento do tráfego tem vindo a ser constante: dos 3,5 milhões de passagens registadas em 1967 subiu-se para quase 13 milhões no ano passado. A obra, recorda-se, importou em 2.145 mil contos e a adjudicatária, United States Steel, tinha à sua frente vinte anos de amortização. Vai encher-se de dinheiro.



Nacional

Política de A a Z

DIÁLOGO COM O PAÍS

Queremos construir um «País Novo». Nessa perspectiva de trabalho e de esperança, nem todo o tempo vivido desde a radiosa manhã de 25 de Abril — manhã da libertação, manhã da Liberdade — poderá ser considerado tempo perdido. A «Revolução» não teve um curso linear. Naturalmente. O «processo revolucionário» — e há por aí quem não suporta a expressão — teve um curso acidentado, complexo, contraditório. Bem o sabemos. Foram dois anos de luta política e de luta de classes. No balanço que destes meses de radicais transformações fará a História, vistos os perturbados e exaltados dias que vivemos no «tempo longo» da vida social de um País com oito séculos de História, eles foram positivos. Assinalam o início (e as contradições) de uma longa jornada. No diálogo que, através dos eleitos da Assembleia da República, ou tomando-os como testemunhas idóneas, encetou com os Portugueses, Mário Soares, Primeiro-Ministro do 1.º Governo constitucional, é dessa tarefa que fala. E é no sentido de estabilizar uma situação que ameaçou degradar-se, de acumular meios e forças para construir um «País Novo» que se deverá entender o diálogo com o País, o diálogo com os Portugueses, com os democratas e antifascistas portugueses, com os trabalhadores, que o Primeiro-Ministro se propõe, não só para a todos dar conhecimento da situação real, como para nos mobilizar para as tarefas a que, legitimamente, não é possível recusar cooperação. A construção do «País Novo» exige o diálogo e exige a convergência. Precisamos saber para onde caminhamos e qual é o significado dos actos em que participamos.

Precisamos ter a consciência de que não será ao Governo, ou a um «partido», e muito menos a um homem, que caberá a responsabilidade de uma recuperação e de uma arrancada. Porque é no caminho da sociedade socialista, e para a atingir, que nos são hoje propostos a austeridade, e um reforço da disciplina de trabalho, novos trabalhos duros. A batalha entra numa nova fase. Depende dos democratas, dos antifascistas, de todos os trabalhadores, dos homens e das mulheres progressistas, que, desta nova fase de recuperação, arranquemos para novas vitórias, para novas conquistas políticas, económicas, sociais, culturais. A constitucionalização da vida nacional não marca o termo do «processo revolucionário em curso». A «Constituição» não é — como alguns desejariam — o epítáfio da «Revolução». A «Constituição» — e por esse motivo ela deverá ser defendida — é um programa para a institucionalização da Democracia e para o avanço para o Socialismo.

COEXISTÊNCIA CONCORRENCIAL

A expressão «coexistência concorrencial» surge no discurso do Primeiro-Ministro como uma definição das relações entre o vasto e importante «sector público» da nossa economia e o sector que ficará reservado (e garantido) ao capital privado. Pretende-se, durante uma longa fase (esta não claramente definida no discurso) garantir posições ao capital privado de modo a que a economia do «País Novo» (em construção) beneficie dessa considerável fonte de investimentos. Durante essa fase transitória, dita de «coexistência concorrencial» (entre o «sector público» e o «sector privado»), haverá que fazer alinhar com as posições do «sector público», o «sector autogestionário» e o «sector cooperativo». Na realidade, se ao «sector público», aos seus trabalhadores, técnicos e gestores, cabe um papel decisivo no sucesso dessa «coexistência concorrencial», ao Governo caberá tomar uma série de medidas no sentido de assistir técnica e financeiramente ao «sector público», ao «sector autogestionário» e ao «sector cooperativo»; e ao próprio «sector público» cabe a iniciativa de participar nessa «coexistência concorrencial» não só aumentando a produtividade, qualidade da produção, não só modernizando e inovando técnicas e métodos, como prestando apoio preferencial aos sectores não-privados (o «sector autogestionário» e o «sector cooperativo») e no «sector privado» à pequena e média produção e à produção artesanal. Num País de pequenos industriais e de artesãos, ao «sector público» cabe, nessa fase de «coexistência concorrencial», um relevante papel no sentido de fomentar o progresso económico e de impedir a recuperação capitalista, a coligação monopolista (ou para-monopolista) do «sector privado», a absorção dos pequenos industriais (e dos pequenos comerciantes) por iniciativas que contem com recursos financeiros importantes ou com importante apoio externo.

A «Coexistência concorrencial» só triunfará das manhas e malhas da recuperação capitalista, se não se limitar — e isso depende dos trabalhadores do «sector público» — a uma facilidade política e administrativa, e se vier integrar-se numa consciente batalha de classe.

A «Coexistência concorrencial» é uma fase transitória, uma etapa, no caminho para a sociedade sem classes (art.º 1 da Constituição da República), para o socialismo.

A PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES

Quanto trabalhadores saíram das fábricas, dos campos, dos serviços, para integrarem este «Governo socialista»? A pergunta poderá parecer maliciosa; não é, todavia, questiona ou venhosa. Na atitude crítica que propomos ao «cidadão governante» e ao «cidadão governado», colocamos uma questão de alcance político: o «poder dos trabalhadores» tarda a concretizar-se. E o «poder dos trabalhadores» não é verdade Manuel Alegre? — é a condição do Socialismo. Não devemos perder uma qualquer ocasião para ultrapassar a «tecnocracite» e a «bacharelite». E por razão alguma deste mundo deveremos perder a agudeza crítica em relação a um «Governo socialista». Perguntemos, então: não será este tipo de «Governo-gestor» a imagem mesma da tecnocracia, a imagem mesma da bacharelite? António Sérgio — se nos acompanhasse — teria algumas páginas a escrever sobre a nossa «tecnoburocracia-de-Estado».

Hiroshima foi há trinta e um anos

Eram 8 e 15 da manhã. A poderosa fortaleza voadora «B-29», com o nome «Enola Gay» escrito no focinho, havia deixado a base de Timian há algum tempo, chegara já a território japonês sem novidade e voava a grande altitude. Uma ordem veio pelo rádio: o comandante da fortaleza obedeceu imediatamente, accionando um mecanismo qualquer. A barriga do avião abriu-se: Algo que pesava quatro toneladas, com três metros de comprimento por 75 centímetros de diâmetro, começou a cair sobre Hiroshima, até então uma próspera cidade nipónica de 400 mil habitantes, um enorme para-queda guiava a trajetória. Pouco depois, lá em baixo, o clarão do sol, o cogumelo de fumo, a morte. O equivalente a 20 mil toneladas de dinamite arrasava 12 quilómetros quadrados da cidade. A primeira bomba atómica havia caído mesmo no ponto onde era mais alta a densidade populacional de Hiroshima. Em alguns segundos não havia pedra sobre pedra. Pelo chão, misturados aos escombros, gemiam completamente queimadas 70 mil pessoas. Outras 80 mil não gemiam: estavam desintegradas, ou «simplesmente» mortas. Três dias depois cena idêntica era repetida em Nagasaki. Assim os Estados Unidos dobraram o império japonês, venceram definitivamente a 2.ª Guerra Mundial e inauguraram a «era atómica». Tudo em nome de uma civilização dita «ocidental e cristã», e da «democracia». Foi há 31 anos, completados hoje.

C.P.P.C.

Aproveitando a data, o Conselho Português para a Paz e Cooperação convocou para ontem uma conferência de Imprensa, onde os assuntos principais foram o desarmamento e o novo Apelo de Estocolmo. O prof. Pinto Correia, mem-

bro do C.P.P.C., citando fontes da O.N.U., lembrou que actualmente as despesas militares efectuadas no Mundo equivaliam a duas vezes e meia o que é gasto com a Saúde, uma vez e meia o que é gasto na Educação e 30 vezes o valor dos auxílios económicos prestados

O primeiro, lançado em 1950, numa época difícil para a paz mundial, conseguiu fazer com que o uso das armas atómicas fosse considerado como crime contra a humanidade, depois de recolher 500 milhões de assinaturas em seu apoio.

O novo Apelo de Estocolmo

mo e o colonialismo), termina com a exortação à convocação imediata, pela O.N.U., de uma Conferência Mundial de Desarmamento, mesmo contra a vontade já expressa dos governos dos Estados Unidos e da China, com prejuízo para os seus próprios povos.



O centro de Hiroshima fotografado pouco depois do lançamento da bomba «A» americana

nos países subdesenvolvidos. (No caso português, entre os anos de 1967 e 1969, 6,7 por cento do Produto Nacional Bruto foram gastos em armas, enquanto 1,3 por cento era dispendido na educação e 0,7 por cento na Saúde).

Como médico, chamou a atenção para os efeitos da guerra química e biológica e citou estatísticas que demonstram os efeitos do estúpido bombardeamento norte-americano sobre o Japão, mais político do que propriamente militar.

Quanto ao novo Apelo de Estocolmo, lançado no ano passado, propõe-se mais uma vez transformar o poder da opinião pública numa acção unitária.

é lançado num momento em que a corrida armamentista atinge proporções jamais vistas, sobretudo em dois aspectos: o primeiro na acumulação de potência letal, capaz de riscar a civilização da terra (como exemplo cita-se que os Estados Unidos em 1975 possuíam um «stock» de 8000 megatoneladas, ou seja 615.385 vezes a bomba de Hiroshima, o que é capaz de matar 12 vezes a população do Mundo), o segundo referindo-se à drenagem económica que a corrida aos armamentos provoca.

O novo apelo de Estocolmo, depois de afirmar que a defesa da paz é possível e que a corrida aos armamentos encoraja as forças agressivas (o fascis-

Por todo o Mundo milhões de pessoas já assinaram esse novo apelo. Em Portugal, ele passou por vários sectores laborais e pela Assembleia da República, e vai continuar a receber assinaturas até 15 de Setembro. O documento será entregue em Helsínquia e depois encaminhado à O.N.U.

A propósito: a Constituição Portuguesa, no seu Artigo 7.º, preconiza o «desarmamento geral, simultâneo e controlado, a dissolução dos blocos político-militares, e o estabelecimento de um sistema de segurança colectiva com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos».

Já não há «Festival de los Pueblos de Europa»?

Programada para o período de 9 a 15 deste mês, a Semana de Solidariedade dos Estudantes Europeus com os Universitários Espanhóis, em Santander, parece agora fortemente comprometida pela ameaça do sistema repressivo espanhol. Tratando-se de uma iniciativa que poderia abalar as estruturas (pretendia-se que fosse a maior manifestação antifascista na história do fascismo em Espanha) as autoridades não parecem dispostas a consentir que os arredores de Santander se transformem numa gigantesca «cidade de lona» com 200 mil estudantes de toda a Europa. Alguns jornais espanhóis dão notícia da posição do Governo: «El proyectado festival

de los pueblos europeos de Santander se evitara por todos los medios».

Entretanto, a realização da Semana ou o seu cancelamento, depende, talvez, do resultado de uma entrevista, em Madrid, entre a Comissão Promotora e o ministro do Interior. Oficialmente, a Comissão desconhece a proibição.

Por outro lado, está prevista a realização de uma conferência de Imprensa, promovida pela Comissão de Solidariedade, através da qual serão divulgadas as formas de luta a adoptar caso o Governo procure impedir a grande jornada de solidariedade europeia para com a Universidade de Espanha.

A luta dos jovens universitários espanhóis fez entretanto despoletar um sentimento de solidariedade que ultrapassa a fronteira dos estabelecimentos de ensino. Operários e camponeses de toda a Espanha e do resto da Europa manifestam-se através dos seus sindicatos e das comissões de moradores e trabalhadores, enviando a sua mensagem de fraternidade. Algumas destas mensagens são um apelo à resistência, pela realização da Semana: «Por favor, não se rendam. Continuem!»

Depoimentos confiados ao «DL» por jovens ligados à promoção deste «Festival dos Povos da Europa», fazem supor que os receios de «El Gobierno» não são tanto pela concentração de 200 mil estudantes em Santander, mas pelo perigo que podem representar para a «segurança do Estado» as mesas-redondas programadas, através das quais se pretendia esclarecer as pessoas sobre os caminhos da Universidade em Espanha e, por reflexo, a situação em que mergulha o próprio país. As «mesas-redondas» iriam, indubitavelmente, levar a uma maior organização popular que importa ao Governo reprimir «por todos los medios».

De facto, e conforme o portunamente referimos, o programa da Semana incluirá, para além da inauguração de uma exposição de obras de arte, várias «mesas-redondas» sobre a «vi-

da intelectual e científica na II República», «problemas da agricultura espanhola», «o problema das nacionalidades na Europa e Espanha», «opções económicas numa Espanha democrática», «liberdade de expressão e censura», «problemática da Universidade espanhola».

O APOIO DE OTELO

De entre as personalidades antifascistas portuguesas que manifestaram já o seu apoio à Semana de Solidariedade dos Estudantes Europeus com os universitários espanhóis, conta-se o major Otelio Saraiva de Carvalho.

Vários escritores e artistas portugueses manifestaram igualmente a sua adesão ao Festival dos Povos da Europa, que contava com a presença de Jean Paul Sartre, entre as primeiras figuras do pensamento europeu.

Seja como for, realizando-se ou não a Semana de Solidariedade, os estudantes espanhóis preparam-se para Outubro, que deverá ser um mês excepcionalmente quente em Espanha. Pela sua parte, os estudantes batem-se pela democratização da escola. Com o apoio dos operários e camponeses, tentarão alcançar objectivos que transcendam a classe, para dizerem respeito a todo o povo espanhol: a democratização do país.

CABELEIREIROS AVISAM SENHORAS

NÃO TRABALHAM AO SÁBADO — O AGOSTO — SÓ

SÉRGIO E MARGARIDA

AV. DA REPÚBLICA, 5 — TEL. 57 24 01

(ao Saldanha Metro)

FUNCIONALISMO PÚBLICO

Organismo oficial em estruturação pretende destacar para os seus serviços em Lisboa, Porto, Vila Real, Évora, Horta e Funchal, funcionários do quadro técnico de outros departamentos do Estado ou do Quadro de Adidos.

Resposta a este jornal ao número 1651, indicando «currículo», idade, categoria e serviço actual.

post-scriptum

A unidade é a força dos trabalhadores

O povo português, na sua grande maioria, já demonstrou exuberantemente que está ligado ao lado das forças da esquerda, com a maior repulsa pelo fascismo.

Mas, a reacção procura recuperar o domínio, político e económico, que sempre manteve sobre os explorados deste país, que tem sido uma «quinta» dos senhores feudais ao longo dos séculos. E há outros «novos senhores», associados àqueles, que não desistem de nos arrolar entre as repúblicas das bananas, para sua exploração. E assim se vão entendendo na finalidade Comum.

Por outro lado, meio século de fascismo permitiu-lhes ocupar, como serventários fiéis, os principais lugares da administração pública e privada, que mantiveram na quase totalidade mesmo depois do 25 de Abril, apesar do «susto» que foram os decantados «saneamentos». Veja-se o que se passa, por exemplo, nos tribunais, na Imprensa e noutros lugares para se aquilatar dos perigos que corre a Democracia entre nós. Os «oportunistas» já tiraram as máscaras e mostram os dentes.

Os antifascistas já são ameaçados e perseguidos sem qualquer reboço. A imprensa regional da esquerda desapareceu e pululam as «folhas» reaccionárias, sem se saber quem as paga.

Continuamos convencidos que os órgãos de soberania, livremente escolhidos pelo povo, continuam ao lado deste. Por outro lado, os principais partidos da esquerda, como o P.S. e o P.C.P., têm a esmagadora maioria das forças trabalhadoras e mais capazes de sacrifícios e de luta, a que já estão habituadas. Mas, é imprescindível que se não dividam. Sob pena de serem esmagadas pelo inimigo comum.

Talvez nunca a unidade fosse tão necessária para defender a liberdade, a Democracia e o Socialismo. Os trabalhadores não podem esquecer a sua «unidade», que é a sua força.

A. Campos Carvalho
— PORTO

O que se tem feito em prol dos desempregados

Sou um desempregado que logo após o glorioso 25 de Abril se viu numa situação crítica, conseguindo fazer face às necessidades diárias por via de algum dinheiro que tinha economizado com muitos sacrifícios e privações.

Fui deste modo evitando que o Governo tivesse que despendar comigo mais um subsídio, a que tinha direito pela lei vigente, mas que eu em consciência evitava, gastando as economias que avaramente tinha guardado para um futuro melhor.

Mas as economias, que não eram muitas, acabaram. Vi-me então na necessidade de pedir o subsídio de desemprego, o qual me foi concedido mas com uma certa dificuldade, pois como sou artista de variedades e o meu nome, felizmente ou infelizmente, é muito conhecido em quase todo o País, e os senhores que concedem os subsídios e os autorizam pensam que os artistas são milionários e não têm necessidades como qualquer simples mortal, e como a burocracia na nossa terra é repugante, na sua antiga rotina, depois de horas e horas perdidas, montes de assinaturas feitas, perguntas e interrogatórios de género policial, lá me foi concedido o subsídio de desemprego que me era pago todos os meses em cheque enviado pela Caixa de Previdência dos Trabalhadores de Espectáculos.

Este subsídio, apesar de monetariamente reduzido, sempre me dava para que eu, minha mulher e um filho de 17 anos, pudessemos pagar a renda da casa. Não dava para mais nada, mas dava para termos casa.

Ora acontece que este mês, quando esperava o subsídio, recebi uma comunicação da Caixa de Previdência informando-me que só me tinham a pagar 17 dias do mês de Julho, visto que os 6 meses que por lei eram autorizados caducavam, e que a partir dessa data não haveria mais subsídio.

Pergunto a quem de direito como é que vou viver a partir de agora e faço a mesma pergunta à opinião pública consciente e humana, se ainda continuo desempregado, sem quaisquer recursos monetários nem proventos que me venham de parte nenhuma, e sem a mínima possibilidade de poder pagar a renda da casa. Digam lá, senhores governantes deste esclarecido País, como é que pensam resolver este problema e o de milhares de desempregados, se só autorizam que eles vivam 6 meses abrigados sob um tecto e depois os abandonam.

Dar-se-á o caso de eu, minha mulher e meu filho não termos o direito de viver e comer, tal e qual como os senhores ministros que nos governam (a mim desgobernem)? Não temos nós os desempregados barriga como eles? Só temos o direito de sobreviver indecentemente durante 6 meses?

Depois chamam nomes selváticos aos desgraçados que roubam para viver e para dar de comer aos seus, não se preocupando em indagar, profundamente e com consciência, o porquê desses roubos. Se os senhores mandões que só nos dão «conversas em família», como nos tempos antigos de má memória, e promessas para adormecer meia dúzia de convictos palermas, se preocupassem consciente e honestamente em descobrir a verdade e a necessidade da maior parte desses roubos que infelizmente todos os dias acontecem neste País, com certeza corariam de vergonha e muito sinceramente diriam para com eles: mas o que é que nós estamos a fazer em prol deste País e a favor dos desempregados?

Tino Costa
— RIO DE MOURO

JOSEP VIDAL (P.T.E) AO "DIÁRIO DE LISBOA" ORGANISMOS DAS NACIONALIDADES E COORDENAÇÃO DEMOCRÁTICA DEVEM FORMAR UMA FRENTE SÓLIDA

A luta dos povos das nacionalidades do Estado espanhol pelos seus direitos nacionais é uma firme coluna no contexto da luta pela democracia em Espanha. O reconhecimento do direito à autodeterminação dos povos de Catalunha, Euskadi e Galiza e a formação de governos provisórios autónomos das três nacionalidades no momento do restabelecimento da democracia política são objectivos procurados. Neste sentido o reforço da unidade política entre os organismos unitários das diferentes nacionalidades e a Coordenação Democrática, intensificado com as reuniões que têm tido lugar após a celebração da «Semana pela Amnistia» do 5 a 11 de Julho, tem constituído um importante passo para a causa da democracia de todos os povos de Espanha.

Hoje trazemos às páginas do «DL» uma figura representativa do movimento das nacionalidades: trata-se de Josep Vidal, secretário político do Comité Nacional da Catalunha do Partido do Trabalho de Espanha que nos falou acerca da última reunião da Assembleia de Catalunha.

«DL» — Quais foram os acordos mais importantes da reunião da Comissão Permanente da Assembleia da Catalunha?

JV — Em primeiro lugar quero destacar a importância do «Manifest per la ruptura» (Manifesto pela Ruptura) aprovado nesta reunião. O seu significado está na clareza e na firmeza com que são exprimidos os princípios democráticos face às tentativas do reformismo de enganar o povo com falsas promessas de democracia e de dividir as forças do campo democrático. É especialmente destacável o facto de o Manifesto expressar que «qualquer negociação pela ruptura tem que exigir um período constituinte garantido mediante a formação de um governo provi-

sório ao nível do Estado».

No momento em que diferentes forças políticas consideram as democráticas pretendem diluir questões fundamentais para o restabelecimento da democracia, como é a formação do governo provisório, pela primeira vez a Assembleia fala explicitamente do organismo que

pretende desenvolver uma mobilização popular para impedir que as autoridades fascistas realizem factos que sejam irreversíveis (ordenação do território, urbanismo, ambiente...) para as condições de vida do povo, como podem ser os exemplos do pântano de Rialp, certos aspectos do Plano Co-

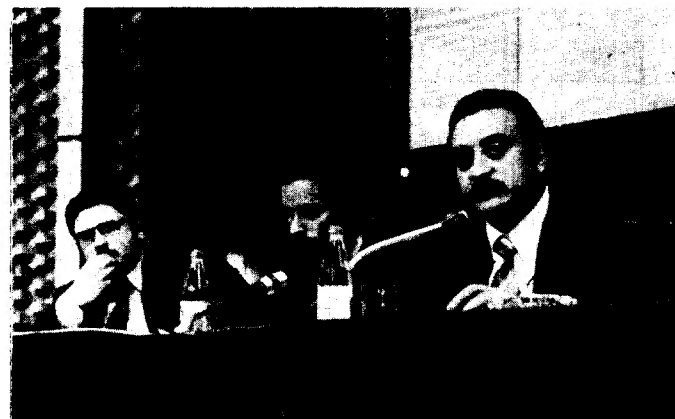
de 1932 e da formação de um governo provisório autónomo desde o momento da ruptura, mesmo que não inclua plenamente o direito de autodeterminação, permite o entendimento das forças políticas catalãs com a Coordenação Democrática.

O problema levanta-se no momento de ver-se qual o organismo que deve negociar com a Coordenação. Por parte do Consell entende-se que deve ser este o que não é possível dado o carácter exclusivo do mesmo (na Assembleia há forças políticas não presentes no Consell).

Pela nossa parte a única solução é a formação de um organismo «única voz de Catalunha» (única voz da Catalunha) composto por todos os partidos políticos da Assembleia, todas as forças sindicais e os independentes. Um organismo deste tipo contaria, com toda a certeza, com a aprovação da A. de C., e estaria capacitado para negociar com outras forças políticas da Catalunha que não formem parte de instâncias unitárias e sejam pelo restabelecimento da democracia e chegar ao entendimento unitário com todas as forças e instâncias do Estado espanhol, em nome do povo da Catalunha.

«DL» — Como valorizam VV. as iniciativas aprovadas na reunião da Comissão Permanente?

JV — O nosso partido está plenamente convencido de que a realização das iniciativas aprovadas na reunião tem que possibilitar o fortalecimento de assembleias democráticas de base em bairros, vilas e comarcas, e entendemos que esse alargamento da unidade do povo cria as condições favoráveis à preparação de uma mobilização política que acabe com a resistência dos inimigos da democracia e recobre todos os direitos democráticos da Catalunha.



Joan Anton Sánchez Carreter, representante do P. T. E. na Assembleia da Catalunha, junto a J. Antonio Alonso e Nazario Aguado, durante uma conferência de Imprensa na Faculdade de Económicas de Barcelona

tem de garantir a devolução da soberania ao povo.

A seguir a este manifesto a Assembleia da Catalunha vai levar a cabo uma campanha de reuniões unitárias que têm de ser a base de uma ampla mobilização do povo pela liberdade. Mais uma vez a A. de C. assume a responsabilidade política do organismo mais representativo do povo catalão.

A Comissão Permanente tem cabido denunciar o carácter antidemocrático da Lei de Associações Políticas, após estudar um extenso informe apresentado pela Justiça Democrática de Catalunha (organização dos magistrados democratas catalães).

Por último quero também assinalar a iniciativa da preparação de uma campanha que, sob o nome de «salvem os catalães para a democracia»,

marcal de Barcelona, montureiras, auto-estradas... e mesmo o embalse do rio Ebro.

«DL» — Na Catalunha coexistem ainda dois organismos unitários da oposição democrática: a própria Assembleia e o Consell de Forces Polítiques. O vosso partido apresentou uma proposta acerca da unidade das forças democráticas da Catalunha. Qual é o seu significado e até onde chega?

JV — Apresentamos uma proposta no sentido de solucionar os problemas que na Catalunha origina a existência de dois organismos que se inter-relacionam nas suas funções. Este problema subiu ao primeiro plano após a entrevista que tanto a A. de C. como o Consell mantiveram com a Coordenação Democrática. O reconhecimento por parte desta do Estatuto de Autonomia

MADRID ENTERRA SÍMBOLOS DO FRANQUISMO

A Espanha enterra, um após outro, os símbolos do franquismo, desagregando pouco a pouco a «fortaleza» jurídica e policial que, há trinta e sete anos, para cá dos Pireneus, barra o caminho à democracia. sejam quais forem as sequelas de autoritarismo, os afrontamentos contínuos no seio do «aparelho» e os riscos de marcha atrás, mede-se hoje — menos de um ano após a morte do Caudillo — o caminho percorrido.

O «afastamento» brutal de Arias Navarro, velho companheiro de percurso, a 1 de Julho, representa já aos olhos dos espanhóis uma espécie de segunda morte de Franco, enquanto que, algumas semanas antes, os primeiros congressos dos sindicatos, em princípio clandestinos, tinham permitido — coisa extraordinária — ouvir a Internacional, cantada em Madrid. A amnistia concedida por Juan Carlos, a própria utilização desta palavra, não cons-

tituem o menos espectacular dos gestos «históricos». Oito meses depois da subida ao poder o jovem rei, e na sequência de um primeiro «indulto» que, em Novembro de 75 tinha desiludido muitas esperanças, este gesto mostra que a vontade de voltar a página é, desta vez, bastante clara.

Sem dúvida, dever-se-á aguardar a possibilidade de examinar o texto do decreto as indicações dadas aos magistrados para a sua aplicação e a contagem exacta dos beneficiários para tirar a medida exacta ao perdão real. Mas as primeiras reacções favoráveis da oposição e, nomeadamente, a do Partido Comunista que, invocando as inúmeras manifestações de rua a favor da amnistia saídas a «vitória das forças democráticas», são já reveladoras.

O Governo de Adolfo Suarez, logo que constituído, teve de enfrentar as censuras ina-

tendidas dos liberais e a desconfiança da oposição. Será, indirectamente, um dos primeiros beneficiários da medida que representa também uma delcaração de intenções.

Antes que seja totalmente liquidada a sombria herança da guerra civil, restam ainda ao rei e ao seu governo várias hipotecas a levantar. A primeira concerne evidentemente, a legalização do Partido Comunista. Este, reunindo de uma forma espectacular o seu comité Central, em Roma, acaba de sair da clandestinidade ao fim de quarenta anos. Toda a Imprensa espanhola publicou, pela primeira vez, declarações e fotografias dos seus dirigentes. Assim, o partido de Santiago Carrillo, esperando uma legalização inevitável a prazo, encontra-se já reconhecido, «de facto» pela opinião pública.

A segunda hipoteca toca a base dos muros da «fortaleza» franquista que continua de pé e os últimos franquistas que

— no seio da polícia, da administração, e do exército — não desarmaram. Juridicamente, e apesar da recente reforma do Código Penal, continua a ser possível lançar na prisão os autores de «delitos» semelhantes aqueles que acabam de ser amnistiados, nomeadamente os militantes dos partidos julgados «totalitários». Uma amnistia mesmo larga perderia muito do seu significado se continuassem a multiplicar-se, amanhã, por ocasião das manifestações, as prisões maciças.

Mas é em definitivo sobre um último ponto, o da legitimidade, que o novo regime terá cada vez mais dificuldades em se separar do passado. Escolhido por Franco, por ele instalado no trono, Juan Carlos — enquanto não quiser aceitar e enfrentar a prova das eleições — não poderá iludir a eterna — e simbólica — questão «Quem te fez rei?».

Nacional

Agravamento geral dos impostos é retroactivo

A população, e em particular a trabalhadora, vai ser chamada uma vez mais a pagar os custos da inoperância administrativa e da incapacidade do governo em delinear uma política económica e financeira adaptada às necessidades do país. Com efeito, o imposto profissional e o imposto complementar acabam de ser de novo agravados, por decisão do VI Governo, que introduz ainda o efeito retroactivo para o imposto complementar relativo aos rendimentos das entidades, singulares e colectivas, de 1975. É ainda criado, «a título transitório», um adicional que atinge quase todos os impostos directos.

As novas taxas do imposto profissional são as seguintes:

e 96.º do Código da Contribuição Industrial, passam a ser as seguintes:

- a) 15% sobre a parte do rendimento colectável não superior a 1.000.000\$;
- b) 18 % sobre a parte do rendimento colectável superior a 1.000.000\$ mas não ultrapassando 5.000.000\$;
- c) 20% sobre a parte do rendimento colectável superior a 5.000.000\$.

IMPOSTO DE CAPITAIS

O artigo 21.º do Código do Imposto de Capitais passa a ter a seguinte redacção:

A taxa do imposto de capitais é de 22% salvo nos casos previstos nos parágrafos se-

As novas taxas do Imposto Complementar, secção A, são as seguintes:

posto do Selo, cujo pagamento deve ser feito por aquela forma. O papel já selado com a

Rendimento colectável (contos)	Taxas (percentagens)	
	Normal (A)	Média (B)
Até 50	4	4
De mais de 50 até 100	6	5
De mais de 100 até 200	8	6,5
De mais de 200 até 300	14	9
De mais de 300 até 400	20	11,75
De mais de 400 até 500	26	14,6
De mais de 500 até 600	34	17,833
De mais de 600 até 700	42	21,286
De mais de 700 até 800	50	24,875
De mais de 800 até 900	60	28,778
De mais de 900 até 1000	70	32,9
Superior a 1000	80	-

Enquanto as novas taxas do imposto complementar, secção B, passam a ser:

taxa de 10\$00 continua em vigor até à sua extinção, devendo a diferença entre esta e a

Para as sociedades em geral:

Rendimento colectável (contos)	Taxas (percentagens)	
	Normal (A)	Média (B)
Até 100	6	6
De mais de 100 até 1000	8	7,8
De mais de 1000 até 5000	10	9,56
Superior a 5000	12	-

Para as pessoas colectivas não sociedades, estas taxas são reduzidas à terça parte.

CRICADO UM ADICIONAL DE 10%

Foi criado igualmente um adicional de 10% a várias contribuições e impostos, cuja liquidação venha a ser efectuada a partir de agora. Este adicional recairá sobre o Imposto Profissional sobre os rendimentos respeitantes ao ano de 1976; sobre o Imposto Complementar, secção A sobre o rendimento respeitante ao ano de 1975; e ainda sobre a contribuição industrial, a contribuição predial, a contribuição urbana, os impostos de capitais, os impostos de mais-valias, o imposto sobre as sucessões e doações.

AGRAVADO O IMPOSTO DO SELO

A taxa do papel selado é fixada em 15\$00, considerando-se alteradas em conformidade as taxas da Tabela Geral do Im-

nova taxa ser completada por meio de estampilhas fiscais, coladas na parte superior do papel e inutilizadas nos termos legais.

Finalmente, as importâncias de licenças, taxas, multas e seus limites, bem como as pagas no acto da apresentação de denúncias em serviços públicos, fixadas em quantitativos específicos, e que constituam no todo ou em parte, receita do Estado, são actualizadas com aplicação dos seguintes coeficientes, conforme o ano em que foi estabelecida a respectiva importância em vigor à data da publicação deste diploma:

Anteriormente a 1921	30
Em 1921 e 1922	20
Em 1923	10
De 1924 a 1942	5
De 1943 a 1959	3
De 1960 a 1973	2

Ficam excluídas desta actualização as licenças e taxas constantes da Tabela Geral do Imposto do Selo e, bem assim, a taxa militar.

Mais um torcionário libertado

Pide Sacchetti saiu de Caxias

A libertação de «pides» prossegue. Sacchetti, inspector e mais tarde subdirector da PIDE/DGS encontra-se em liberdade desde 22 de Julho último, segundo revela hoje «O Jornal». Mais um agente da mais bárbara repressão fascista ganha a liberdade sem ter respondido pelos seus crimes.

José Barreto Ferraz Sacchetti Maleiro, depois de ter dirigido a PIDE em Coimbra até 1963, foi transferido para Lisboa e promovido a funções de subdirector, atingindo uma «cotação» entre os torcionários que o chegou a colocar a par de Barbieri Cardoso como um dos homens mais importantes daquela criminosa organização. Considerado em certa altura como o «cérebro» da António Maria Cardoso, acabou por ser vítima do seu próprio extremismo que lhe não permitiu uma rápida «adaptação» ao marcelismo e o levou a «afastar-se».

Com um «cadastro» dos mais volumosos, Sacchetti seria detido após o 25 de Abril permanecendo em Caxias todos estes meses... para finalmente ser libertado «provi-

soriamente» em 22 do mês passado, acompanhando os seus sinistros «colegas» Abílio Pires, Galante e Rodrigues Rego.

Em Caxias — segundo se julga — permanecem ainda Fernando Eduardo da Silva Pais (director-geral), Alvaro Augusto de Carvalho (director de serviços), os inspectores adjuntos Fernando Araújo Gouveia, Sílvia de Costa Moratuga, Henrique de Sá Seixas e Adelino da Silva Tinoco, os inspectores Américo da Silva Carvalho, Jaime Augusto Gomes da Silva e Agostinho Geraldo Silero Tienza; os subinspectores António Capela, José Gonçalves, Jaime Nunes Paulino e António Baptista da Silva; os chefes de brigada José Luís Inácio Afonso, Benedito Pereira André, Joaquim dos Santos Costa e Manuel Duarte Sballo; os agentes de 1.ª classe António Domingues e de 2.ª classe João Rolo Carapeto Cidades.

A sério, encontram-se tantos que seria impossível enumerar. Recorde-se apenas o caso de Rogério Coelho Dias, que por sinal atê exerce funções oficiais importantes.

M.S.U. EM COMUNICADO

Carlucci actua em Portugal como em território ocupado

«Mobilizemo-nos contra a escalada fascista» assim se intitula um comunicado do Movimento Socialista Unificado (MSU), agora divulgado, e que aborda nomeadamente o propalado regresso de Spínola, os movimentos de militares fascistas no interior das unidades, a impunidade dos «pides» e bombistas e o enfundamento militar do nosso país à NATO e ao imperialismo.

Relativamente a Spínola o comunicado do M.S.U. assinala que, contando com «contra-dições do actual poder, com a perspectiva de um simulacro de justiça como a que tem sido feita a outros conspiradores», o responsável pelo 28 de Setembro e pelo 11 de Março prepara-se para voltar e «o seu regresso é uma afronta e uma provocação ao povo português que a direita saberá explorar».

Quanto aos CDL, o comuni-

cado nota «que se preparam e organizam para o golpe que destruiria as conquistas democráticas das massas», enquanto «os homens do 25 de Abril, militares progressistas, são ou continuam afastados das suas unidades, são incriminados e manietados por situações de liberdade condicional e residência fixa».

O M.S.U. exige ainda o julgamento dos «pides» e a prisão dos bombistas, recorda que o embaixador dos EUA actua em Portugal «como em território ocupado» e sublinha que «a burguesia está dividida e não se reconhece ainda integralmente no actual governo. Aguarda, por isso, que o mesmo seja vítima das suas contradições e ambiguidades para intervir, explorando a situação de crise e a instabilidade criada».

CONSEQUÊNCIAS DA NACIONALIZAÇÃO

Aproveitamento dos terrenos das instituições de crédito

Foi criada uma Comissão Instaladora para o aproveitamento dos terrenos das instituições de crédito nacionalizadas e do Instituto Nacional de Seguros, na sequência de estudos já efectuados pelo G.A.T.I.C., grupo de trabalho constituído em Novembro do ano passado por esse efeito, e que apontam a necessidade de concentrar os esforços em entidades institucionalizadas, dotadas de autonomia e dinamismo empresarial».

Refere o preâmbulo do diploma que cria a C.I., que outra realidade foi ainda apontada pelo grupo de trabalho: «a conveniência de se atribuir ca-

rácter regional e, portanto, descentralizado, às instituições a criar».

A Comissão, composta por três membros designados pelo ministro das Finanças (dois representantes dos bancos e um das companhias de seguros nacionalizadas), terá por missão elaborar projectos de estatutos para os agrupamentos complementares de empresas que deverão executar os programas de aproveitamento, e propostas das medidas legislativas consideradas apropriadas e de um esquema de avaliação e negociação dos terrenos com as entidades dele titulares.

Relativamente à tabela anterior, constata-se que os escalões que saltavam de cinquenta em cinquenta contos, passam a saltar de cem em cem contos; e que os rendimentos até 125 e até 160 contos são aumentados de um por cento. O aumento do último escalão é de dois por cento.

CONTRIBUIÇÃO INDUSTRIAL

As taxas da contribuição industrial, referentes ao artigo 80

guintes

§ 1.º Quando se trate de lucros, importâncias e rendimentos a que se referem os n.ºs 1.º, 2.º e 9.º do artigo 6.º, a taxa será de 12 %.

§ 2.º ...

§ 3.º ...

§ 4.º Tratando-se de rendimentos a que se refere o n.º 10 do artigo 6.º, a taxa será de 10 %.

§ 5.º Quando se trate de juros a que se refere o n.º 7 do artigo 6.º, a taxa será de 10 %.

CÂMARA MUNICIPAL DO CONCELHO DE LOURES AVISO

Faz-se público que se acha aberto concurso publico, pelo prazo de 20 dias, contados a partir do dia seguinte ao da publicação deste anúncio no «Diário da República», para adjudicação da empreitada de «Arranjo do Largo da Republica, em Pombais — Odivelas».

A base de licitação é de 718 000\$00

O processo da empreitada pode ser examinado todos os dias úteis durante as horas normais de expediente, nos Serviços Técnicos de Obras do Município.

Os concorrentes deverão possuir alvará de empreiteiro de obras públicas, correspondente à IV categoria ou da subcategoria da ... categoria e da classe que cubra o valor da proposta apresentada.

A caução provisória é de 17 950\$00

A abertura das propostas realizar-se-á perante a Comissão Administrativa na primeira reunião pública que se seguir ao termo do prazo fixado neste anúncio. A Comissão Administrativa reúne todas as quartas-feiras, pelas 10 horas no edifício dos Paços do Concelho.

Paços do Concelho de Loures, 28 de Julho de 1976.

O Vice-Presidente da Comissão Administrativa, em exercício

Arquit.º António de Carvalho

PUB

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO DISTRITO DE SETÚBAL

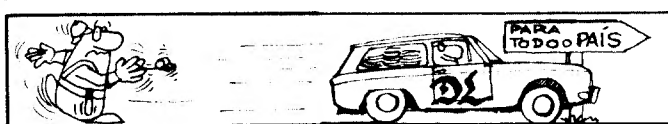
Rua Miguel Pais, 35-A Barreiro

CONTENCIOSO

Por virtude de férias, não haverá, durante o mês de Agosto, consultas aos Advogados. Mantém-se, no entanto, o habitual serviço de «informações», nas horas normais de expediente.

Barreiro, 3 de Agosto de 1976

Pe'l A Direcção
at. ilegível



Geral

LUCIO LARA À INFORMAÇÃO ANGOLANA

"O imperialismo estendeu à nossa volta uma rede electrificada de arame farpado"

LUANDA, 6 — (Serviço especial Angop-«DL») — Com a presença do secretário do Bureau Político do M.P.L.A., Lúcio Lara, teve início no Centro Nacional de Jornalismo, em Luanda, o primeiro Curso Nacional de Propaganda. Iniciativa conjunta dos Departamentos de Orientação Política (DOP), Organização de Massas (DOM) e de Informação e Propaganda (DIP), o curso visa formar técnica e politicamente quadros para os DIP's provinciais, que possam apoiar a reorganização de massas sob a direcção política do Movimento.

«Ir ao encontro dos problemas» — assim sintetizou Lúcio Lara a tarefa imediata da Informação deve auscultar os problemas, sentir a necessidade e a urgência de resolvê-los, ir

às fábricas e aos campos para desse modo formar as consciências no concreto — e alertar os responsáveis, dando sugestões e propondo soluções».

Lúcio Lara considerou como «problema fulcral» da actual etapa histórica a consolidação do poder popular já institucionalizado, e a progressiva instituição de uma democracia popular. Para o efeito «torna-se indispensável que a Informação explique sem descanso, em termos simples, as ideias que orientam a política partidária e governamental e preserve as conquistas já alcançadas, tornando perceptíveis ao nosso povo o significado e o alcance de medidas revolucionárias, como o confisco de empresas e as nacionalizações».

«Sem poder estar distancia-

da do problema da luta de classes — referiu ainda o secretário do B.P. do M.P.L.A. a Informação deve ter consciência da etapa de transição que o País atravessa e da agressão permanente das forças imperialistas, que teceram a volta de Angola uma rede de arame farpado, electrificada, com que nos pretendem electrocutar». Para Lara, a informação deve estar à altura de «denunciar a todo o Mundo as manobras do imperialismo, dentro dos princípios revolucionários do M.P.L.A. e não segundo a inspiração de cada um». Com esse fim, «devem os responsáveis pela Informação aprender a planificar, a elaborar planos de trabalho e a conquistar os meios indispensáveis, onde eles ainda não existam».

mento, pretendem fazer abortar a revolução de um povo que, como preço, deu os seus melhores filhos».

A terminar: «faltam algumas comodidades. Mas à medida que os dias passam esta falta vai diminuindo, porque as necessidades se vão satisfazendo. Os vários sectores da vida nacional vão progredindo».

POLITIZAÇÃO INTENSIVA PARA A JUVENTUDE

O comité executivo nacional da JMPL (Juventude do MPLA), dando cumprimento à palavra de ordem «deixar o trabalho espontâneo e optar pelo trabalho planificado» deu ontem início ao primeiro curso de relações exteriores. O curso, que terá a duração de dois meses, trata de problemas de Direito Internacional, Economia Política, Filosofia Marxista-Leninista, História e Geografia de Angola.

Falando aos participantes, Costa Andrade, director do matutino 'Jornal de Angola' e comissário político do M.P.L.A., aconselhou os jovens a usarem sempre «de fidelidade inabalável à linha política do Movimento e contra a ostentação fatuidade e hipocrisia dos países capitalistas, empregassem sempre a sobriedade, a inteligência, o dinamismo e a astúcia para que sejam sempre o reflexo da nossa política interna».

MINISTRO DO TRABALHO OS VÁRIOS SECTORES VÃO PROGREDINDO

Com a finalidade de solucionar um conflito de trabalho, deslocou-se à açucareira 'Heróis do Caxito', até princípios deste ano Quartel-General da F.N.L.A., o ministro de Trabalho da R.P.A., David Aires Machado.

«Para um povo como o nosso, que saiu de uma longa guerra de 14 anos de luta contra o mais bárbaro colonialismo e sofreu a mais escandalosa agressão imperialista, compreende-se que reclame de comer, de vestir, de dormir» — afirmou o ministro aos trabalhadores — «Mas não é justo nem aceitável deixar consolidar a ideia de que vale mais lutar por salários altos do que pela produção dos bens essenciais».

Para Aires Machado «a unidade de trabalhadores que querem construir o socialismo não se faz com aqueles que hábil ingénua ou inconscientemente, defendem as formas capitalistas, aqueles que veladamente querem destruir as formas organizativas das massas trabalhadoras nos locais de trabalho e, com esse comporta-



O Primeiro-Ministro Mário Soares recebeu ontem em S. Bento a visita do embaixador da U.R.S.S., Arnold Kalinine, descrita como «de cortesia». O encontro durou 40 minutos, tendo Kalinine dito no final aos jornalistas que, «como sempre», foram tratados assuntos bilaterais entre os dois países

POSIÇÃO DA L.C.I.

Governo do P.S. anuncia medidas antioperárias

«Para os trabalhadores, sejam eles socialistas, comunistas ou sem partido, deixar passar sem resposta as medidas antioperárias do Governo Soares que se anunciam representará uma brecha aberta nas suas fileiras por onde passarão novos e mais profundos ataques do Capital» — assim se define a posição do Comité Executivo da LCI (Liga Comunista Internacionalista) face ao programa do Governo PS apresentado na última segunda-feira à Assembleia da República.

Das quase quatro horas de texto lido perante os deputados pelo primeiro-ministro, diz a LCI: «O menos que se pode dizer do discurso de Mário Soares de apresentação do programa do Governo-PS é

que, para além dos enunciados políticos gerais sobre a política económica e financeira, pouco ou quase nada de concreto foi adiantado nesse discurso capaz de dar respostas imediatas às reivindicações e preocupações fundamentais dos trabalhadores».

Mário Soares diria a dado passo do seu discurso: «O Governo tem confiança nos trabalhadores». Em contrapartida, a LCI pergunta: «Poderão os trabalhadores ter confiança neste Governo?»

Governo de recuperação capitalista? Assim sendo, reflecte a LCI, «O Governo de Soares só poderá ser um Governo para uma «parte» dos portugueses (os patrões) até que estes entendam que deixe de o ser...»

Baptista Martins

apresentou

credenciais a Mobutu

KINSHASA, 6 — Apresentou já credenciais ao presidente Mobutu o novo embaixador de Portugal no Zaire, dr. Baptista Martins.

Após a cerimónia protocolar, que decorreu no Palácio Montgaliema, Mobutu e Baptista Martins estiveram reunidos durante algum tempo.

O novo embaixador português exerceu anteriormente funções no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

ENANES RECEBEU EMBAXADOR DE KINSHASA

O embaixador do Zaire em Lisboa apresentou ontem cumprimentos ao presidente Ramalho Eanes durante uma breve cerimónia realizada no Palácio de Belém.

Recorda-se que o Zaire já tem os seus serviços diplomáticos a funcionar normalmente em Lisboa.

Médicos cubanos em Angola

HAVANA, 6 — (ANOP) — Equipas médicas cubanas exercem a sua missão em pelo menos nove cidades de Angola, segundo o semanário «Bohemia».

Numa reportagem sobre uma dessas equipas que opera na

cidade de Benguela, a publicação afirma que as outras cidades onde se verifica a colaboração clínica de Cuba são Huambo, Bié, Luso, Gabela, Saurimo, Sá da Bandeira, Novo Redondo e Luanda.

MINISTÉRIO DOS ASSUNTOS SOCIAIS

HOSPITAIS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

SERVIÇOS DE APROVISIONAMENTO

ANÚNCIO

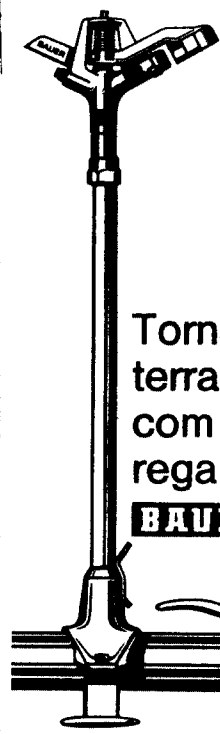
Faz-se público que nos Serviços de Aprovisionamento dos Hospitais da Universidade de Coimbra, se encontra aberto o concurso público seguinte:

Concurso N.º	Aquisição de:	Depósito caução	Abertura de propostas	
			Data	Hora
14/76	Fornecimento e montagem de redes de água fria e água quente nos H. U. C.-Central	15.000\$00	17/9/76	15.00

O respectivo caderno de encargos pode ser consultado nos Serviços de Aprovisionamento, todos os dias úteis das 9.30 às 12.30 e das 14.00 às 17.30 horas, e aos sábados das 9.30 às 13.00 horas.

As propostas devem ser entregues até às 15 horas do dia 16 de Setembro de 1976, nos referidos Serviços. No sobrescrito deve mencionar-se o número deste concurso. Coimbra, 3 de Agosto de 1976.

Pel'O Director dos Serviços de Apoio Geral,
(Aprovisionamento)
Gilberto Pinto Ângelo



rega por aspersão

Tomar fértil terra improdutiva com rega por aspersão

BAUER

GUSTAVO CUDELL, LDA.

LISBOA 5 — Avenida do Brasil, 88 A/B

PORTO — Rua do Bolhão, 133

BEJA (delegação)

ELVAS (delegação)

Instalações de Rega por Aspersão



DE FÉRIAS COM O Diário de Lisboa

Aceitam-se assinaturas de férias pelo período mínimo de 10 dias, ao preço de 4\$00 por exemplar

NÃO SE ENVIAM RECIBOS À COBRANÇA

Nacional

Programa do Governo: quatro horas de debate

«Garante o programa de Governo PS o cumprimento da Constituição? Está o programa adequado aos objectivos constitucionais?»

Segundo António Reis, falando em nome do Partido Socialista na final da sessão de ontem da Assembleia da República, é na resposta a estas questões que os partidos se devem circunscrever na apreciação do programa de Governo e não às omissões, imprecisões e indefinições do seu texto. Para o PS, através de António Reis, trata-se de referendar a Constituição e não o programa, o que não deixa de ser uma atitude cômoda, evitando o confronto com a realidade a que as críticas feitas pelos partidos obrigam o partido governamental.

Marcada para as 15 horas, a sessão parlamentar de ontem — a primeira em que se debatia o programa de Governo apresentado por Mário Soares na passada segunda-feira — iniciou-se cerca das 15.30 com Alvaro Cunhal fazendo uma intervenção de 43 minutos em nome do Partido Comunista Português.

«O P.C.P. considera que a formação, a composição política e o programa deste governo não correspondem às exigências da situação actual», começaria por declarar, sem rodeios, o secretário-geral do Partido Comunista Português, que evocaria a condição minoritária do Governo, a falta de bases de apoio alargadas e diversificadas e a falta de resposta clara aos problemas nacionais mais importantes como justificação da sua posição.

No decurso da sua intervenção, Alvaro Cunhal abordaria alguns pontos iniciais, numa primeira crítica que outros parlamentares comunistas apresentaram.

«Começemos pelo problema da liberdade. O Partido Comunista considera, como um dos objectivos essenciais na presente situação a defesa e a consolidação das liberdades democráticas consagradas na Constituição.

«A liberdade é um bem precioso, que estamos empenhados em salvaguardar e em transformar numa característica definitiva da sociedade portuguesa.

«Registámos, no entanto, com atenção as afirmações do senhor Primeiro-Ministro acerca da sua intenção de assegurar em todo o território nacional o exercício das liberdades e direitos dos cidadãos.

«São afirmações positivas.

«Vemos, porém, através do Programa de Governo, que este parece muito preocupado com aquilo que chama algumas «formas de luta» dos trabalhadores, e com a violência reaccionária e o terrorismo fascista, e não muito com os problemas dos cidadãos.

«Não somos defensores de formas de luta que consistam em actos de violência. Mas sabemos que, no entender dos trabalhadores, os actos de violência são os mais efectivos para a luta que consista em actos de violência reaccionária.

«Não podemos deixar de lembrar que estas zonas no território são locais onde se exercem os poderes.

«E por isso oportuno, ao discutir-se o Programa do Governo lembrar que o regime democrático consagrado na Constituição não é de âmbito regional mas nacional e por isso obrigatório em todo o território português. Em todo o território é necessário fazê-lo respeitar.

«Todos nos lembramos que o artigo 8.º da Constituição fascista anotara demagogicamente liberdades e direitos no preciso momento em que eram espezinhados. Na nossa democracia não sucederá naturalmente assim. É porém neces-

na rua, dizendo ser demasiado restritiva do direito à greve. Mantém o PS tal opinião? É seu projecto propor o alargamento do direito à greve, como defendia então, (em oposição ao governo do qual fazia parte mas que contestava) ou à restrição desse direito agora que tem todas as responsabilidades do governo e pretende a recuperação económica?»

Um segundo problema levantado foi o da dinâmica da recuperação económica e o das conquistas da revolução. Alvaro Cunhal considerou sin-

urgentes que da nossa parte há muito reclamamos.

«Cremos ter sido os primeiros a chamar a atenção para o excesso do consumo nacional em relação à produção e a quantificar a diferença nos 50 milhões de contos.

Este «défice» que se espalha por toda a economia nacional em situações deficitárias sectoriais, necessita de ser rapidamente reduzido tendo como objectivo a sua ulterior extinção.

«Nos seus termos mais gerais, a solução tem de encon-

trar-se em duas direcções claras e convergentes: aumento de produção e desenvolvimento económico e diminuição de consumos.

«Toda a questão reside em saber qual a dinâmica possível e desejável para o aumento de produção, e quais os consumos que haverá que reduzir.

Destacando que o caminho para o equilíbrio económico não pode passar pela recuperação capitalista, Alvaro Cunhal alertou contra os perigos que envolve qualquer ideia de retorno a um passado recente, retorno este que, sendo impossível em democracia, só poderá ocorrer através de uma catástrofe nacional.

Quer no sector laboral quer no sector económico, o Governo deixou por responder muitas perguntas formuladas pelo PCP logo após a apresentação do programa à Assembleia. Recordando isso, Alvaro Cunhal diria que a falta de resposta dá indicações de que o Governo presente não poderá garantir a salvaguarda das conquistas revolucionárias.

«O Programa anuncia a revogação de leis, a revisão ou a elaboração de outras: sobre a contratação colectiva, sobre o direito à greve, sobre a lei sindical. Mas o que o Governo não revela são as suas intenções. A nenhuma das perguntas que formulámos nesta matéria foi dada resposta.

«A anunciada definição de uma «norma nacional» que consigna um nível global de aumento de rendimento salarial, os níveis máximos de aumento individual, as fórmulas correctivas de distorções salariais e a extensão admissível dos leques salariais» aponta para uma política de contenção de salários ao mesmo tempo que uma política daquilo a que o Governo chama «preços reais» provocará o aumento do custo de vida mesmo que se declare a intenção de manter o preço do cabaz de compras.

«Isto significará sem qualquer dúvida a descida dos salários e o agravamento das condições de vida dos trabalhadores.»

A política externa preconizada no programa do Governo foi o último ponto abordado por Alvaro Cunhal: «É de notar antes de mais que o Programa do Governo não parece muito conforme com o artigo 7.º da Constituição. Se por um lado, insiste na diversificação das relações externas, por outro lado privilegia as relações com alguns países da Europa capitalista e

com os Estados Unidos, reforçando o laço de dependência de Portugal.

«Da nossa parte, comunistas, defendemos as relações realmente diversificadas mas com respeito pelos princípios da igualdade. Defendemos uma política externa dinâmica e firme aberta ao espírito de Helsínquia e de cooperação europeia, consolidando amizades mas rejeitando sujeições e ingerências.

«Nunca colocámos desde o 25 de Abril e não colocamos hoje a saída de Portugal da NATO. Mas não nos parece azado o momento político para a formação de brigadas da NATO com os nossos soldados e no nosso território. Estamos de acordo e consideramos mesmo indispensável a negociação de acordos com o Mercado Comum. Mas rejeitamos uma integração que acentuaria os laços de dependência e cortaria a perspectiva de desenvolvimento económico e de progresso social do nosso país. A economia portuguesa não está nem estará decerto depois dos três anos de negociações previstas, em condições de resistir com êxito num mercado integrado (interno e externo) à concorrência de países desenvolvidos.

«Rejeitamos também o projecto de admissão ao Conselho da Europa, que implica, a aceitação de instâncias supranacionais, particularmente perigosas para um país pequeno atravessando um período de sérias dificuldades económicas.

«No que respeita aos países socialistas, o Programa transpira extremas reservas que não correspondem a uma política nacional independente e diversificada. Queremos expressar a nossa estranheza em ouvir da boca do senhor primeiro-ministro a referência, em termos de menos rigor e cortesia a países com os quais Portugal está interessado em desenvolver relações de amizade e cooperação. Se a expressão depreciativa de países «ditos socialistas» ou a menos rigorosa de «democracias populares» podem ilustrar, embora não dignificar, um discurso em comício de tal ou tal partido, já nos parecem menos apropriadas no decurso do primeiro-ministro do Governo da República Portuguesa ao apresentar o seu Programa.

«No que se refere às relações com os países outrora submetidos ao colonialismo português, registamos como positiva a afirmação que se procurará tratar os problemas existentes no respeito mais escrupulosos pelas soberanias e pelos interesses respectivos em termos de igualdade e sem ingerência nas questões internas.

«Mas o PS sabe bem ter grande responsabilidades na deterioração das relações de Portugal com Angola, precisamente no momento crucial, no dia 11 de Novembro de 1975.»

P.P.D. CONTEMPORIZAÇÃO?

Em nome do P.P.D. seguiu-se a intervenção de Barbosa de Melo, chefe do grupo parlamentar daquele partido. O seu discurso, relativamente aos restantes pronunciados pela Oposição, caracterizou-se por cautelosas advertências ao P.S., deixando transparecer o interesse em não levantar obstáculos que poderão conduzir a uma aproximação.

Depois de algumas considerações iniciais Barbosa de Melo adiantaria: «O debate parlamentar so-



Alvaro Cunhal (P.C.P.) iniciou os debates do Programa do Governo

sário estar-se atento para que as regulamentações das liberdades e as práticas de comportamento político não limitem ou adulterem as próprias liberdades.

«No que respeita à liberdade de expressão do pensamento, designadamente à liberdade de imprensa, o Programa do Governo indica uma orientação para os grandes meios de comunicação social, que mais parece apostar em assegurar a sua utilização pelo partido no poder, do que assegurar o pluralismo de que tanto se proclama.

«A prática dos últimos meses na TV, na Rádio, na Imprensa estatizada, até no próprio dia da apresentação do Programa do Governo nesta Assembleia mostrou como alguns entendem o pluralismo.»

A possibilidade de utilização de fundos públicos em órgãos de Informação da Imprensa regional que não passam de instrumentos de propaganda fascista e o preço do anunciado Instituto de Sondagens da Opinião Pública se transformar num Instituto da manipulação da opinião pública ao serviço do partido governante, foram em seguida tocados por Alvaro Cunhal que aludiu também a desvios no aparelho judicial e à necessidade de o modificar corajosamente para que se torne parte integrante do novo Estado democrático.

A elaboração de uma nova lei reguladora do direito à greve mereceu também reparo do secretário-geral do P.C.P. que destacou o facto de nada estar expresso no programa quanto ao sentido a imprimir à nova lei.

«Quando foi publicada aquela que está em vigor... disse todos nos lembramos que o PS, cujos ministros a aprovaram no Governo, a combatem

tomáticas algumas passagens do programa, que pecam, quer pela posição definida, quer por omissão. Entre estes factos, destacou:

«O primeiro: procura responsabilizar os trabalhadores através do que chama a «explosão reivindicativa», o absentismo, a indisciplina, a baixa de produtividade, os meios de lutas ilegítimos.

«O segundo: coloca em último lugar a sabotagem económica, que (com o desvio e a fuga de capitais, a descapitalização, a anulação de encomendas, a redução de produção, as tentativas de encerramento de empresas) procurou deliberadamente conduzir (e se não fossem os trabalhadores teriam conduzido) à catástrofe a economia nacional.

«O terceiro: não refere forças de pressão económica do imperialismo sobre Portugal, com as recusas de créditos e investimentos, a anulação de encomendas, o corte de fornecimentos essenciais em certos ramos da indústria, campanhas contra o envio de remessas de emigrantes e a afluência de turistas.

«O quarto: não refere as hesitações dos Ministérios e sectores governamentais responsáveis pelas questões económicas e financeiras.

«A apreciação das causas da difícil situação levar-nos-ia sem dúvida muito longe e é preferível neste debate, voltarmos-nos preferencialmente para a solução das dificuldades. Entretanto o breve apontamento das causas é também necessário, pois é em larga medida nos critérios usados na determinação das causas que assentam as medidas para sair da crise.

«Sem qualquer dúvida que a situação económica e financeira é difícil e exige medidas

tratar-se em duas direcções claras e convergentes: aumento de produção e desenvolvimento económico e diminuição de consumos.

«Toda a questão reside em saber qual a dinâmica possível e desejável para o aumento de produção, e quais os consumos que haverá que reduzir.

Destacando que o caminho para o equilíbrio económico



Barbosa de Melo usou da palavra pelo P.P.D.

para começar) no hemiciclo de S. Bento

bre o programa do Governo não pode ser desenvolvido nem pode ser politicamente interpretado fora do quadro institucional definido na Constituição e fora da situação política real em que se encontra o nosso país.

«Por um lado, ninguém pode tirar da atitude da Assembleia da República conclusões que o sistema constitucional não permite. A verdade é que para reforçar a sua legitimidade constitucional o Governo nem sequer precisa de votos favoráveis desta Assembleia. O debate nem sequer tem de terminar por uma votação.

«Esta solução constitucional não é da responsabilidade do Partido Popular Democrático.

Na Assembleia Constituinte defendemos, até onde podemos, que o programa do Governo ficasse dependente da aprovação positiva da Assembleia da República. O Partido Socialista, entre outros, não quis tal solução.

«Por isso, como aqui foi dito, pelo Primeiro-Ministro, o programa do Governo depende fundamentalmente da confiança do Presidente da República. Isso resulta da Constituição. Mas nada mais do que isso. Ninguém pode tirar a conclusão daí de que tenha de existir qualquer identidade entre o Governo e o Presidente da República. Pensar assim seria grave para o destino da democracia em Portugal por poder comprometer o Presidente da República num eventual fracasso de qualquer Governo. A Constituição assenta no princípio da divisão dos poderes para atribuir a cada órgão de soberania responsabilidades próprias e independentes umas das outras. E se é verdade que o Governo depende fundamentalmente do Presidente da República, a inversa já não é verdadeira.

«Se o Programa do Governo não for rejeitado por esta Câmara — e a rejeição verifica-se apenas se a maioria dos deputados o considerar inadmissível — então o Governo ficará entregue a si mesmo e à sua própria responsabilidade. A todo o tempo poderá perder a confiança do Presidente da República e a todo o tempo poderá receber a desconfiança desta Assembleia.»

E mais adiante:

«A realidade presente põe o governo perante desafios muito concretos que não admitem muitas alternativas.

É urgente restabelecer a autoridade democrática do Estado como já disse: sem isso ninguém pode viver em liberdade a sua segurança nem esperar um mínimo de eficácia no funcionamento dos serviços do Estado que lhe garantam a satisfação de direitos fundamentais elementares.

«É preciso também completar o processo de democratização do poder político devolvendo às comunidades locais os direitos de autonomia que a Constituição lhes reconheceu. Sem as eleições para as Autarquias locais e sem a atribuição aos novos órgãos de competências e de meios humanos e materiais indispensáveis à realização dos interesses das respectivas populações — a Constituição continuará por cumprir numa das suas mais marcantes novidades.

«A situação de urgência concreta em que o Governo vai actuar é ela mesma dramática. Mesmo aqueles que sem utopias gostariam de ver mais claramente afirmado agora um novo ideal reconstrutivo — mesmo esses têm de reconhecer que as exigências postas pela

realidade são tais e tantas que talvez o projectista da nau tenha de fazer agora o ofício de calafate. Antes de mais nada é preciso mantê-la à tona.»

Caberia a Sêrvulo Correia, na sequência de Barbosa de Melo, colocar algumas das questões mais concretas levantadas pelo PPD. Elas cingir-se-iam, contudo, ao campo da política social.

«Obnubilado pelo feitichismo da propriedade — diria Sêrvulo Correia — o Governo passa por alto o papel da Segurança Social como vector de construção do socialismo através da socialização dos riscos e dos encargos. Por isso, ao passo que proclama a irreversibilidade de todas as nacionalizações, esquece-se o Governo de declarar irreversível a proporção do rendimento nacional já apropriado com a finalidade de distribuição social. E não se compromete o Governo em fazer corresponder ao crescimento económico o alargamento dessa fatia.

«A adopção desinibida e coerente do modelo social democrático teria permitido ir muito mais longe em matéria de financiamento, na qual falta a definição do «rendimento social», isto é, da parcela de rendimento nacional a subtrair aos mecanismos empresariais de distribuição. Mas sem tal definição, é precário todo o intento de responsabilizar a sociedade, solidarizando-a com a cobertura das necessidades vitais de todos os seus membros.»

O domínio da saúde merecia também a atenção do P.P.D. que acentuaria o «carácter pontual e desagregado das providências e objectivos apontados pelo programa de Governo do Partido Socialista» ao qual teria preferido o apontar já «as fórmulas a seguir na intervenção do Estado à luz de critérios de universalidade do campo de aplicação, unidade do aparelho administrativo e uniformidade das prestações».

Tal como no caso do programa de Governo, Sêrvulo Correia terminaria com uma referência ao problema dos emigrantes;

«De um modo geral, merecem a nossa concordância as providências que integram o programa de Governo do Partido Socialista em matéria de emigração, na sua quase totalidade encontráveis também no nosso próprio programa. Verificamos com prazer que coincide até a concepção de base, segundo a qual o emigrante não pode ser um elemento perdido para o País, mas, pelo contrário, uma célula viva de Portugal, unida à Pátria por uma rede de apoios sociais e culturais que ao Estado cabe implementar.

«Um programa social-democrata teria ainda assim definido com bastante mais pormenor as reformas de estruturas, nomeadamente as respeitantes ao ensino das crianças portuguesas e aos consultados que urge pôr ao serviço de todas as necessidades das comunidades portuguesas no exterior, tirando-lhes o carácter predominante burocrático que hoje em dia é seu.»

P.S. IGUAL A C.D.S.?

Contrastando com o P.P.D., o C.D.S. através de Freitas do Amaral tomara posições que se caracterizariam por uma maior agressividade.

Dividindo o programa em duas partes, uma com a qual o C.D.S. se manifestou de acordo e outra a que vincula a sua oposição, Freitas do Amaral definiria como «capítulos posi-

tivos» a defesa da «democracia pluralista», a política externa delineada e a política do ensino. Como capítulos negativos, citaria o facto do «programa socialista não ser em rigor um programa mas um catálogo do que se gostaria de fazer», o «não falar do financiamento da sua própria execução» e o de sofrer na generalidade de «um excesso de vaguidade, de ambição e de burocratismo». Além destes pontos, outros mais específicos mereceriam a atenção do dirigente «centrista» que focou a ausência de qualquer referência a Macau, à política familiar e ao ordenamento do território como assuntos que poderia adiantar antes que outros membros do

to, vistas bem as coisas, que o Partido Socialista, ao tomar consciência das responsabilidades que pretendeu assumir sozinho, tenha sido obrigado a abandonar as suas ilusões em busca de um realismo sem o qual não poderia governar. Não surpreende que essa necessidade de realismo lhe tenha sido satisfeita pelo estudo dos textos do C.D.S. e, em especial, pelo exame atento do nosso «plano global de reconstrução da economia portuguesa», publicado no início da campanha eleitoral de Abril passado. Não espanta, em suma, que no discurso de anteontem do sr. Primeiro-Ministro houvesse frases inteiras iguais às dos nossos discursos eleito-

que a Revolução portuguesa foi exemplar e que não obstante as dificuldades que se têm atravessado a «democracia triunfou».

Falando novamente no papel do Partido Socialista diria que «dinamizou e orientou a luta popular para uma democracia política e económica» pois «não há liberdade sem socialismo nem socialismo sem liberdade».

Recordando a vontade popular das últimas eleições presidenciais ao elegerem o candidato do P.S. e ainda as eleições para as Assembleias em que o P.S. obteve o maior apoio popular, Zenha recordaria que o seu partido «pela sua actuação mostrou estar de

tado da U.D.P., referiu o problema do ensino, pedindo o saneamento dos fascistas das escolas, e frisou que «por detrás do pluralismo ideológico nas escolas está a adopção de um ensino» que não serve nem os estudantes nem o povo, acrescentando que a U.D.P. se opõe «à nomeação de directores em substituição dos conselhos de gerência».

«A U.D.P. lutará pela criação de uma central sindical única revolucionária» disse Acácio Barreiros, e acrescentou: «A defesa do direito de tendência é atacar a unicidade sindical e dividir os sindicatos e os trabalhadores».

Sobre a lei da greve, que o dr. Mário Soares disse ir ser revista, Acácio Barreiros afirmou que «é aos trabalhadores» que compete decidir sobre a sua utilização, e que «eles passarão por cima da lei antigreve, como passaram por cima das outras leis».

Classificou a política para o campo, definida no programa de Governo como «antipopular, cheia de palavras e promessas», e acrescentou que «essa política só pode levar ao regresso dos odiados latifundiários».

Para o deputado da U.D.P., o programa económico do Governo «apoia aqueles que são responsáveis pela crise, os grandes capitalistas e proprietários» e que criaram e sustentaram essa crise. Referiu que ao contrário do que seria de desejar, o P.S. aponta no seu programa económico de Governo, «para três pontos que lhe foram ditados pelo C.D.S.»: desemprego, inflação galopante, acompanhada da contenção de salários e ataques aos sindicatos e aos trabalhadores, tendo desenvolvido estes temas.

Acácio Barreiros abordou a seguir a política de independência nacional, tendo afirmado que os Estados Unidos «são os principais responsáveis pela situação presente de crise» e apontou alguns números que traduzem um «déficit» para a nossa balança de pagamentos, acentuando entretanto que o Governo P.S. não terá o apoio americano porque estes querem um Governo P.P.D./C.D.S.

Resumindo as suas palavras sobre o programa de Governo, Acácio Barreiros acentuou que o programa «fala em tudo, mas não diz nada que interesse ao povo».

ÚLTIMA INTERVENÇÃO

A última intervenção da sessão de ontem foi produzida por António Reis, do P.S., que defendendo a coincidência do programa do Governo com os princípios constitucionais propôs uma orientação dos debates que visaria mais referendar, novamente, a Constituição através da aprovação do programa do Governo do que apreciar este nos seus diferentes aspectos.

Considerando o diploma fundamental como «único ponto de encontro dos partidos com responsabilidades», o deputado afirmou que o programa em discussão «garante» a execução da Constituição e adequa-se aos preceitos constitucionais.

Em clara contestação a palavras proferidas por Freitas do Amaral, o deputado socialista declarou não ter sido o P.S. a aproximar-se das linhas programáticas das outras organizações, «mas estas a aproximarem-se da Constituição».

No final deste intervenção, o presidente da Assembleia deu a sessão por encerrada prosseguindo o debate esta tarde.



Entre António Macedo e António Reis, Salgado Zenha defendeu os pontos de vista do P.S.

seu partido focassem mais temas especiais.

A questão de maior interesse da intervenção de Freitas do Amaral consistiu nas revelações feitas quanto a coincidências existentes entre posições anteriormente assumidas pelo C.D.S. e problemas tratados no programa socialista, bem como na progressiva inclinação do P.S. para a direita. Quanto às atitudes direitistas do P.S. diria Freitas do Amaral:

«Alguns pensam ver nelas o despontar do que se tem chamado o «sonho mexicano do P.S.». Nós, porém, e até prova em contrário, pensamos que se trata de outra coisa. Pensamos que o Partido Socialista chegou à conclusão de que a sua ideologia, a sua doutrina, os seus princípios não servem para resolver a crise em que o País se encontra. Este programa de Governo é a confissão de uma derrota. E é também — o que é muito mais importante — a demonstração clara do fracasso do marxismo. Porque quando uma ideologia não dá para sair da penúria e apenas serve para gerir a abundância, ou para dar cabo dela, essa ideologia assina a sua própria sentença de morte. «Não é de estranhar, portan-

rais, ou que no Programa do Governo haja soluções, esquemas e conceitos extraídos dos nossos textos principais. Nada disso nos incomoda, aliás, porque ficamos sempre satisfeitos quando vemos os nossos adversários aproximarem-se do que julgamos ser a verdade, mas ninguém nos levará a mal que em relação as nossas ideias agora perfilhadas pelo Governo reivindicamos, politicamente, os direitos de autor que nos são devidos.»

SALGADO ZENHA: PIMEIRA CONTRA-OFFENSIVA

A contra-ofensiva do P.S. foi desencadeada na sessão de ontem pelo líder do respectivo grupo parlamentar, Salgado Zenha, que numa breve intervenção tentou refutar as acusações até ali formuladas, chamando para o seu partido perante os protestos do P.P.D. — a responsabilidade pelo triunfo da democracia em Portugal.

Zenha recordou que após o 25 de Abril várias forças políticas procuraram modificar o pacto de liberdade, descolonização e progresso do 25 de Abril através de factores estranhos. Apesar disso considerou

acordo com a Constituição».

Ao abordar o programa do Governo o líder parlamentar recordaria que o mesmo dava prática ao «modelo pluralista, democrático e de inspiração socialista recordando ser este o «modelo escolhido por vontade do povo português».

Sobre o modelo de socialismo económico português, Salgado Zenha afirmaria ainda que o mesmo se encontra na Constituição mas que assentaria «na concorrência entre vários sectores de propriedade».

BARREIROS: «O POVO REJEITARÁ»

Pela oposição parlamentar, a última intervenção foi a do deputado único da U.D.P., Acácio Barreiros.

Sobre o programa de Governo disse que existia nele «uma nota geral pessimista que a U.D.P. repudia», e acentuou que o estado actual do sistema económico português se deve aos Governos anteriores que «não actuaram com energia contra o fascismo e o capitalismo», mas que em relação a isso «o povo está atento».

Aludindo a questões mais salientes do programa, o depu-

Nacional

Rescaldo do 25 de Novembro

Demissão na RTP para quatro chefes de Departamento?

Fontes dignas de crédito admitem estar iminente a decisão dos processos levantados na RTP aos suspensos do 25 de

Novembro, a qual se saldaria pela demissão de quatro chefes de departamento: Artur Ramos (Teatro), Manuel Ferreira

(Programas Culturais), António Torrado (Programas Infantis e Juvenis) e Mário Vieira de Carvalho (Música), este último desde há anos nosso crítico da especialidade.

As mesmas fontes defendem o ponto de vista de que «nada de consistente» terá sido provado contra os suspensos. Por outro lado — acrescentam — o magistrado ali destacado como juiz-instrutor defenderia uma tese segundo a qual a questão é puramente laboral (portanto do foro das relações de trabalho) e não política, orientando a decisão final para a demissão dos referidos chefes de Departamento.

A alegação justificativa das demissões, afinal de cariz político — argumentam as fontes a que recorremos — estaria no grau de responsabilidade hierárquica dos funcionários em causa. Elas perguntam ainda: a Administração da RTP, em vez de assumir a sua responsabilidade no 25 de Novembro, autocriticando-se por não ter tomado uma atitude definida a tempo e horas nem haver dado quaisquer instruções, designadamente, ao menos, aos funcionários mais responsáveis, não estará a transformar estes em «bodes expiatórios» da sua própria (dela, Administração) incapacidade de decisão e de direcção?

PUB

Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Setúbal

Sede: — BARREIRO — Rua Miguel Pais, 35-A
Telefone 207 31 09

Dele.: — ALMADA - R. Moçambique, 6-A - Cova da Piedade
Telefone 275 11 03

Dele.: — SETÚBAL — Avenida 5 de Outubro, N.º 11
Telefone 042 23 64

METLÚRGICOS!
ANTI-FASCISTAS!

TENTATIVA DE REINTEGRAÇÃO DE EX-PIDES NAS COSTAS DOS TRABALHADORES

- 1 — A Comissão Administrativa da Siderurgia Nacional deu o seu consentimento para a entrada ao serviço, no passado dia 3, às 14 horas, de LUIS MANUEL BENTO VASCO agente de segunda classe da ex-pide DGS, e antigo escriptorário da S. N.
- 2 — Os trabalhadores da S. N. em Plenário Geral realizado em 7 de Março de 1975, decidiram o saneamento do acima citado torturador.
- 3 — Ao mesmo tempo, e a coberto do Decreto-Lei 47/76, o ex-pide BENTO VASCO, exige o pagamento das remunerações desde que foi saneado.

OS TRABALHADORES METALÚRGICOS ESTÃO VIGILANTES!

Em plenário realizado no passado dia 4 na S. N., foi, mais uma vez, recusada a entrada nas instalações fabris do ex-pide.

A NOVAS TENTATIVAS DE REINTEGRAÇÃO DE EX-PIDES OS METALÚRGICOS DARÃO A RESPOSTA ADEQUADA!

Barreiro, 5 de Agosto de 1976

O Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Setúbal

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA METALÚRGICA E METALO-MECÂNICA DO DISTRITO DE LISBOA

SEMANA DO EMIGRANTE

FESTA CONVÍVIO

CAMARADA METALÚRGICO:

Realiza-se no próximo domingo, dia 8 de Agosto a partir das 17 horas, no MERCADO DO POVO a Belém, uma festa convívio dedicada à SEMANA DO EMIGRANTE, cujo programa a seguir se indica:

- CINEMA
- TEATRO
- CANTO
- CONJUNTOS MUSICAIS
- NÃO FALTES!
- COMPARECE!
- PARTICIPA!

P'la Direcção

ELECTRICISTA INDUSTRIAL

Precisa-se electricista industrial com conhecimentos de motores e instalações industriais para fazer parte de equipa de manutenção de empresa em Lisboa com maquinaria muito diversificada

Obrigatoriedade de turnos rotativos

Telefonar para 65 46 34 horas de expediente

PUB

Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Hoteleira e Similares do Distrito de Faro

Delegações em Portimão e Vila Real de St.º António

COMUNICADO

CONFLITO LABORAL EXISTENTE NA EMPRESA CERRO GRANDE-MANCERRO-ALBUFEIRA:

Desde 12 de Julho de 1976 que os trabalhadores da Empresa Mancerro-Cerro Grande-Albufeira estão em greve. Tudo já foi feito junto das autoridades competentes para uma rápida resolução deste conflito laboral.

O cerne da questão reside na pretensão dos trabalhadores em considerarem a unidade como turística, e, como tal sujeita ao C.C.T. para esta indústria. Efectivamente, a actividade desenvolvida pela referida empresa configura-se como lucrativa e incluída no sector turístico. De tal modo que, a Direcção Geral de Turismo já elaborou um parecer em que inequivocamente considera esta Empresa incluída no sector turístico. Em face desta posição das autoridades, a Empresa recusa-se sistematicamente, a reconhecer a sua actividade como turística, tendo boicotado todas as reuniões efectuadas, sob a égide do Ministério do Trabalho, com a finalidade de resolução do problema.

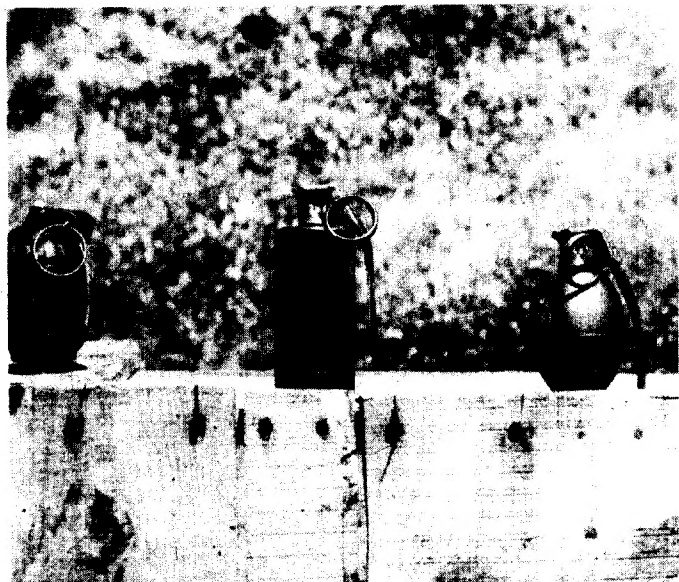
Nesta situação, os trabalhadores continuam a receber salários de fome, enquanto a Empresa desenvolve a sua actividade lucrativa.

Assim, os trabalhadores empreenderam várias formas de luta entre as quais avulta o impedimento de entrada na Empresa da gerência, enquanto não for efectuado um inquérito rigoroso que permita apurar responsabilidades da situação existente.

Entretanto foi convocado um plenário, com a presença de delegados sindicais e comissão de trabalhadores a fim de se sair do impasse criado pela Empresa. Uma certeza ressalta de tudo isto: os trabalhadores irão encetar formas de luta conducentes a uma efectiva resolução do problema. Ultimamente, este conflito laboral tem-se agravado, em virtude da interferência ilegal por parte de estrangeiros, que ilegalmente desenvolvem uma actividade competitiva à da Empresa, com conhecimento e até concordância desta, com evidentes prejuízos à economia nacional. Aliás, esta actividade ilegal estende-se por todo Algarve, desde há muito, havendo toda a conveniência das autoridades competentes acabarem de vez com este estado de coisas.

Faro, 3 de Agosto de 1976

A DIRECÇÃO



Alguns modelos de granadas de mão

E.M.E. PREVINE

Perigoso manusear engenhos explosivos abandonados

O Estado-Maior do Exército tornou unanímemente o seguinte comunicado:

«Têm as autoridades constatado o aparecimento de engenhos explosivos, aparentemente abandonados em locais públicos.

Se algumas vezes sucede

que, quando detectados por adultos, o perigo de acidente é minimizado com o aviso imediato às autoridades, outras, porém, quando se trata de crianças desconhecedoras dos riscos envolventes, tem-se verificado que, manuseando aqueles engenhos, os acionam involuntariamente, dando origem a graves acidentes.

Assim, com a finalidade de prevenir esses acidentes provocados pelo rebentamento de engenhos explosivos encontrados, se sugere da forma de procedimento perante o facto e se mostram alguns tipos daquele material de guerra, para melhor conhecimento e detecção do mesmo, por parte das populações.

Encontrado que seja o engenho explosivo, o mesmo deverá ser assinalado de forma bem visível e avisadas imediatamente as autoridades policiais ou militares mais próximas que, alertadas, dirigirão as operações convenientes.

Os engenhos encontrados não deverão ser manuseados, excepto por peritos.

Solicita-se também a colaboração dos pais e professores para os convenientes conselhos a darem aos filhos e alunos sobre este assunto.»

Madeira vai ter Laboratório de Veterinária

FUNCHAL, 6 — (ANOP) — Vai ser criado brevemente na Madeira um Laboratório de Investigação Veterinária.

De acordo com responsáveis da Repartição de Sanidade da Direcção-Geral dos Serviços Pecuários, aquele organismo, que colaborará com o Laboratório Nacional de Investigação Veterinária, destina-se a permitir um trabalho assente em bases científicas.

A Madeira, que tem diversos problemas com a sanidade de animais, vê cerca de 50 por cento dos fígados dos bovinos reprovados para consumo.

Entretanto, no cumprimento do Plano de Desenvolvimento Pecuário elaborado pela Junta Governativa da Madeira, representantes da Pecuária do Funchal deslocaram-se aos Açores, aonde vão fazer a compra de 250 cabeças de gado bovino.

na forja

FUNÇÃO PÚBLICA: SINDICATO QUASE LEGALIZADO

Foi já entregue no Ministério do Trabalho a documentação necessária para o registo e legalização do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública — Zona Sul. Terminou, assim, o processo de constituição do sindicato, pelo que a mesa da assembleia constituinte cessou as suas funções.

Entretanto, e atendendo a que se está em pleno período de férias, é improvável que venha a ser cumprido o prazo marcado para todos os trabalhos de sindicalização, que deviam realizar-se este mês, e para a eleição dos corpos gerentes, prevista para Setembro. Nesta, só poderão votar os trabalhadores sindicalizados.

A sindicalização definitiva decorre durante os próximos sessenta dias.

MERCADO DO POVO EM DIA DE EMIGRANTE

Durante as comemorações do «Dia do Emigrante», amanhã, em Santarém, funcionará um mercado do povo, para venda de produtos das cooperativas agrícolas: azeite, vinho melão, melancia, batatas, tomates, frutas, etc. O Mercado inicia-se às 16 horas e prolonga-se até a noite, funcionando no pavilhão da agricultura do recinto da Feira do Ribatejo. As comemorações, organizadas pelo Inatel e pela União dos Sindicatos de Santarém, incluem uma sessão de esclarecimento sindical, projecção do filme sobre a Reforma Agrária «Deolinda Seara Vermelha» (à tarde), exibição de ranchos folclóricos e canto livre (à noite).

HOLANDA RECUSA RETORNADOS

O Governo holandês, não quer retornados das ex-colónias portuguesas no seu país. Segundo declarações do ministro dos Negócios Estrangeiros holandeses, é impossível, para a economia e para a situação de emprego no país, admitir mais portugueses (na Holanda há 8537 compatriotas nossos devidamente recenseados).

O ministro contestou assim o teor de uma moção apresentada no parlamento holandês por um deputado protestante, na qual se pedia ao Governo a admissão de retornados das antigas colónias portuguesas. No entanto, a Holanda tentará ajudar o nosso País, contribuindo para a criação de novos postos de trabalho e enviando contribuições de urgência, em dinheiro ou em material — afirmou ainda o ministro.

GADOR: ENTREVISTA COM O MINISTRO

Três elementos da Comissão de Trabalhadores da Gador — Importadora e Exportadora Limitada, no Porto —, acompanhados de dirigentes sindicais, são recebidos esta tarde pelo ministro da Indústria e Tecnologia, objectivo: aditar ao relatório já enviado os balanços de 1975 e activar a intervenção do Estado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 4/76, conforme o pedido já feito.

MALHAS PAIMAR: FÉRIAS SEM SUBSÍDIO

Tal como tem acontecido noutras empresas, os operários (cerca de 200) da fábrica de malhas Paimar, na Maia, Porto, foram para férias sem que a entidade patronal lhes tivesse pago o respectivo subsídio. A falta de movimento sindical na firma evitou, porém, que os trabalhadores desenvolvessem qualquer forma de luta por aquela regalia contratual.

OLIVEIRA E FERREIRINHAS: PLENÁRIO ALTERARÁ FORMA DE LUTA

Não resultou a diligência feita ontem pela Comissão de Trabalhadores da Oliveira e Ferreirinhas no Ministério das Finanças. A posição do secretário do Tesouro, por quem foram recebidos, foi idêntica às anteriores: não concessão do aval que o B.P.A. exige para poder pagar os subsídios de férias a que os trabalhadores têm direito.

Para decidir sobre o impasse em que se encontram, os operários reuniram-se, ao fim da manhã, em plenário.

Fosse-se que o M.T. apoiou a luta desenhada pelos trabalhadores que se encontram paralisados, fazendo pequenos de norte a de dia.

CONSERVEIROS MANIFESTAM-SE

"Queremos trabalho, queremos pão"

«Queremos trabalho, queremos pão, abaixo a exploração» — nesta palavra de ordem — se traduz a força da razão dos insubmissos operários conserveiros, na sua grande maioria mulheres, que ontem ao fim da tarde, se manifestaram pelas ruas da vila piscatória de Matosinhos. Era a primeira manifestação de trabalhadores realizada naquela vila. O pregão gritado por milhares de operários ecoou fortemente pelas ruas, sensibilizando a população que praticamente vive da indústria de conservas. Os cartazes empunhados pelos manifestantes explicavam friamente a razão daquela luta: «Basta de misérias», «Contrato sim, recusa não», «Não vivemos de promessas», «Basta de exploração», «Não queremos voltar ao passado», «Queremos pão para os nossos filhos», etc., E, ainda, um dístico de esperança e de convicção: «Eles não querem mas nós venceremos».

Eram operários de Vila do Conde, Póvoa do Varzim, Espinho, Afurada e Matosinhos «conserveiros unidos» na mesma luta pelo direito ao trabalho (45 horas semanais) e por regalias sociais que o 25 de Abril ainda não trouxe.

No atrio dos Paços do Concelho foi lida uma exposição feita ao Governo por intermédio da comissão administrativa do município, sobre o desenrolar da revisão do contrato e cujas negociações o patronato se tem recusado a comparecer, ou quando comparece «não dá sinal de abertura remetendo-se a evasivas, desculpas afirmando que o sector está em crise. Segundo a exposição apresentada, o patronato também se tem desculpado dizendo que «o Governo tendo feito apenas promessas, nada fez no sentido de melhorar o sector conserveiro, nomeadamente ao nível da construção de infra-estruturas tendentes a uma reactivação da indústria». No entanto, «a esta lenga-lenga patronal, os trabalhadores replicaram que eles são os maiores culpados na medida em que beneficiando dos lucros acumulados durante os 48 anos de fascismo não investiram nas fábricas mas aumentaram as suas fortunas pessoais e compraram prédios, auto-



móveis, etc. ou seja descapitalizaram as fábricas, investindo noutros sectores». Mais adiante acrescentam: «Os operários da indústria de conservas não querem trabalhar menos; querem trabalhar 45 horas por semana, sendo esta uma das suas grandes ambições, na medida em que reconhecem só ser possível ter acesso a um melhor nível de vida na base do trabalho, na base da produção».

Salientam depois que havendo em Portugal doze mil conserveiros oitenta por cento ganham apenas 22\$10 por hora, valor este agravado pelo facto de não haver garantia de trabalho além das 32 horas semanais durante oito meses e 24 nos restantes. Uma vez que o vencimento líquido da esmagadora maioria orça os 2700 escudos interrogam-se sobre a alimentação, sobre a educação dos filhos, sobre a assistência na doença.

Mais adiante sublinham em conclusão: «Decorridas duas semanas de negociações, os trabalhadores obtiveram uma certeza: os patrões estão-se nas tintas para a função social que devem exercer, votam ao mais amplo desprezo os legítimos interesses dos operários e, quanto às 45 horas, da sua boca não foi ouvido mais que um não». Por fim os operários manifestam-se dispostos a lutarem pela garantia de trabalho avisando que as conse-

Referindo os apoios que têm merecido da parte de outros trabalhadores, um dirigente anunciou que a Federação dos motoristas vai pedir a colaboração dos vários sindicatos dos motoristas no sentido de estes não transportarem mais conservas até que o patronato garanta as 45 horas. Da mesma forma foi referido o apoio dos electricistas. Foi também anunciado que na próxima segunda-feira os trabalhadores algarvios manifestar-se-ão em Portimão com o objectivo de reclamar que «O Governo faça cumprir a lei obrigando o patronato a negociar».

O secretariado da USP/Inter-sindical distribuiu um comunicado de apoio à luta dos conserveiros, frisando: «O que os patrões pretendem, no fim de contas, é manter os lucros que vêm auferindo, continuando a exploração dos trabalhadores e criando dificuldades à economia nacional».

BAZAR 2000 — ELECTRONICA,

UTILIDADES DOMÉSTICAS E NOVIDADES, LDA.

No dia 7 de Julho de 1976, no 20.º Cartório Notarial de Lisboa, e em meu cargo, perante mim, licenciado Carlos Maria Chagas, notário, compareceu como outorgante:

Rui da Silva Carmo, casado, natural do Porto, filho de João Crisóstomo, residente na Av. da Liberdade, 117 - 7.º direito, em Alameda, em representação, com poderes para esse acto, de Bazar 2000 — Electrónica, Utilidades Domésticas e Novidades, Lda., sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, com sede em Lisboa, nos termos de uma cópia de acta, que arquivo.

Diss. o outorgante: «Qua a sua representação Bazar 2000 — Electrónica, Utilidades Domésticas e Novidades, Lda., efectivamente uma sociedade com quotas de responsabilidade limitada, com sede em Lisboa, tem o capital social de 130 000\$, foi constituída por escritura de 20 de Setembro de 1971, lavrada a fl. 64 do livro n.º 11-E das notas do 6.º Cartório Notarial de Lisboa;

Que pela presente escritura, e em cumprimento da deliberação que obtive três quartas partes dos votos correspondentes ao capital da sociedade tomada em reunião da assembleia geral realizada em 4 do corrente, eliminando o artigo 9.º do respectivo pacto de Bazar 2000 — Electrónica, Utilidades Domésticas e Novidades, Lda., passando o artigo 11.º a 10.º e alterando os artigos 4.º e 7.º, que passam a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 4.

O capital social, integralmente realizado, montando a fl. de 130 000\$, dividido em duas quotas: uma de 105 000\$, do sócio Rui da Silva Carmo e 25 000\$, do sócio João Manuel Costa Vargis.

ARTIGO 7.

A sociedade tem um gerente, a quem incumbem as suas representações, em juízo ou fora dele, com dispensa de eleição.

§ 1.º Mantém-se como gerente o sócio Rui da Silva Carmo, Comércio de Importação e Exportação, Lda.

§ 2.º Poderá a sociedade, por deliberação da assembleia, nomear gerente um terceiro não sócio, com os poderes e os deveres que nessa deliberação lhe forem atribuídos.

Assim o outorgante declarou.

Verifiquei a identidade do outorgante, por exibição do bilhete de identidade n.º 1 661 545, de 6 de Novembro de 1970, do Porto.

Fiz-se do outorgante, em voz alta, a leitura da escritura, a explicação dos seus conteúdos e a validade legal.

Rui da Silva Carmo. O Notário, Carlos Maria Chagas.

Certifico que a presente cópia foi como original vai conform. ao original, foi extraída da escritura lavrada no dia 7 do corrente, a fl. 82 v.º da fl. 85 do livro de notas n.º 180-B do 20.º Cartório Notarial de Lisboa, a cargo do notário licenciado Carlos Maria Chagas.

20.º Cartório Notarial de Lisboa, 12 de Julho de 1976. A Assessoria, Maria Antónia de Sá, 1.ª adjunta, 4.º 932.

Greve das farmácias na próxima semana

Ainda não há data marcada para a greve dos ajudantes de farmácia, que no entanto deverá ser iniciada na próxima semana como estava previsto. A greve, total e contínua, é uma forma de luta para conseguir que o patronato dê o seu acordo a algumas das cláusulas do CCT em negociação há cerca de 14 meses.

Como alternativa para a greve, em locais onde o encerramento dos estabelecimentos comprometa gravemente a as-

sistência medicamentosa, prevê-se a prática de 20 por cento de desconto nos medicamentos vendidos durante o período de luta. Esta decisão foi tomada em assembleia dos ajudantes de farmácia.

Recordamos, entretanto, os pontos do Contrato Colectivo de Trabalho que originam o litígio: quadro de densidades e retribuição do trabalho extraordinário, entre a meia-noite e as nove da manhã.

No primeiro caso, a Associação Nacional das Farmácias pretende que numa farmácia onde prestem serviço vários trabalhadores só um vença como ajudante técnico. Os restantes, embora com a mesma categoria e desempenhando trabalho absolutamente igual teriam apenas vencimento da categoria imediatamente inferior (ajudante de 3.º ano).

Quanto ao outro ponto, a associação que representa a entidade patronal propõe que o pagamento das horas extraordinárias seja feito por natureza das funções consignadas na lei.

Seminário de formação

Por iniciativa do Movimento de Apoio aos Desempregados, realiza-se de 9 a 13 do corrente mês, no Porto, um Seminário de Formação Profissional especialmente destinado a desempregados, estudantes e cooperadores.

As sessões efectuar-se-ão no salão do Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Norte.

Nacional

A PRENDA DE VERÃO DO "TIO SAM"

Já carregamos América às costas

MANUEL GERALDO (TEXTO)

RUI PACHECO (FOTOS)

Na camisola um distico: «United States Army-Navy». Nos lábios a frase: «Foi uma oferta de um tio que tenho na América!». O nosso interlocutor, um jovem de 16 anos, semelhante descontraído, arco-boço atlético. O local: Avenida de Roma, entre motorizadas de muitos «cavalos» e bólides à Indianápolis. Um jovem certo, no local exacto, com a indumentária a preceito.

No blusão já sem mangas, ganga manchada de poeira e láivos de óleo, a inscrição: «University Florida». Entre dentes, uma pista: «Foram uns tipos «camones» que há meses apareceram por aqui a dar coisas decadas à malta. A mim calhou-me isto e mais um cinturão à Texas!» A manhã abafava e, entre barracas, moscas e dejectos, a criança de olhar endurecido e rosto pontiagudo, travara por minutos o carro-de-mão repleto de aparas e ferro-velho para dialogar connosco. Soubemo-lo analfabeto. E

para o repórter nada ali batia certo. Ou antes: tudo era demasiado evidente. Uma espécie de humor negro (trágica ironia). Estratégia labiríntica e sombria aquela ideia de distribuir camisolas alusivas à universidade norte-americana da Flórida no bairro português da Musgueira Norte, onde a esmagadora maioria dos seus habitantes nem sequer conheceu os bancos da escola primária do país em que nasceu.

DO «LOGUS» COM AMOR

Mas o «fenómeno» das camisolas «made in USA» em dorsos lusos ameaça cobrir esta ocidental praia lusitana, passe o simplismo do plágio utilizado.

«USA-liberty», «Texas teacher», «Stop-danger», «Playboy post», «Miami yacht preparation», «University Island», «Dallas black», representam apenas alguns exemplos do

poder inventivo dos publicistas ianques. «Slogans» que apenas são ingénuos na aparência. Porque os objectivos a médio prazo estão claramente à vista. «Simples artimanha comercial», dirão alguns. «Americanices», será o argumento avançado por outros. Mas também há quem veja (nós incluídos), nesta invasão estival, a que só por força de expressões apelidariamos de pacífica, uma forma de colonização, mesmo de ingerência nos valores culturais (e não só) de um país soberano, ao caso Português.

Porque meter «pelos olhos dentro» de milhares de pessoas a áurea de um exército que fez as guerras do Vietname, Laos, Camboja. Ou publicitar sub-repticiamente as universidades que foram a forja de Nixon, Spiro Agnew, Kissinger, Wallace, entre outros, ultrapassa as simples «americanices» ou «estratégias comerciais» para se situar no campo da promoção (propaganda) a um sistema político através da nação que o lidera.

Depois, esta paragem dos tripulantes do «Logus» não se teriam privado, segundo apurámos, em deixar como recordação profusas quantidades de camisolas em tudo semelhantes àquelas a que nos vimos a referir.

«Peter CHURCH (1886-1910), american Writer born in Chicago» — perguntámos à senhora de meia idade, em trânsito na estação ferroviária do Cais do Sodré, como tinha adquirido a camisola e se sabia quem era o escritor, que em termos quase epitáficos, trajava nas suas costas. Resposta: «Mas eu não sei inglês. E para ser franca pensava que a frase se referia a um produto qualquer e nunca a um escritor estrangeiro. Ainda se fosse o nosso Camilo Castelo Branco, vá que não vá. Agora assim. Sabe, é que eu comprei a camisola em Carcavelos apenas pelo seu conjunto, que me agradou».



A «liberdade» americana olha para a direita antes de atravessar em segurança uma rua de Lisboa



De chapéu à «cowboy», calças e coldres a preceito, este jovem foi surpreendido pela nossa objectiva fotográfica, quando se preparava para entrar na Estação do Cais do Sodré

PUB

Caixa de Previdência e Abono de Família do Distrito de Setúbal

AVISO

Para os devidos efeitos se informam os trabalhadores deste Distrito que por força da Convenção Colectiva de Trabalho dos Trabalhadores da Previdência o horário desta Instituição passa a ser das 9 às 18.30 horas com intervalo para almoço das 13 às 14.30 horas, pelo que o **horário de abertura ao público será:**

9.15 às 11.30 horas
14.45 às 16.30 horas

A COMISSÃO ADMINISTRATIVA

Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica do Distrito de Lisboa

MUDANÇA DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS

INFORMAM-SE TODOS OS SÓCIOS E TRABALHADORES DO SECTOR METALÚRGICO E METALOMECÂNICO EM GERAL QUE:

1. — Em AGOSTO e SETEMBRO todos os serviços do Sindicato estarão encerrados aos SÁBADOS e DOMINGOS.
2. — Nos RESTANTES MESES DO ANO, e enquanto não se conseguir o pleno funcionamento das Delegações, funcionarão aos SÁBADOS, das 9 h. às 13 h. os seguintes serviços: «Apoio a Sócios (informações)» e «Registo de Sócios (— inscrição, entrega de cartões, etc.)».
3. — De SEGUNDA a SEXTA-FEIRA, os serviços do Sindicato continuarão a funcionar das 9 h. às 13 e das 13.30 às 22 horas.

A DIRECÇÃO

nência entre nós, alguns dos tripulantes do «Logus» não se teriam privado, segundo apurámos, em deixar como recordação profusas quantidades de camisolas em tudo semelhantes àquelas a que nos vimos a referir.

QUE VIVA CAMILO

«Peter CHURCH (1886-1910), american Writer born in Chicago» — perguntámos à senhora de meia idade, em trânsito na estação ferroviária do Cais do Sodré, como tinha adquirido a camisola e se sabia quem era o escritor, que em termos quase epitáficos, trajava nas suas costas. Resposta: «Mas eu não sei inglês. E para ser franca pensava que a frase se referia a um produto qualquer e nunca a um escritor estrangeiro. Ainda se fosse o nosso Camilo Castelo Branco, vá que não vá. Agora assim. Sabe, é que eu comprei a camisola em Carcavelos apenas pelo seu conjunto, que me agradou».

A opinião transcrita é esclarecedora e possui duas tónicas a considerar. Uma negativa: entre publicar um escritor estrangeiro (que iríamos jurar, a ter existido, será conhecido por raras pessoas do seu próprio país) e um produto, a senhora preferia a segunda alternativa. Outra positiva: entre um Peter Church qualquer, a nossa entrevistada optava por Camilo.

No itinerário que fizemos pela capital observámos camisolas com reclamos a automóveis, cosméticos, bebidas, esferográficas e até oficinas de mecânica, envergadas por pessoas que, para além de estarem a fazer publicidade gratuita a produtos estrangeiros (numa época em que se fala com

tanta insistência em austeridade e de contenção na saída de divisas), ainda as tinham adquirido por preços elevados em estabelecimentos comerciais da especialidade.

E na preferência dada pela senhora a um escritor português, aqui fica uma sugestão para a tão apregoada independência nacional. Por que não criar uma indústria têxtil empenhada em substituir no merca-

do as camisolas com os «USA LIBERTY» ou «PETER CHURCH» AMERICAN WRITER por outras com alusões aos valores reais da cultura nacional que são nossa pertença e nossa razão de ser livres? Sem ingerências. Sinuosas ou declaradas.

Aqui fica o alvitre. Para que a «chuva» de Santiago do Chile jamais caia sobre a terra portuguesa.



Um jovem e uma bandeira: ou a tentativa de enquadramento político antes da idade da razão, através de vias inocentes só na aparência

Estrangeiro

A CHINA À BEIRA DO MEKONG

2. Ser ou não ser... chinês

ALAIN JACOB

Terra rica habitada por gentes pobres, o Yunnan é povoado por numerosas etnias que vivem ainda à margem do mundo chinês. Este mosaico humano não deixa de pôr problemas à política de assimilação praticada pelo poder central.

Kunming «Quando eu aqui cheguei em 1950 levámos um mês para ir a Hsi-huang-Pan-Na onde nós estivemos esta manhã». Eram nove, ao que parece, os elementos que tinham sido recrutados em Pequim, no Ministério dos Negócios Estrangeiros da ainda muito jovem República Popular e que desembarcaram assim na capital de Yunnan. Pequeno contingente no meio de um batalhão de funcionários diversos, de quadros políticos, de professores, de médicos...

As estradas eram poucas e raras as pontes existindo uma única via férrea — «lembrança» dos franceses — que ligava Kunming a Hanoi. Nesta região subdesenvolvida a guerra tinha mergulhado ainda mais profundamente na miséria as populações. Nos campos, a malária que, em certos sítios, atingia percentagens de 98 por cento, era o flagelo mais terrível. Quanto ao analfabetismo é melhor nem falar... O mosaico das raças contribua mesmo para que de um vale para o outro não houvesse uma linguagem comum.

Nos 22 milhões de habitantes de Yunnan, oito milhões pertencem ao que a China chama as suas «minorias nacionais», quer dizer, às etnias não-Han. Contam-se nesta província 21 minorias, sendo a dos Yi a mais numerosa com cerca de dois milhões e meio de pessoas e a mais pequena a de Tulung com aproximadamente três mil pessoas (1). Em conformidade com a política de Pequim neste domínio, oito prefeituras em 17 e 15 distritos em 128 foram declarados «autónomos». A Constituição de 1975 é bastante vaga em relação ao regime destas regiões de «autonomia nacional» no seio da República Popular. Precisa apenas que os seus «órgãos de administração autónoma» (assembleias populares e comités revolucionários) «podem exercer a autonomia no limite dos poderes que lhes são conferidos pela lei». Mais significativa talvez seja a afirmação de que «os órgãos de Estado de escalão superior devem (...) apoiar activamente as diferentes minorias nacionais para a revolução e edificação socialista». Está aqui em síntese todo um programa que se pode identificar preferencialmente com uma tarefa de desenvolvimento político-social já que os «minoritários» ocupam a maior parte da superfície da província (70 por cento), curiosamente as mais afastadas. A mistura de raças existe por todo o lado, mas as percentagens diferem consideravelmente de sector para sector.

Facto mais saliente evidenciado pelos nossos interlocutores chineses: é na montanha que existe a mais forte percentagem de «minoritários». Ou seja: é nas regiões menos acessíveis às técnicas modernas de cultura e às técnicas «à chinesa», simultaneamente, que se apoiam normalmente numa forte densidade populacional. No seu conjunto a província representa sensivel-

mente três quintos da superfície da França, conta com menos de 58 habitantes por quilómetro quadrado chegando mesmo, numa das perfeitas que visitamos, Hsi-huang-Pan-Na, a não ultrapassar os 24 (2). Em breve vai faltar a mão-de-obra no Yunnan e particularmente nas suas regiões de minorias nacionais, a despeito de uma política completamente diferente em relação ao resto da China, e que, pelo menos nas populações não-Han, tende a encorajar os nascimentos.

É inegável a obra do progresso social levada a cabo nestas condições. A fazer fé nas estatísticas que nos foram apresentadas, a situação é encorajante. Com efeito a malária foi vencida, mais de 95 por cento das crianças têm acesso à escola, as comunas populares estão dotadas já de caminhos transitáveis e 80 por cento das zonas habitadas dispõem de electricidade. Convicções são as próprias observações que cada um pode fazer durante a viagem. Os hospitais e as escolas são rudimentares. Mas o que é um facto é que existem. Ninguém passa fome e às primeiras horas da manhã, nas ruas da pequena prefeitura de Ching-Hung quando algumas camponesas oferecem num pequeno mercado «individual» os seus ovos,

tar que as necessidades de base estão satisfeitas, que as doenças deram lugar a uma saúde robusta. Pudemos ver crianças tai, nas suas sombrinhas azuis ou cor de rosa a caminho da escola, como crianças de mama, com laços à antiga, alinhadas numa maternidade.

Viva o progresso! Só o não poderá compreender os que nunca viram mesmo os naturais dos países do Ocidente, «benfeitores» de uma longa colonização, as crianças a quem a tracoma roubou os olhos e cujos pais passeavam trapos. E as máquinas estão entre o fatalismo da miséria ou a expatriação para as metrópoles industriais do colonizador.

Entretanto, nem de longe, estão resolvidos todos os problemas. Esta realidade é facilmente admitida. Se as indústrias conheceram um desenvolvimento tanto mais rápido quanto partiram do zero ou quase (a produção de aço multiplicou-se por 900 durante os últimos 25 anos, a do cobre por 245, a de maquinaria por 75), a agricultura, em contrapartida, progride muito mais lentamente, e somente 13 distritos — sensivelmente um por 10 — atingiram já a produção de 400 quilos por «mou» (um 1/15 de hectare) prevista no programa nacional de desenvolvimento. Ora 80 por cento

Os nossos anfitriões dão-nos, uma modestia que os honra, uma outra explicação. Dizem eles: «Mais de dois terços da província são constituídos pela montanha e a tarefa de transformação destas regiões não tem sido convenientemente levada a cabo.

«É para a montanha que deve ser canalizado o essencial dos esforços, mas isso depende de uma fantástica despesa em energia física». Para sermos realistas, é de acrescentar que, se a maior parte das comunas populares são efectivamente servidas por estradas, grande parte das brigadas e dos lugares não comunicam com o mundo exterior senão através de estreitos córregos.

Resta o problema, particularmente delicado, das relações entre o poder chinês e as minorias nacionais. O terreno mostra-se difícil e espinhoso e uma demasiada insistência em penetrar nesses assuntos provoca visíveis agastamentos. Assim o director do instituto de nacionalidades de Kunming acaba por se enervar e proclamar com uma certa soberberia que antes de mais nada «a uniformização dos particularismos nacionais em todo o Mundo é um objectivo desejável, uma evolução positiva» de que não teremos medo. A realidade é felizmente mais complexa do que deixaria supor uma profis-



Após séculos de miséria, as crianças chinesas têm direito à escolaridade à alimentação e à assistência. Com Mao, 95 por cento das crianças das chamadas «minorias nacionais» têm já direito à escola. E podem optar entre a língua da sua etnia ou a língua oficial: a chinesa.

pública da China Popular. A única diferença é de que as diferentes etnias estão representadas no seio dos órgãos dirigentes. Na prefeitura autónoma (tai) de Hsi-huang-Pan-Na, o presidente e dois vice-presidentes do comité revolucionário são de nacionalidade tai, dois outros são han, o último hani. No conjunto da prefeitura, trabalham ao todo 2700 quadros, pertencentes às minorias, formados localmente, em Kunming ou em Pequim. Em relação à população, este facto representa cerca de um quadro por 200 habitantes.

O aspecto linguístico deste problema das nacionalidades é o mais agudo. Em 21 minorias nacionais registadas como tal (existem ainda as «não-classificadas» que formam uma categoria à parte), raras são aquelas que possuem uma língua escrita. Procura-se assim adaptar sistemas de transcrição, em caracteres tai ou mesmo latinos. Dito isto, é de registar que o chinês é não somente a língua administrativa, mas também a que as crianças aprendem na escola. O seu ensino não é formalmente obrigatório, mas o resultado prático é o mesmo, pelo menos a partir do secundário. Comunidades particularmente fortes, como a dos tai, conservam simultaneamente a sua língua que não é utilizada apenas «em paralelo» ao chinês para os documentos de estado civil ou administrativos, mas igualmente no ensino de matérias tais como a matemática ou ciências da natureza, sobretudo nas classes primárias. Para as outras minorias, a língua permanece no estado de dialecto falado. O encontro com um estudante de nacionalidade hui, que não se exprime a não ser em chinês e não compreende a sua própria língua, põe em dúvida que esta possa sobreviver a muitas gerações. E os hábitos? E as tradições religiosas? A erradicação é progressiva mas certa. Admite-se que os hui, descendentes dos «sarracenos» que Marco Polo encontrou na sua viagem à China, não comam ainda carne de porco, por tal ir contra os seus «usos», especiais para eles. Por isso têm cantinas especiais. Também os «usos» em matéria de casamentos (estes são muito raros entre uma etnia e outra) continuam a ser,

parece, respeitados tal como os ritos funerários. Não é de forma alguma uma questão de budismo. Os numerosos templos que se vêem ainda nos arredores das aldeias ou estão abandonados ou transformados em celeiros. Alguns, tal como certos santuários taoístas, são conservados a título de museus ou monumentos nacionais. Violação cultural ou violação da cultura? Ninguém pode negar que o poder chinês se faz sentir com força sobre estas pequenas comunidades. Em contrapartida, que futuro e que liberdade de escolher o seu futuro serão oferecidos a um jovem Tulung cuja língua cuidadosamente preservada lhe permitia comunicar ao todo com três mil compatriotas? Quanto à religião acaso nos poderemos espantar — sem ao contrário nos felicitar — que a China marxista aqui como noutros lados lute contra o que pensa serem sobrevivências perniciosas de um passado destruído?

Com uma impressionante franqueza, o director do Instituto das Nacionalidades de Kunming, já referido, explica que o objectivo primordial do seu magistério é dar aos seus 800 estudantes «uma orientação sólida e correcta». Isto significa em poucas palavras que tai, hani, lahu, tulung e membros de outras minorias, os jovens que entram neste Instituto, em suma os quadros de amanhã são tratados como qualquer estudante chinês, qualquer que seja a província de que são oriundos. Aliás a Constituição que promete apoiá-los «na revolução e edificação socialista» não quer dizer outra coisa, convidando-os definitivamente a transformarem-se simplesmente em cidadãos chineses.

1. As outras minorias nacionais no Yunnan são os Pai, Hani, Chuang, Tai, Miao, Lisu, Hui, Lahu, Wa (também chamados Lolos), Naxi, Cingpo, Yao, Tibetanos, Pulang, Achang Nu, Pumi, Penglung, Mongóis.

2. A título de comparação, a densidade média da China é de 79 habitantes por quilómetro quadrado. É superior em 300 por cento às províncias como Honan, 400 a Shantung. A densidade da população em França é de 95 habitantes por quilómetro quadrado.



A cultura específica das minorias nacionais tende a desaparecer. Um estudante da etnia «tai» reconheceu perante o articulista ignorar a sua língua de origem. Mais que um conhecimento de língua chinesa é o enquadramento político que se realiza, como pretende aliás o poder central.

cebolas verdes ou delicados rebentos de bambu envoltos em folhas de bananeira, este espectáculo não é de forma alguma, de miséria. Uma espécie de relativa prosperidade dá lugar a curiosas misturas. Os porcos passeiam-se livremente em plena rua à procura de um suplemento da sua ração. Em contrapartida, de um lado e do outro da rua principal do aglomerado, a livraria onde se alinham, lado a lado, livros em chinês e tai — está colocado, em frente, um grande armazém, sem originalidade talvez, mas onde se encontra a mesma variedade de calças, de camisas, de garrafas, de todos os artigos, em suma, que são vendidos em toda a China. É fácil de constatar

que os habitantes de Yunnan são camponeses... Quer dizer que, para a esmagadora maioria da população, a «descolagem económica» ainda se faz esperar; quer dizer que «o crescimento, como nos explicam em Kunming, é ainda muito lento em relação às outras províncias».

Porquê? Há sem dúvida razões técnicas para este atraso. Passar, por exemplo, de uma a duas colheitas de arroz como se deseja, supõe uma prática de reequipamento. Num país onde a mão-de-obra está longe de ser abundante, seria exigido um mínimo de mecanização, muito excessivamente rara além de os créditos para fabricar a maquinaria serem muito limitados...

são de fé tão simplista.

LÍNGUAS NÃO-ESCRITAS

A «sinização» das minorias nacionais é evidente e salta aos olhos em ocasiões frequentes. Pode apresentar um aspecto caricatural quando é apresentado como uma pretensão «canção folclórica hani» intitulada a «Revolução cultural é excelente», ou ainda uma «dança tai» sobre o tema «amealhar o grão prevendo uma guerra... O processo de integração nacional confundeu-se aqui com o enquadramento político. As estruturas da administração local são rigorosamente as mesmas que as das outras províncias da Re-

FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DA INDUSTRIA DE HOTELARIA, RESTAURANTES E SIMILARES DO SUL A TODOS OS TRABALHADORES DA INDUSTRIA DE HOTELARIA, RESTAURANTES E SIMILARES

ONDE ESTÁ A CRISE DA HOTELARIA; COMO E QUEM A PROVOCOU

Dirigindo-se, indevidamente, aos trabalhadores da hotelaria, as associações patronais vêm insistindo na tentativa de lançar na confusão os trabalhadores e a opinião pública, pretendendo justificar a sua ausência às negociações com a decantada crise do sector.

E, decididamente, as associações patronais gostaram da expressão, e de tal modo que a repetem constantemente como se de verdade feita se tratasse. Curiosamente, no entanto, esquecem-se (?) de informar das razões e dos responsáveis de tal crise.

Mas, como se isto não bastara ainda, as entidades patronais sentem força para acusar as associações sindicais de eleitoralistas, conflituosas, divisionistas e caluniadoras. Tal força advem-lhes da condição de classe a que pertencem, como exploradores que são, não hesitando na prática de ingerência nítida nos assuntos dos trabalhadores, procurando insultar as suas organizações de classe e colocando-se nitidamente à margem da Constituição. O desmascaramento das associações patronais não é inédito, mas representa claramente uma demonstração de fraqueza (e falta de argumentos).

E por isso que as associações sindicais entendem que vai chegando a altura de repor a VERDADE dizendo claramente onde está a crise e quem a provocou.

ONDE ESTÁ A CRISE?

Como as entidades patronais vêm, de há muito, jogando na confusão importa, desde já, diferenciar hotelaria (abrangendo todas as empresas de alojamento) de restauração e similares. Importará também distinguir Turismo (situação actual), hotelaria (situação actual), Turismo (perspectivas futuras) e hotelaria (perspectivas futuras).

É da situação actual do Turismo e da Hotelaria, que primeiramente vamos falar: Não ignoram os Sindicatos que o turismo atravessa uma grave crise, como não ignoram as razões que a originaram. Não deverão ser com certeza os trabalhadores a pagar a falta de planificação a nível estatal do Turismo, a incompetência, o livre arbítrio das entidades privadas quanto à implantação, natureza e oportunidade dos estabelecimentos, nem tão pouco a campanha desencadeada contra Portugal pelos meios de comunicação capitalistas e fascistas, bem acolitados, aliás, por «responsáveis» que «berravam» por essa Europa fora que em Portugal se viviam os últimos momentos da liberdade (como se não foram os trabalhadores os mais interessados nela! Como se não fossem os trabalhadores os seus maiores artífices).

Em tempo indicaram, todavia, os Sindicatos algumas medidas a tomar tendentes a debelar a situação. No entanto, a política de desinteresse pelo movimento sindical obstou a que tais medidas tivessem sido oportunamente tomadas.

QUEM VAI PAGAR A CRISE O PATRÃO QUE A PROVOCOU OU O TRABALHADOR QUE A SOFREU?

A questão que hoje se põe, é, e muito claramente, quem deve pagar a crise, quem deve pagar o preço da crise do turismo: os que a provocaram na ganância do lucro fácil obtido à custa de mão-de-obra barata, os que a provocaram por incompetência de gestão e planificação ou, e mais uma vez os trabalhadores.

A questão que aqui opõe trabalhadores a patrões deriva da relação de explorador e explorado, e a pergunta que se põe é quem vai pagar a crise, se aqueles que a provocaram se aqueles que a sofrem.

CRISE NO SECTOR HOTELEIRO OU O DESMASCARAMENTO DA CRISE DA ECONOMIA CAPITALISTA?

No que se refere à actual situação do sector hoteleiro (entendendo como tal as empresas de alojamento) há que analisar cuidadosamente o problema. É que, se é evidente que a maioria dos estabelecimentos hoteleiros foi concebida para receber o turista estrangeiro, e é real que houve uma diminuição apreciável de hóspedes estrangeiros, não é menos evidente que invocar tal não passa de uma tentativa de mascarar o problema. Assim, porque para averiguar da situação real (neste momento) do sector, há que ter em conta o turismo interno (que aumentou) e o factor retornados.

Dai que, devido a razões conjunturais, é certo, a taxa de ocupação dos estabelecimentos hoteleiros tenha registado no último trimestre de 1975 e nos dois primeiros trimestres de 76 a sua maior alta. Daqui se pode inferir (mesmo esquecendo as já públicas situações de fraude por parte de proprietários, que assim vêm usurpando ao erário público muitos milhares de contos) que a actual situação dos estabelecimentos (taxa de ocupação superior a 100 por cento) é a melhor possível nas actuais condições e com a actual organização e estrutura do sector.

E, se alguém houver (e há) prejudicado com a actual crise do Turismo esse alguém será o povo português e não os proprietários dos estabelecimentos que os têm e tiveram esgotados, mesmo fora das épocas normais.

QUE RECUPERAÇÃO E COMO ENFRENTAR A CRISE

A questão que se põe é a de tornar as unidades hoteleiras rentáveis, e tal apenas se poderá conseguir com uma alteração profunda nas actuais estruturas do sector. E, um dos primeiros passos a dar nesse sentido consiste na participação dos trabalhadores na gestão das empresas, consiste na resolução do problema dos retornados e consiste fundamentalmente no fomento do turismo de importação (mesmo fora dos mercados habituais) e na diminuição do turismo de exportação (em favor do fomento do turismo interno). Estão algumas das medidas a tomar, e que contudo as entidades patronais insistem em ignorar.

A resolução da crise do turismo terá que passar também pela diminuição dos privilégios dos mesmos de sempre, em benefício daqueles que até hoje apenas têm conhecido privações.

RESTAURAÇÃO E SIMILARES QUAL CRISE?

Quanto à restauração e similares, refutam os Sindicatos a existência de qualquer crise e, muito claramente afirmam, que nunca os lucros dessas empresas foram tão «chorudos» como hoje. Aliás, fontes oficiais indicam que a percentagem das despesas em vencimentos de pessoal não atinge os 30 por cento dos Gastos Gerais, ao contrário de empresas de outros ramos onde atinge e ultrapassa os 60 por cento. E se de facto algumas empresas foram conduzidas a estado de falência tal se deve à incompetência dos seus gestores, e que as abandonam depois de lhes sugar todo o capital possível. O melhor desmentido que se pode fazer de tal crise e a recuperação conseguida pelos trabalhadores de empresas nestas condições (de que os patrões parasitas reclamam posse mal haja algum dinheiro para roubar).

QUEM ESTÁ INTERESSADO NA RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA; QUEM TRABALHA OU QUEM SABOTA?

Quem está interessado na recuperação do sector, como na recuperação da economia nacional? Os trabalhadores que acordaram adiar para Abril de 1977 a aplicação das tabelas salariais a negociar, no respeitante à hotelaria, ou o patronato que pura e simplesmente se recusa a negociar? Quem está interessado na recuperação da economia, os Sindicatos que tudo fazem para levar os patrões às negociações sem o recurso a formas de luta radicais, ou os patrões que querem provocá-las?

A NECESSIDADE DE REVER O CCTV PARA REPOSIÇÃO DO AUMENTO DO CUSTO DEVIDA

E que pretendem afinal os trabalhadores com a revisão do CCTV, senão a reposição do aumento do custo de vida. Que pretendem os trabalhadores senão a manutenção do seu poder de compra?

Da justa das reivindicações dos trabalhadores não restam dúvidas a ninguém, e só razões infamezas podem levar os patrões à recusa de comparência às negociações.

Estão no entanto os Sindicatos firmes na sua intenção de rever o CCTV, tendo-se já iniciado as negociações com as entidades patronais que se mostram dispostas a negociar, havendo desde já a garantia do Ministério do Trabalho de que o texto aí acordado será, pela via administrativa conveniente, alargado ao restante sector.

Não querem os Sindicatos deixar de assinalar a «notável» (?) má-fé destes patrões «pobrezinhos» ao procurarem lançar a divisão dos trabalhadores através de comunicados anónimos e ilegais. Não deixam de lamentar, também, que hoje, e devido aos dois anos de revolução, não mais sejam defendidas as liberdades que renasceram há quarenta e oito anos de repressão.

Estrangeiro



A casa onde viveu o dramaturgo, em Stratford-on-Avon, é hoje o maior cartaz turístico da região

Carta de Stratford-on-Avon

O caso Shakespeare

PATRICE DOUIN-PEREZ

«Shakespeare é um génio. Quatro séculos depois de terem sido escritas, as suas peças continuam a fazer rir ou chorar o mundo inteiro. Isto explica e justifica talvez a comercialização actual do seu nome». Para Roger Pringle, um dos responsáveis do Shakespeare Centre a exploração da obra do grande poeta dramático inglês não tem nada de desmesurado. A realidade dá-lhe par-

de Gainsborough.

As lojas de recordações e os restaurantes «Falstaff» recordam tanto o genial autor e utilizador do vergo «to be» como a sua estátua, que se eleva face ao famoso Royal Shakespeare Theatre. O mais ilustre dos filhos de Stratford faz viver, indirectamente, várias centenas de pessoas. A R.S.C. (Royal Shakespeare Company), dois milhões de libras estreli-

«Contrariamente às aparências, o turismo não representa mais de 10 por cento da actividade económica e comercial da cidade», afirma Pigott-Smith, secretário-geral da Câmara do Comércio. Stratford esforça-se por esquecer o teatro e o século dezasseis para atrair novas indústrias. De momento, tem tido êxito. Centro comercial de uma região agrícola o seu parque industrial completou-se rapidamente. O grupo I.D.C. (construção industrial, oitocentos empregados), várias sociedades de engenheiros, uma importante companhia de seguros, etc. criaram um número apreciável de empregos. A cidade não conta mais de quatrocentos desempregados actualmente.

A imagem de marca da cidade é boa. As sociedades não hesitam em se descentralizar para aqui, sabendo que os seus quadros apreciarão a nossa qualidade de vida», declara Curnock, presidente do município de Stratford. «O turismo, acrescenta, foi uma benção: nós damos muita atenção ao urbanismo e ao meio ambiente, mas seríamos menos meticulosos se Shakespeare não tivesse tido a boa ideia de nascer aqui».

Vítima do seu sucesso, Stratford tem, no entanto, dificuldade, no Verão, em canalizar a frota de veículos e os seus visitantes. Mas a poluição, a obrigação de construir enormes parques de estacionamento, não desfiguram ainda excessivamente a cidade. «Desde que consigamos conservar uma dimensão humana!», suspira diante de nós um hoteleiro local que lamenta o seu antigo deputado, John Profumo, cuja carreira teve um fim brutal na sequência de certas «revelações» de Christine Keeler.

Mais de um «stratfordiano» duvida com efeito, que à força de se querer transformar as peças de Shakespeare em notas de banco, a cidade não vá perder a sua identidade e o seu equilíbrio.

Stratford-on-Avon, Shropshire, Inglaterra



Este busto recente de Shakespeare é bastante contestado: não passa de uma aproximação dizem os entendidos

cialmente razão.

Com os seus vinte mil habitantes Stratford-on-Avon, no Warwickshire, no coração de Inglaterra, poderia ter sido uma vila próspera e sem história. A fatalidade e o teatro decidiram de maneira diferente. Nascedo ali, em 23 de Abril de 1564, William Shakespeare não suplantaria provavelmente que Stratford se tornaria, quatrocentos anos mais tarde, a segunda cidade turística do Reino Unido depois de Londres. Os dois milhões de visitantes — 65 por cento de estrangeiros — que se passam cada ano ao longo do Avon não amentam provavelmente a sua devoção. Também não que a arquitectura e a paisagem continuamente gan-

nas contabilizadas em 1975, um milhão e quatrocentos mil espectadores, emprego mais de três centenas de pessoas — vinte e seis hotéis (com um Hilton e um Welcome Hotel que propõe aos seus clientes o transporte por helicóptero até ao novo National Exhibition Centre de Birmingham) e umas quatro dezenas de anúncios de «bed and breakfast» («cama e pequeno almoço») sempre esgotados em plena estação.

«Para os continentais e os japoneses que assistem as representações, Shakespeare é um pouco como o «chamês», declara Vincent Pearmain, um engenheiro local que também é um dos responsáveis da R.S.C. «Mas isto não é mais do que uma aproximação de Shakespeare».

Estrangeiro

Três dias consecutivos de agitação em Soweto

JOANESBURGO, 6 — (R. e F.P.) — Negros, arremessando pedras percorriam hoje amotinados as ruas da localidade de Soweto, erguendo barricadas, numa tentativa para obrigar trabalhadores indígenas a ficarem em casa e não irem para o trabalho, segundo revelou a polícia.

Automóveis destruídos foram utilizados para erigir barricadas em algumas estradas.

Grupos de jovens concentraram-se nas centrais das recolhas de autocarros e nas estações de caminho-de-ferro da localidade apelando para os africanos faltarem aos empregos.

A polícia anunciou incidentes esporádicos e apedrejamento.

É o terceiro dia consecutivo

de agitação e de violência na localidade, a denominada «cidade satélite» de Joanesburgo, onde vive um milhão de negros.

Notícias não oficiais indicam que foram abatidos pelas balas da polícia cinco negros e que mais 26 ficaram feridos devido à recente onda de violência, mas as autoridades anunciaram apenas duas mortes e 18 feridos.

Milhares de negros, principalmente estudantes, têm feito repetidas tentativas para furar o cordão da polícia que cerca Soweto e marcharem sobre Joanesburgo, a 12 quilómetros de distância.

Pretendem protestar junto do comando da polícia em Joanesburgo contra a continuação de detenção sem julgamento de diri-

gentes estudantis negros, presos após as grandes desordens de Junho. A polícia afirma que somente quatro negros se acham ainda detidos, mas dirigentes estudantis asseveram que, pelo menos, 30 se encontram na cadeia.

Ontem, a certa altura, cerca de 5.000 estudantes iniciaram uma marcha sobre Joanesburgo, após um comício maciço. A polícia disse ter disparado sobre as cabeças dos manifestantes, quando gás lacrimogénio não os deteve, obrigando-os a dispersar.

Noutros incidentes ontem, a polícia efectuou cargas de bastão sobre cerca de mil crianças de escolas na localidade de Tembisa, ao norte de Joanesburgo. Em Katlehong, a Leste da cidade, jovens largaram fo-

go a veículos e tentaram incendiar uma cervejaria.

Entretanto, os estudantes mestiços da Universidade do Cabo, a única aberta aos mestiços na África do Sul, manifestaram ontem a sua solidariedade com os estudantes negros de Soweto, causando estragos no valor superior a 75.000 dólares nas suas instalações.

Apesar da prisão na quarta-feira do dirigente da União dos Estudantes desta universidade, P. Louw, igualmente vice-presidente da Organização dos Estudantes Sul-Africanos, não foi feita nenhuma prisão entre os manifestantes.

A Universidade do Cabo está oficialmente encerrada desde segunda-feira última em virtude dos estudantes haverem decidido boicotá-la durante uma semana.

Por fim dois jornais de Joanesburgo pedem ao governo para tomar medidas que evitem o risco de ver-se metido no que o «Raind Daily Wail» chama «um ciclo de distúrbios de geração própria», cada um deles possivelmente maior e pior do que dantes.

O «Beeld» diz por seu turno que «basicamente esta é a altura de ter a cabeça fria, não para uma insistência excitada de medidas duras que só podem confundir as coisas. Estes incidentes não podem ser resolvidos pela acção da polícia, que só poderá ser uma parte da resposta. No principal é necessária a acção política aqui, em várias frentes».

KISSINGER NO IRAO

Armas sofisticadas em troca de petróleo

TEERÃO, 6 — (R) — O secretário norte-americano de Estado, Henry Kissinger, e o xá do Irão travam conversações sobre permutas de armas por petróleo, destinando-se o armamento a manter o ritmo do aumento do poderio militar da Pérsia.

Tais negócios ajudariam o Irão a abrandar o impacto do declínio dos rendimentos com petróleo.

Os dois estadistas encontraram-se em Nowshahr, cidade no Mar Cáspio.

As conversações terão como tópico principal o desejo do Irão de continuar a comprar ar-

mas sofisticadas norte-americanas, como os caças a jacto F-15 e contratorpedeiros, a fim de prosseguir com a sua transformação numa grande potência militar no Golfo Pérsico e no Oceano Índico, a despeito da baixa nas vendas de ramos de petróleo.

Os governos de Nixon e de Ford foram muito criticados nos Estados Unidos, nos últimos anos, por autorizarem vendas de armas, virtualmente sem restrições e abrangendo praticamente tudo desde bombardeiros B-52 a armamento nuclear à Pérsia numa tentativa para tornar esse país numa âncora de estabilidade.

Espera-se que o chefe da diplomacia norte-americana exprima algumas das desconfinanças do governo de Ford acerca de uma tentativa persa de trocar petróleo, que não pode vender aos actuais preços elevados do mercado, por armas modernas dos Estados Unidos.

O Governo de Washington mostra-se relutante em aumentar as importações de petróleo norte-americanas, mesmo por permuta, numa altura em que procura ser auto-suficiente em energia.

Não mostra também desejo de permitir que o Irão assumia o controlo sobre algumas pequenas companhias petrolíferas domésticas norte-americanas, como prevêem alguns dos planos.

Contudo, espera-se também que as permutas de armas por ramos possam ser uma forma de rodear os altos custos mínimos fixados pela Organização dos Países Exportadores de

Petróleo (O. P. E. P.) e criar assim pressões para se conseguirem preços mais baixos.

Funcionários norte-americanos observaram que era improvável que Kissinger e o xá da Pérsia chegassem a um acordo, há muito proposto, sobre a venda de seis a oito reactores nucleares pelos Estados Unidos ao Irão por causa de discordância quanto a salvaguardas.

Desemprego aumenta nos países da C.E.E.

BRUXELAS, (C.E.C.), 6 (F.P.)

Em Maio e Junho de 1976 o desemprego diminuiu na Alemanha e na Dinamarca em relação ao mesmo período de 1975, mas em todos os outros países da Comunidade Europeia continuava ainda a aumentar, indicam as últimas estatísticas publicadas pela Comissão do Mercado Comum.

Estas estimativas incidem sobre períodos diferentes em cada Estado membro, o que não permite comparações precisas.

Todavia, indicam que em Junho de 1976, a RFA deu trabalho a 81.098 desempregados (em relação a 1975) havendo assim uma diminuição de 8 por cento no desemprego. Restam-lhe 921 037 pessoas sem trabalho, ou seja, 4 por cento do total das que estão empregadas.

CORRUPÇÃO LEVA TANAKA AO TRIBUNAL

TÓQUIO, 6 — (ANOP-DL)

O antigo primeiro-ministro do Japão, Kakuei Tanaka, foi pronunciado por corrupção pelos magistrados encarregados de instruir o caso das «luvas» pagas pela construtora de aviões norte-americana «Lockheed». As investigações levaram à conclusão de que Tanaka recebeu quatro «verbais» da «Lockheed», por intermédio da sociedade japonesa «Maurbeni Trading Corporation», num total de 1.666.000 dólares (50 milhões de contos). Essas «lu-

vas» relacionavam-se com as suas funções de primeiro-ministro.

Tanaka, que foi preso a 27 de Julho passado, já havia sido pronunciado por violação da legislação da fiscalização dos câmbios. Actualmente está em detenção provisória por vinte dias. Mas quando esses vinte dias terminarem, o ex-primeiro-ministro japonês será processado por corrupção e violação da legislação da fiscalização de câmbios. Recordase que, há dias, o seu motorista se suicidou.

Hiroshima: o genocídio há 31 anos

HIROSHIMA, 6 — (R,

ANOP, DL) — Esta manhã, às 8 e 15, as sirenas voltaram a soar em Hiroshima, na triste lembrança do lançamento da primeira bomba atómica numa guerra. Há 31 anos o presidente Harry Truman, dos Estados Unidos, achou que o genocídio era a solução para vencer o Japão, e ordenou o bombardeamento. Depois, diante da estupefacção do mundo disse que «Hitler teria feito o mesmo se pudesse», pelo que se igualou ao comandante máximo do nazismo.

Quando as sirenas tocaram, na hora em que a bomba atómica explodiu, em 1945, milhares de residentes e visitantes de Hiroshima, tendo à frente o primeiro-ministro japonês Takeo Miki, observaram um minuto de silêncio, no Parque da Paz. Depois, os sinos dobraram pelas 86 975 vítimas conhecidas de um dos maiores crimes da História.

Enquanto isso, o Hospital da Bomba Atómica, fundado em 1956, declarou já ter tratado 661 463 pessoas desde a sua criação. Dos 5813 pacientes que passaram pelas suas enfermarias, que dispõem de 170 camas, morreram 1194, cinquenta dos quais, este ano. O hospital continua a tratar um número crescente de pacientes que sofrem de cancro e tumores malignos, em consequência da explosão. A média etária dos doentes é de 63 anos.

Em Nagasaki, onde uma segunda bomba foi lançada três dias após a de Hiroshima, o cancro é a doença mais espalhada entre os sobreviventes, ainda hospitalizados desde 9 de Agosto de 1945. O Hospital de Nagasaki abriga e atende 832 pacientes, cuja idade média é de 61 anos. Deste total, 142, ou seja, 18,2 por cento, sofrem de cancro, com uma elevada incidência no estômago e útero.

Esses números foram publicados ontem, pela Cruz Vermelha Japonesa. Logo no momento da explosão, as duas bombas atómicas norte-americanas mataram 274 000 civis inocentes em Hiroshima e Nagasaki. Entretanto, milhões já foram atingidos. Ainda hoje continuam a morrer habitantes dessas regiões, em consequência das ordens de Truman. E muitos mais continuarão morrendo pelas radiações nucleares que permaneceram no ar.

Seis padres presos na Argentina

CÓRDOVA, 6 (F.P.) — Um sacerdote norte-americano e cinco seminaristas foram presos na terça-feira em Córdoba, soube-se ontem nos círculos eclesiais desta cidade argentina.

Um dos seminaristas é de nacionalidade chilena, e o pa-

dre seria o reverendo James Week, cuja detenção foi anunciada pela imprensa local.

O bispo auxiliar de Córdoba, Mons. Candido Rubiolo, numa entrevista com as autoridades desta província da Argentina tratou da detenção destes eclesiais. Ignoram-se os motivos da sua prisão.

u n i v e r s a l

BOUDU QUERIDO
BOUDU SAUVE DES EAUX

UM FILME DE JEAN RENOIR COM Michel Simon



CICLO JEAN RENOIR — De a 11 de Agosto inclusive

Às 14.30 h. PASEIO AO CAMPO
ENCONTRO COM JEAN RENOIR
Às 17 h. BOUDU QUERIDO
Às 20.30 h. PASEIO AO CAMPO
ENCONTRO COM JEAN RENOIR
Às 22.30 h. BOUDU QUERIDO
Às 00.30 h. O CIO de ANDY WARHOL.
De dia 7.8.76 (interdito a men. 18 anos)

Espectáculos

O cineasta, o juiz, e a morte

Um importante cineasta zürco, também romancista premiado, Yilmaz Guney, acaba de ser condenado a 19 anos de prisão. Motivo, a morte de um juiz. Guney teve circunstâncias atenuantes devido à atitude provocatória do juiz. O cineas-

ta estava a filmar «Ansiedade», obra que relata as misérias dos trabalhadores agrícolas, e dera para o ar alguns tiros necessários ao filme. O ruído incomodou, porém, o magistrado, que jantava num restaurante próximo e discordou violenta-

mente do facto. Houve uma alteração a que se seguiu uma cena de pogilato durante a qual o juiz foi mortalmente ferido.

O jornal de grande tiragem «Hurriyet» publicou um relatório segundo o qual os peritos da polícia de Istambul teriam verificado que a bala não pertencia ao revólver do cineasta. O tribunal, porém, não atendeu a esse relatório nem às declarações de inocência de Guney.

Cítara indiana no Estoril

O II Festival de Música da Costa do Sol tem, porventura, hoje, o seu ponto mais alto com a apresentação, pela primeira vez em Portugal, de um concerto de música indiana, na linha da grande tradição erudita que nasceu intimamente ligada à filosofia e à religião. O espectáculo, que se realiza pelas 21.30h, no Pavilhão dos Congressos do Estoril, conta com a participação de dois eminentes mestres: Rais Khan, na cítara, e Ustad Bashir Ahmed Khan, na tabla.

Tais Khan, nascido em 1939, e filho de um famoso citarista de Beenkar, familiarizou-se com este instrumento desde muito cedo. Tinha cinco anos quando se apresentou em público pela primeira vez, sendo aclamado como menino-prodigi.

O concerto, que constitui uma iniciativa conjunta da Embaixada da Índia, do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Direcção-Geral da Acção Cultural, será repetido amanhã, pelas 21.30, nos Jardins da Escola A.R.CO, e posteriormente noutras localidades do País.

Crítica de Cinema

JORGE LEITÃO RAMOS

FICHA:

Título original: Point black
Realização: John Boorman (USA-1967)

Argumento: Alexander Jacobs, David Newhouse e Rafe Newhouse, **segundo a novela** «The hunter» de Richard Stark

Fotografia (panavision e metrocolor): Philip H. Lathrop
Música: John Mandel (canção «Nighty good times» de Stu Gardner)

Montagem: Henry Berman
Interpretação: Lee Marvin (Walker), Angie Dickinson (Chris), Keenan Wynn (Yost), Carrol O'Connor (Brewster), Willy Bechner (Frederick Carter), Michael Strong (Stegman), John Vernon (Mal Reese), Sharon Acker (Lynne), etc.
Distribuição em Portugal: Filmes Lusomundo.

Cinema: Apolo 70.

Classificação: Não aconselhável a menores de 18 anos.

Levantar, em 1967, um filme negro é um trabalho de constante referência. Quer dizer, é um trabalho que remete todo o tempo para um acordo tácito entre o espectador e o realizador sobre as regras e o seu conhecimento. Trata-se de reerguer, brilhante e renovedamente, um código adormecido cujo fascínio provém mais do seu carácter fatalista, do reencontro do espectador com a sua suspeita, do que de um qualquer desbravar de novos caminhos.

A queima-roupa segue escrupulosamente essas normas

"À queima roupa" de John Boorman

de ouro do filme negro, ilustrando-as com uma força invulgar, um sentido do cinema que é total e que explora minuciosamente os seus vários componentes, da imagem, à cor, aos actores, à banda de som. Pode mesmo dizer-se que o desenvolvimento da intriga, se bem que exemplar, é de uma relativa secundariedade já que, em 1967, o percurso de Walker é uma quase verdade antecipada, como a identidade de Yost é um mistério só aparente, dado ser um elemento já vulgarizado em inúmeros livros policiais e em filmes. O fundamental deste filme é a sua realização, a sua materialização, e é aqui que ele ganha um peso importante.

Sendo um cinema fechado, suspenso pela intriga e pelo tempo do filme, o «filme negro» é o espaço ideal das personagens, quer dizer, da representação. Com efeito todas as figuras que se movem no ecrã estão limitadas a uma função, a um elemento de um código, ausente qualquer enquadramento psicológico, qualquer prolongamento da sua existência para lá do filme. Não são também sinais modelares, já que não remetem para generalizações de que eles fossem exemplares tipificados, mas podem dizer-se que a acção global tem um carácter simbólico na medida em que aponta para uma problemática social precisa. No filme negro o herói é um ser solitário em luta suicidária e inexplicável contra qualquer coisa de gigantesco,

tentacular e opressivo (que pode ser a polícia, uma comunidade ou, como em *A queima-roupa*, um «sindicato do crime»), luta tanto mais desesperante quanto ela é evidentemente condenada ao fracasso. Há um carácter de obsessivo cerco, um inevitável círculo a percorrer, uma repetição exaustiva de lugares e acções, pesadelo de quem foge mas se mantém sempre no mesmo lugar.

Em *A queima-roupa* isto é transparente. A acção está continuamente bloqueada, não avança realmente, mantém-se no ponto de partida, clarifica-se na cena antológica em que Walker ouve da boca de um «leader» do gang que nunca irá obter o que deseja, mau grado as mortes que for fazendo. A fuga é impossível, o cerco não se rompe, o herói está condenado.

Classicamente essa condenação expressava-se na morte mas John Boorman vai mais longe ao evocar que o fundamental está na impossibilidade de se sair de um esquema que, fundamentalmente, é mais forte do que cada homem. Essa é a verdade fatalidade.

Destruição inexorável do mito individualista, o filme negro é também o lugar sombrio onde se cristalizam as frustrações de uma sociedade; não é coincidência o facto de ter sido na década de 40 que esse género floresceu nos Estados Unidos.

Mas se ninguém foge de Alcatraz sozinho, que acontecerá se formos muitos?

PUB

SINDICATO

DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS

DO DISTRITO DE LISBOA

SEMANA DO EMIGRANTE

FESTA CONVÍVIO

NO MERCADO DO POVO

DOMINGO A PARTIR DAS 17 HORAS

Programa:

CINEMA

TEATRO

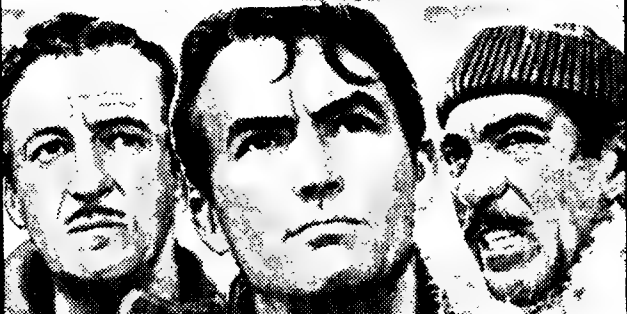
CANTO E CONJUNTOS

Considerando que trabalhadores são todos aqueles que lutam em Portugal ou em qualquer outro país por melhores condições de vida e de justiça social, o Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Lisboa associa-se às comemorações da SEMANA DO EMIGRANTE e convida todos os seus associados a participarem, festejando, mais esta grande jornada de solidariedade e unidade dos trabalhadores.

Lisboa, 5 e Agosto de 1976.

A DIRECÇÃO

AINDA É SEMPRE
A MAIS
GIGANTESCA
DE TODAS
AS
AVENTURAS!



GREGORY PECK DAVID NIVEN ANTHONY QUINN

no filme de CARL FOREMAN

OS CANHÕES DE NAVARONE
(THE GUNS OF NAVARONE)

com STANLEY BAKER, ANTHONY QUAYLE, IRENE PAPAS, GIA SCALA and JAMES DARREN

Música comp. e dir. de J. Lee Thompson
Realiz. de J. Lee Thompson
Não Aconselhável a Menores de 13 Anos

HOJE ÀS 21.30 MONUMENTAL



HOJE: às 20.30 e 22.30

4.ª FEIRA
Descanso da Companhia
(Não acos. MEN. 18 anos)



"Horas de Luta" na Casa da Comédia

O Grupo de Trabalhadores de Teatro da Casa da Comédia apresenta durante o mês de Agosto, na sua sede, à rua de S. Francisco Borja, n.º 24, em Lisboa, o seu espectáculo «Horas de Luta», montado a partir de textos de Guerra Junqueiro.

Sobre este trabalho, o grupo divulgou um texto no qual refere que a escolha de Guerra Junqueiro se deve ao facto de se tratar de um «poeta de combate que lutou contra uma sociedade em decomposição, uma monarquia apodrecida e uma religião adulterada, e que por condicionalismos vários apenas tem sido divulgado no aspecto mais frágil da sua poesia o lirismo quando na sátira e no teatro a sua expressão atinge uma força verdadeiramente actuante e actual.

O espectáculo, encenado por Norberto Barroca, integra-se no objectivo do Grupo de empenhar-se na dinamização cultural junto de estudantes, até fins de Agosto, seguindo-se uma digressão pela província, com outro espectáculo de características nacionais e populares «Lendas portuguesas» com o qual projecta ir ao encontro do povo e das regiões onde essas lendas tiveram as suas origens e têm ainda raízes bem vivas, que apenas necessitam ser motivadas e estimuladas para a revitalização da nossa cultura.

Durante o mês de Agosto, o espectáculo «Horas de Luta» será apresentado todas as quartas às 19 h., às quintas e sextas e sábados, às 21.30.



CONCERTOS DE CÍTARA E TABLA

A Secretaria de Estado da Cultura, o Ministério dos Negócios Estrangeiros e a Embaixada da Índia, patrocinam:

— Dia 6 de Agosto no Estoril, às 21.30 h.
no Pavilhão de Congressos (integrado no 2.º Festival da Costa do Sol)

Canal da Crítica

UMA TARDE QUENTE DE AGOSTO

QUEM IMITA QUEM?

Durante a intervenção de Alvaro Cunhal, na Assembleia da República, verificou-se uma suspensão da imagem durante três minutos.

A RTP não precisou de recorrer aos serviços do Padre Brown para descobrir o «criminoso». Após inquérito sumário, verificou-se que a interrupção se devera a uma baixa de tensão.

Encontrou-se o culpado, finalmente. O qual, certamente, não deixará de ser absolvido caso vá a julgamento.

ANJOS

Freitas do Amaral queixou-se pelo facto de os membros do governo estarem numa posição que impedia os oradores de lhes ver as reacções. Trata-se, disse, de «negação topográfica do diálogo»...

Estranhamente, Mário Soares bateu palmas. Tão estranhamente que pouco incitou os seus correligionários a seguir-lhe o exemplo. O fracasso da atitude marcou-o visivelmente para o resto da sessão.

Realmente, o oportunismo não compensa. Nas grandes como nas pequenas coisas.

Mas a crítica de Amaral e o apoio de Soares não se justificam. Certamente os membros do governo estão de costas, para os oradores, mas o povo diz que os anjos não têm costas. Nem os anjos, nem os anjinhos.



CÂMARA MUNICIPAL DO CONCELHO DE LOURES

AVISO

Faz-se público que se acha aberto concurso público, pelo prazo de 20 dias, contados a partir do dia seguinte ao da publicação deste anúncio no «Diário da República», para adjudicação da empreitada de «Construção de um edifício para sede da Junta de Freguesia de Apelação».

A base de licitação é de 535 000\$00.

O processo da empreitada pode ser examinado todos os dias úteis durante as horas normais de expediente, nos Serviços Técnicos de Obras do Município.

Os concorrentes deverão nosuir alvará de empenheiro de obras públicas, correspondente à 1.ª categoria ou da subcategoria da ... categoria e da classe que cubra o valor da proposta apresentada.

A caução provisória é de 13 375\$00.

A abertura das propostas realizar-se-á perante a Comissão Administrativa na primeira reunião ordinária que se seguir ao termo do prazo fixado neste anúncio. A Comissão Administrativa reúne todas as quartas-feiras, pelas 10 horas no edifício dos Paços do Concelho.

Paços do Concelho de Loures, 28 de Julho de 1976.

O Vice-Presidente da Comissão Administrativa, em exercício

Arquit. António de Carvalho

Por MÁRIO CASTRIM

não explicou a contradição representada pela existência de um governo minoritário face à maioria de esquerda manifestada nas eleições.

Do seu lado direito sopravam largas ondas de fumo. A sua imagem no televisor recordava velhas mágicas, alquimias, lâmpada de Aladino que se esfrega, uma fumarada e de entre a fumarada eis salta o poderoso feiticeiro.

Mas isto, António, já não vai lá com feitiçarias. E quanto mais fumo, pior.

OIRO? QUAL?

Ouviram os telespectadores o deputado do PPD Barbosa de Melo fazer referência à «pimenta da Índia e ao ouro do Brasil»...

O senhor deputado levou o hemicíclio num motociclo de espanto. Ouro do Brasil? Isso é piada a quem?

É piada ou descuido? Ou não passa de simples comichão histórica?

De qualquer modo, o deputado precisava, dirão alguns de pimenta na língua.

EVIDENTEMENTE... CURIOSAMENTE...

O deputado Acácio Barreiros, da UDP (que, durante a campanha para a eleição presidencial, evitava tacticamente demonstrações anticomunistas) deu ontem provas inegáveis da sua autêntica feição política.

Evidentemente que a exploração do filão Otelu continua. Curiosamente, o general que diz abominar jogos partidários, anda assim envolvido nestes estranhos jogos.

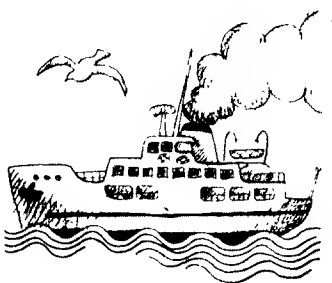
Tudo a bem da «unidade popular», já se vê...

FAROLISMO

O mesmo deputado, a certa altura, referiu-se à Albânia. Chamou-lhe «farol do socialismo na Europa».

Algumas pessoas (entre as quais me incluo) são ingénuas ao ponto de admitir que o ridículo tem limites.

A realidade, pela voz do deputado da UDP, vem provar que essas pessoas são, «de facto», ingénuas. O farol do ridículo não se apaga nunca.



Cruzeiro a Troia

Dias 25 de Julho
8 e 22 de Agosto
5 e 19 de Setembro

Uma iniciativa do GUTUS levada a efeito numa das modernas embarcações dos Caminhos de Ferro Portugueses.

Preços: adultos 150\$00
crianças 70\$00
Suplemento para almoço 50\$00

Horário: estação do Teffredo do Paço
embarque 08 00 horas
desembarque 20 30 horas

bilhetes à venda nas estações de Lisboa no GUTUS
(telef 53 98 71-36 25 01-68 11 78)
e no teu Sindicato

Caminhos de Ferro Portugueses

OS GOLPES BAIXOS

Não se pode de maneira nenhuma menosprezar o talento político de um homem experimentado como Freitas do Amaral. Se é certo que Marcelo Caetano o tinha por Delfim, não se enganou. Deve sentir-se contente.

A sua defesa é fraca (porque não pode apresentar o CDS com a sua verdadeira face totalitária e isso lhe enreda os movimentos) mas o seu ataque é perigoso, particularmente se pode golpear à vontade, sem que nenhum árbitro ou nenhum adversário lhe denuncie os golpes baixos. Em que é mestre.

Veja-se: na sua opinião, o programa do Partido Socialista representa, pela sua fragilidade, a própria derrota do marxismo, donde se prova que o marxismo não pode resolver a crise portuguesa...

Mais: donde se prova que o marxismo não dá saída para a escassez, apenas serve para gerir a abundância...

Em primeiro lugar, importava demonstrar que o programa do P.S. é um programa marxista. Em segundo lugar, acreditava sinceramente Freitas do Amaral que a Rússia dos czares era o reino da abundância? Eram reinos da abundância a Bulgária, a Polónia, a Hungria? Era próspero o Vietname? Navegava na riqueza a Cuba de Fulgêncio Bautista?

Freitas do Amaral não acredita. Não acredita mas ataca. Ataca com golpes baixos. Porque? Porque não tem outros. Quer dizer: não tem a História por si.

A sua derrota é essa.



grupo 4 apresenta

O CÍRCULO DE GIZ CAUCASIANO



(11 semanas em cena)
DE 3.ª A 6.ª FEIRA,
AS 21 e 15 H.
SÁBADO, AS 15.30
e 21.15
DOMINGO, só às 16 h.

Ensino Particular

As actividades de uma Escola e o modo como são aproveitadas e estimuladas as potencialidades das crianças por competentes Educadoras, Professoras, assistências psicopedagógicas, etc. podem ser avaliados através dos trabalhos escolares realizados durante o ano lectivo.

Visita a exposição do Colégio Sá de Miranda, até 15 de Setembro.

R. Alexandre Braga, 17
Telefs 45310 e 537532

Televisão

Hoje



Concurso Terra a Terra Minha Gente — Hangra do Heroísmo

I PROGRAMA

- 15.00 Abertura e transmissão directa da Assembleia da República do debate sobre o programa do Governo
- 20.00 Encontro — com o romancista alemão Gunther Grass.
- 20.25 Telegiornal 1.ª edição
- 21.05 Terra a Terra Minha Gente — concurso sessão dedicada ao distrito de Angra do Heroísmo.
- 22.30 Há só uma Terra — um programa sobre o meio ambiente.
- 22.50 Telegiornal 2.ª edição
- 23.10 Fecho

II PROGRAMA

- 20.00 Abertura e «Pippi das Meias Altas» série filmada.
- 20.25 Fronteiras do Amanhã
- 20.40 Da Saúde e da Vida — a raiva (2.º programa).
- 20.55 «A Família Boussardel» — série filmada.
- 22.00 Telegiornal
- 22.30 Fecho



Amanhã

I PROGRAMA

- 14.00: Abertura e Telegiornal 1.ª edição; 14.15: Hoje Pode Ver; 14.25: Retrospectiva; 14.40: Culinária — transmissão dos Estudos do Porto; 15.05: Aconteceu, Acontece; 15.30: «Jovens Rebeldes» — série filmada; 16.20: Fungã da Bicharada; 16.35: «Casa Georgiana» — série filmada; 17.05: Desenhos Animados; 17.20: Dialogo com a Cidade — transmissão dos Estudos do Porto; 17.45: Da Saúde e da Vida — a raiva (2.º programa); 18.00: Concerto Playel — 1.ª parte do concurso organizado pelo Conselho Internacional de Musica da Unesco comemorativo do seu 25.º aniversário; 18.55: Stop — um programa da Prevenção Rodoviária Portuguesa; 19.10: «Gente do Amanhã» — apresentação de Vasco Granja; 19.35: «Gente do Amanhã» — série filmada, com Elisabeth Adare e Nicholas Young; 20.10: Cartaz; 20.30: Telegiornal 2.ª edição; 21.05: Jogos Sem Fronteiras; 22.30: «Hesitação» — um ano depois em debate; 23.15: Telegiornal 3.ª edição; 23.30: Fecho

II PROGRAMA

- 20.00: Abertura e música de câmara portuguesa; 20.15: No Jardim Zoológico; 20.40: «Os Vitoriosos» («The Victors») — um filme produzido em 1964 e realizado por Carl Foreman, com George Hamilton, George Peppard, Melina Mercouri e Jeanne Moreau; 23.10: Fecho

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV

SOS-CLÍNICA DE TELEVISÃO

COM RADIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA

DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRATIS — SERVIÇO PERMANENTE

Telefs. 722786-834271

Avenida S. João de Deus, 12-B - Rua Macau, 8

Desporto

VOLTA A PORTUGAL EM BICICLETA

Mais de cem ciclistas e prémios que não são de fome

A 38.ª Volta a Portugal em Bicicleta (porque o ano passado os «miseráveis» do pedal não desceram à estrada) está praticamente montada: há «mapa» (por outras palavras: traçado), há prémios, há promessas, há patrocinadores, há inscritos e, portanto, não será redundância dizer-se, quase em lapidar síntese, «Viva a Volta!». Viva o pedal, os homens das bicicletas, o povo e os candidatos ao mais desejado torfeu que a maior prova velocípédica constitui, embriagando o popularuncho do Norte a Sul e, este ano, do Minho ao Algarve-e-Funchal.

O Funchal, é, sem dúvida, a nota mais saliente, por enquan-

to, da prova, enviando sete ciclistas, três dos quais têm angariado vários triunfos em terras onde o Padre Martins é, para além de todo o caciquismo ameaçador, a grande figura dos dias que correm. Além da Madeira, factos de realce desta edição da «prova maior» do nosso pedal poderá ser qualquer uma das equipas virgens nestas andanças, exemplos concretos da Safina, Caldas de S. Jorge (Vila da Feira) ou Coimbrões, para falarmos em três de um manancial que sob a égide de «aboletar» amadores-seniores só agora despoitam na nossa «ribalta» ciclistica.

A prova, como deixamos a

perceber atrás, é dominada, a nível de categorias colectivas, por um amadorismo que se desdobra em duas facetas: o senior e o especial. Por amador-especial deverá entender-se o ciclista que já foi profissional e deixou de o ser, mas que, mesmo assim, não é propriamente «visto» como amador pela Federação Internacional de Ciclismo, que não lhe reconhece esse (quase) direito. Amador-senior, por seu turno, é todo o corredor que cumprindo o calendário de «popular», após somar 35 pontos num mínimo de quatro provas, se guindou por mérito próprio ao escalão imediato. Aliás, tal critério, se não exis-

tisse um critério quase selectivo, permitiria que na estrada corredores sem qualquer credencial ou valor ombreassem, presencialmente, com outros que, pela sua intrínseca categoria (os amadores-especiais), já percorreram «Seca e Meca» nestas questões de pedaladas e etapas, colocando uma iniciativa como é a Volta a Portugal em Bicicleta numa posição que nada ficaria a dever ao ridículo, para além da aceitação da sua inscrição e candidatura constituir a apologia do ridículo.

ROL DE CANDIDATOS

Os prémios, que referimos em título, não são propriamente de fome, se atendermos a que o nosso ciclismo, excepção feita para os «internacionais» (Agostinho, José Martins e Fernando Mendes), hoje é alimentado, paroquialmente, pelos amadores (seniores e especiais). E, para amadores, mesmo quando uma bicicleta custa cerca de vinte contos e a maioria das despesas são cobertas pelos «viciados», 50 contos para a camisola amarela (1.º lugar na classificação geral), 10 mil escudos para a camisola verde e outros tantos contos (10) para a camisola azul (lugares primeiros, respectivamente, na classificação por pontos e na montanha), não se pode dizer, em toda a consciência (e com toda a honestidade), que não seja aliciante.

Mais curta, menos pronunciada quilometricamente, a prova não terá (como também deixamos perceber) os três «europeus», mas contará com Joaquim Andrade (que a venceu em 1969), Venceslau Fernandes (um bom ciclista), Américo Silva (vitorioso em 1968), Joaquim Leite e João



Joaquim Andrade (o homem de Travanca, Vila da Feira), agora a correr pela «Safina», que ainda há dias venceu o «Grande Prémio Transmontano», é o mais favorito dos favoritos à 38.ª edição da Volta a Portugal. A foto é (ou pode ser) significativa: Agostinho ao lado do «passar» o «testem unho» de inveterado vencedor da prova ao seu potencial sucessor

Sampaio, além de Manuel Silva e outros, que também podem ser apontados ao rol de candidatos ao triunfo final.

Colectivamente, está assente a presença de equipas (o que já referimos) que nunca passaram por esta «glória» que não deixa de ser participar na Volta a Portugal. O Benfica (com sete corredores credenciados), Sangalhos (6), Louletano (4), Ginásio de Távira (6, embora só deva concorrer José Madeira, a ser integrado na turma do Louletano), F. C. Porto e Coelima são clubes que não se apresentam pela primeira vez uma volta. Os restantes — Costa do Sol (sete ciclistas), Louisa (7), Pinheiro de Loures (7), Manique (1), União de Coimbra (5), Almodôvar (5), Coimbrões (5), Paredes (6), Safina (3), Mónica (2), Alfenense (7), São Jorge (3), Fafe (1), Fagcar (1) e uma selecção da Madeira — são os estreantes desta competição.

Os ciclistas mencionados, como é bom de ver, são todos os que se encontram devidamente credenciados pela FPC e inscritos nos respectivos clubes, num máximo de sete que constituirão cada equipa. No entanto, admite-se que qualquer das equipas enriqueçam o seu lote com reforços adequados.

A prova, apesar de ser para amadores (ou talvez por isso mesmo), tem as suas regras, de acordo com o regulamento internacional, e tem, também, os seus patrocinadores: «Toto-bola» para a classificação geral, «Clock» para a classificação por pontos (verde), e «Sumol» para a montanha (camisola azul). E, como mandam as leis internacionais, terá, também, o controlo anti-doping no final de cada etapa, que abrangerá o «camisola amarela» e inevitavelmente, pelo menos, o 1.º e 2.º classificados de cada etapa.

XADREZ

Socialistas dominam internacional de Bienne

O antigo campeão mundial de xadrez, Mikhael Tal, da União Soviética, derrotou o colombiano Oscar Rojous Castro na décima-oitava jornada do Torneio Interzonal que está a decorrer em Bienne, na Suíça.

Jogando com as brancas, Tal ganhou em 28 lances para assumir o comando do torneio, com 11,5 pontos, tendo meio ponto de vantagem sobre o dinamarquês

Bent Larsen. Todavia, Larsen tem duas partidas suspensas, uma da décima-sexta jornada, com o norte-americano Robert Byrne, e outra referente à décima-oitava jornada com Jan Smejkal, da Checoslováquia.

Os resultados da décima-oitava jornada foram os seguintes: Robert Byrne (EUA)-Alexander Matanovic (Jugoslávia) suspensa (45 lances); Jan Smejkal (Che-

coslováquia)-Bent Larsen (Dinamarca) suspensa (40); Robert Huebner (RFA)-Tigran Petrosyan (URSS), 0-1 (41); Joaquim Diaz (Cuba)-Vasily Smyslov (URSS), 0,5-0,5 (46); Raul Sanguinetti (Argentina)-Efim Geller (URSS), 0,5-0,5 (40); Boris Gulko (URSS)-Vladimir Liberson (Israel), 0,5-0,5 (17); Mikhael Tal (URSS)-Oscar Rojous Castro (Colômbia), 1-0 (28); Lajos Portisch (Hungria)-Genadi Sosonko (Holanda), 1-0 (25); Andre Lombard (Suíça)-Ulf Andersson (Suécia), suspensa (40); e Kenneth Rogff (EUA)-Istvan Csom (Hungria), suspensa (40).

Entretanto, em Haia (Holanda), a Embaixada da URSS solicitou ao Ministério holandês dos Negócios Estrangeiros que organizasse um encontro entre membros da Embaixada e o grande mestre de xadrez Viktor Korchnoi, que recentemente pediu asilo político na Holanda — anúncio hoje um porta-voz do Ministério. O porta-voz acrescentou que o encontro seria possível «em princípio», não tendo todavia referido o que seria discutido no seu decurso.

Korchnoi, de 45 anos, mantém-se em residência secreta, tendo-lhe sido ontem concedida uma licença de estadia por seis meses, enquanto o seu pedido de asilo é estudado.

é que já pode absorver normalmente, em quantidades mínimas, alguns alimentos e bebidas», acrescenta o boletim.

Lauda entretanto, terá que ser submetido a um exame oftalmológico profundo, para saber se poderá voltar um dia à competição. Seja como for, o austríaco parece ter recuperado o seu moral. Perguntou já, aliás (às pessoas presentes no seu quarto), quando poderia voltar a competir, e informou-se da última classificação do campeonato do mundo dos condutores.

Entretanto, em Maranello, perto de Modena, a fábrica de Lauda («Ferrari») anunciou que suspenderá a participação dos seus carros no Campeonato Mundial de Automobilismo de Fórmula Um em consequência do grave acidente sofrido pelo piloto austríaco.

Lauda já fala

«A vida do campeão mundial dos condutores, Niki Lauda, já não corre perigo, e o seu estado continuou a registar melhoras» — anunciaram ontem os médicos do Hospital de Mannheim, onde o piloto se encontra em tratamento desde domingo, último.

«A respiração é satisfatória, o ritmo cardíaco e as funções circulatórias normalizam», precisa ainda o boletim de saúde. «Se Lauda continua a ser alimentado por sonda, a verdade



João Silva fica em Belém

Sairam Freitas e Pietra, além de Peres Bandeira. Entrou, entre outros, Carlos Silva, «homem da casa». Mas João Silva,

velha dedicação dos «azuis» do Restelo, esse fica. Parece estar de pedra cal, o João que é massagista ali há muitos anos, salvo erro 28. Quem o garante é o coronel Marcelino Marques, presidente do Belenenses, e lá terá as suas razões para o assegurar.

Mas que a perspectiva da sua saída levantou problemas e causou aflições, lá disso não duvidem. Entretanto, o «caso» transitou pelos respectivos departamentos e, ultimamente, o assunto tem vindo a ser tratado pela Assembleia Geral, devendo ficar resolvido «com honra para ambas as partes» (palavras de Marcelino Marques), porque João Silva «é um homem a quem o Belenenses muito deve» (ainda o presidente do clube).

Clésio e Cajú: em Alvalade 2.ª-feira

Clésio e Cajú, os dois novos recrutados brasileiros com quem o Sporting parece ter fechado contrato, deverão chegar a Alvalade na próxima segunda-feira, vindos do Rio de Janeiro. A falta de documentação, segundo um informador brasileiro, obstará a que os compatriotas de Manoel e Da Costa tivessem chegado esta semana, sobretudo os passaportes, bem como «o garante de saída» que todo o brasileiro deve de-

positar na Caixa Económica do país quando abandona, mesmo que temporariamente, terras brasileiras, e que é na ordem, por cabeça, de cerca de trinta contos. Para que ficassem isentos desse «imposto complementen» tornou-se necessário provar por intermédio da CBD que os homens vinham para Portugal ganhar dezenas de milhares de escudos, pelo que, tudo isso atrasou a sua partida.

Assim, lá para depois de amanhã teremos aí os homens, uma vez que a autorização de saída já foi concedida, e qualquer deles «ilíbado» de desembolsar os milhares de cruzeiros equivalentes a trinta mil escudos.

Colóquio sobre futebol

Hoje e amanhã, num dos mais luxuosos hotéis de Lisboa, o futebol está em colóquio, numa iniciativa da direcção da FPF. A ideia partiu do eng. Abílio Rodrigues e parece ter despertado, nas tertúlias que lhe são inerentes, franca aceitação.

Como convicados, teremos 9 treinadores, nove jornalistas, outros tantos preparadores físicos, cinco médicos, 4 árbitros e o mesmo número de jogadores. Objectivo: diálogo entre todos os sectores da modalidade.

FÉRIAS NA MADEIRA

1 SEMANA

PARTIDAS: todos os dias excepto às 4.ªs feiras

Vôos especialmente fretados a TAP

Julho-Agosto-Setembro

Preços excepcionais desde *

2.880\$

INCLUINDO:

- Viagem em avião a jacto TAP
- Estadia no Hotel
- Transportes em terra
- Visita turística
- Assistência de delegado

* a vantagem dos voos especiais

ORGANIZACAO EXCLUSIVA

abreu

fundada em 1840

LISBOA Av. da Liberdade, 160 • Telef. 371341
PORTO Av. dos Aliados, 207 • Telef. 37921
COIMBRA Rua da Seta, 2 • Telef. 270112
FARO Rua Com. Bvar, 65 • Telef. 25035/6

CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS

PORTUGAL

HOMENAGEM

A Federação Portuguesa de atletismo (FPA) promove amanhã, pelas 18 horas, no Estádio Nacional, uma homenagem aos atletas portugueses presentes nas Olimpíadas de Montreal assim como ao respectivo técnico.

O programa da homenagem, que contará com a presença do Secretário de Estado da Juventude e Desportos, Dr. Joaquim de Sousa, inclui, ainda, um colóquio com o presidente e outros directores da FPA sobre a presença nos Jogos Olímpicos, contactos internacionais e perspectivas para o atletismo português.

Entretanto, Portugal defronta a Espanha em atletismo entre equipas masculinas (atletas de 24 anos), nos próximos dias 14 e 15 de Agosto, nas pistas do Estádio do Jamor (na Cruz Quebrada), segundo apurou a ANOP junto da Federação Portuguesa de Atletismo.

O encontro entre as equipas dos dois países foi solicitado pela Federação Espanhola, que mostrou interesse que os seus atletas viessem competir com a representação portuguesa. Após reunião dos dirigentes da FPB, esta aceitou a realização do encontro.

ACADÉMICO (TAMBÉM) EM ESPANHA

O Académico também vai a Espanha, e tem já o seu calen-

dário «maratoneiro» traçado, que se situa entre Ferrol (terra do ditador Franco), Albacete (onde pombas portuguesas são largadas) e Cartagena. Doze dias de encontros e bolandas (a viagem é sempre de autocarro), de 20 do corrente (Ferrol Racing-Académico), no troféu «Concepcion Arenal», a 31, em Cartagena, com Albacete de permeio. Outros encontros: Las Palmas (21) e Sabadel (28), no Torneio de Albacete, e possibilidades de mais um «em cada torneio (Ferrol-Albacete)». Em 31, o último «apronto», em Cartagena (onde fica uma das mais temidas prisões espanholas), contra a «equipa local, da II Liga.

Nacional

Caso do vidreiro assassinado

Sindicato põe em causa a isenção do tribunal

PORTO, 6 — «Como é que o tribunal pode considerar que o Ludgero não teve intenção de matar se os disparos foram a cerca de metro e meio e atingiram o Almeida e Silva num ponto vital ferindo o João Fonseca e falhando por acaso um terceiro? Como é que o tribunal vai pôr em liberdade tal

indivíduo sem precaver a indemnização devida à esposa do falecido e filha, e ao nosso colega Fonseca que ainda está sob vigilância médica?» — Estas algumas das interrogações postas aqui durante uma conferência de imprensa realizada no Sindicato dos Vidreiros do Norte.

O facto de o tribunal, no acórdão, ter considerado que «não houve intenção de matar» foi referido como «ofensivo ao mais elementar senso comum».

Outro sindicalista considerou altamente perigosa «não só para o movimento sindical como para todo o povo português» a libertação do Ludgero.

Foi também manifestada estranheza pelo facto do delegado do Ministério Público, que ao longo do julgamento se mostrara «tão zeloso pela defesa das instituições públicas ter proposto a inqualificável quantia de 50 contos como caução».

Depois de ter sido referido que o Ludgero fará parte de uma «organização forte de burlistas, traficantes de moedas e de notas e de contra-revolucionários» cujo desmantelamento se impõe como forma de iniciar o combate ao terrorismo» foi feito um apelo à vigilância popular.

"Agro-Vouga 76"

divulga programa da feira

AVEIRO, 6 — Como anunciámos, em tempos, de 11 a 19 de Setembro realiza-se aqui a exposição-feira «Agro-Vouga 76», que funcionará das 10 às 24 horas com as seguintes exposições: material agrícola e equipamento tecnológico; equipamento de explorações leiteiras; indústria de leite, laticínios e produtos alimentares; prova e venda de vinhos regionais; aves exóticas e canoras; e documentos.

Este certame agro-pecuário abrirá com um concurso de espécies bovinas. Seguem-se concertos pelas bandas «Amizade» e «Bingre Canelense».

No dia 12 haverá um leilão de bovinos com registo genealógico e distribuição de prémios. O programa continua no dia seguinte com um colóquio subordinado ao tema «Associativismo agrícola». No

dia 14 é a vez de um festival de folclore no qual participam os grupos «Cancioneiro de Águeda» e «Típico da Região do Vouga». No dia 15 realiza-se um colóquio subordinado ao tema «Esquemas de Produção de Leite e Carne». No dia 16 há gincana de tractores. Para o dia 17 está marcado um colóquio sobre «Aproveitamento do Vouga». Enfim, no dia 18 efectua-se um concurso pecuário de espécie equina, e um espectáculo pelo grupo CE-TA, que apresentará a peça «Falatório de Ruzante de Volta da Guerra», nessa noite haverá ainda uma audição do coral Vera Cruz.

A exposição-feira encerra no dia 19, que será preenchido com um concurso de carcaças e leilão de bovinos sem registo genealógico.

Faltam ligações
aos comboios de Leiria

LEIRIA, 6 — Está a causar sérios transtornos para quem viaja utilizando o caminho-de-ferro entre a estação e a cidade de Leiria ou vice-versa, a falta de ligação aos principais comboios e automotoras de passageiros.

Esta anomalia tornou-se mais aguda desde que, há meses, os transportes rodoviários foram nacionalizados. Desde então, deixou de existir essa ligação aos comboios e os pas-

sageiros sentem-se desamparados pela falta de transporte, dando origem a cenas e comentários desagradáveis a todo o momento.

É certo que há automóveis de alugar, mas isso não resolve o problema, porquanto nem todos têm possibilidades de fretar esse transporte, e a maior parte das vezes esses automóveis não existem para satisfazer o recurso dos que não têm transporte próprio.

Sobe preço da água
no termo de Arganil

COIMBRA, 6 — O preço da água ao domicílio no Concelho de Arganil conhece considerável aumento a partir do corrente mês, embora também a facturação de Julho venha a ser feita já segundo as novas tabelas.

No escalão mínimo, de oito metros cúbicos, o custo subiu

de 3\$50 para 5\$00, enquanto que nos restantes escalões o preço por metro cúbico foi fixado em 6, 7 e 10 escudos, respectivamente.

Os serviços de águas da Câmara de Arganil registam um prejuízo anual da ordem dos 400 contos.

Trabalhadores científicos
elaboram
projecto de carreira

A Organização dos Trabalhadores Científicos acaba de elaborar um projecto de carreira científica no âmbito do M.E.I.C. ao mesmo tempo que enviou ao Governo e à Assembleia da República um documento sobre a situação crítica de alguns importantes institutos de investigação no nosso País.

A tomada de posição da O.T.C. refere especialmente os casos de extinção da Junta de Investigação Científica do ultramar pertencente ao Minis-

tério da Cooperação (em vias de extinção), e do Instituto Nacional de Investigação Industrial, dependente do Ministério da Indústria e Tecnologia. O documento da O.T.C. frisa o seu receio de «mais do que reestruturação de liquidação se trate, sem garantia de salvaguarda dos interesses profissionais dos trabalhadores afectados, nem do património cultural, científico e técnico acumulado nos organismos em questão».

FREQUENTA AS PRAIAS DA COSTA DO SOL?

Se vai de COMBOIO, NÃO SE SUJEITE A LONGAS DEMORAS em bichas para comprar bilhete.

Utilize as MÁQUINAS AUTOMÁTICAS, práticas e RÁPIDAS, bastando trazer, em MOEDAS de 5\$00, 2\$50, 1\$00e \$50 o PREÇO EXACTO do bilhete.

Os preços são:

CAIS DO SODRÉ A	PREÇOS	
	1.ª classe	2.ª classe
Santos Alcântara Belém Pedrouços Algés	7\$50	5\$00
C. Quebrada Caxias Paço de Arcos Santo Amaro Oeiras	11\$00	7\$50
Carcavelos Parede S. Pedro S. João Estoril Monte Cascais	15\$00	10\$00

NO REGRESSO utilize-as também, pois elas existem em todas as estações

Descubra Portugal
viajando de comboio

Caminhos de Ferro
Portugueses

Geral

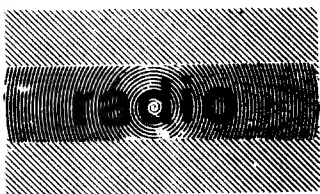
Gulbenkian evocado na "Coloquio/Artes"

Em edição da Fundação Gulbenkian, acaba de ser publicada e distribuído o n.º 28-2.ª série/18.º Ano da Revista Colóquio/Artes, correspondente ao mês de Junho último.

Dirigida pelo doutor José Augusto França e de que é director adjunto para a Música, Bailado, Teatro e Cinema, o dr. Carlos Pontes Leça, a revista tem como conselheiro artístico o pintor Fernando de Azevedo e F. Eduardo Nunes, do secretariado-geral.

A revista, que abre com um busto de Calouste Gulbenkian, insere um texto em Português e Francês alusivo às comemorações do 20.º aniversário da Fundação Calouste Gulbenkian, «Vinte anos preenchidos por uma actividade multifórmica, que vai da Ciência às Artes, da Educação à Assistência Social», embora «sem intenções de balanço» escreve-se nesse texto «que em outra publicação se fará...» Todavia, nesse breve testemunho faz-se uma judiciosa apreciação da situação das Artes plásticas nos anos 50, para depois prestar homenagem à personalidade do fundador da Fundação Gulbenkian e a seguir evocar as actividades da instituição em todos os sectores da sua acção que prosseguirá em obediência à vontade do seu instituidor, e abrangendo o País inteiro de acordo com os seus estatutos.

A revista, que na capa repro-



1.º Programa

16.00: Música variada; 17.00: Canções da Europa; 17.30: Orquestras; 18.00: Música portuguesa; 19.00: Agricultura que nós temos, por António Ribeiro Calado; 19.45: Música instrumental; 20.00: Jornal da noite; 20.30: Conjuntos instrumentais; 21.00: Contraponto editorial; 22.05: A economia portuguesa — a economia no nosso dia; por Abílio Diris Silva; 23.30: Desporto no Mundo; 00.00: Último Jornal; 00.30: Jazz; 01.00: Música na noite.

2.º Programa

16.08: Dois poemas sinfónicos; 17.00: Música coral-sinfónica; 18.40: Solos de cravo; 19.15: Música contemporânea; 20.00: Música de bailado; 20.33: Música de tecto; 21.00: Concertos de Verão; 23.00: Intercâmbio musical; 00.20: Duplo Concerto, de Brahms; 01.00: Fecho.

3.º Programa Nacional e Regional (294 m)

16.00: Variante (continuação); 16.15: Casos ao acaso, por Orlando Dias Agudo (repetição); 17.10: Vamos ao médico, pelo dr. José Matilides; 17.30: Teatro em variante, por Fernando Midões; 18.00: Concerto; 21.00: Música para meditar; 21.30: Quando o telefone toca; 23.05: A música e as vozes.

3.º Programa zlocal (187.5 m)

18.00: Entardecer — de vez em quando; 19.30: Romance de uma cidade (repetição) — cartas a ninguém; 21.00: Fecho.

4.º Programa

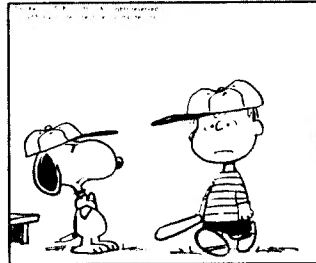
16.00: Música variada; 17.00: Canções; 18.00: Apenas música; 19.00: Em órbita; 20.00: Orquestras; 21.00: Concerto; 22.00: Auditório; 24.00: Prisma; 02.00: Fecho.

RÁDIO RENASCENÇA

16.05: Sequência da tarde; 18.05: Trechos seleccionados; 18.15: Igreja em notícia — palavra do dia; 18.30: Transmissão do terço; 19.00: Programa da Liga dos Amigos da Rádio Renascença; 20.00: Objectivo; 21.05: Programa da Liga dos Amigos da Rádio Renascença; 22.00: Quando o telefone toca; 22.30: Temas vivos; 23.05: Trifónico; 23.30: Dicionário de economia; 00.00: Meditando; 02.00: Encerramento da estação.

duz um pormenor de «Um Banho Turco», de Júlio Pomar, insere diversas fotografias, desenhos e gravuras, a preto e branco e a cores, e tem seguinte sumário: «Central Park-Archétypologie de Pierre Alexhinsky» (Généalogie des Formes), por Jean-Clarence Lambert; «Júlio Pomar — Contribuição para um texto duplo», por Ernesto de Sousa; «Júlio Pomar: «Toda a precisão é uma desfiguração», por Eurico Gonçalves; «Le Fabuleux et angoustes Univers d'Atila», por Henry Galy-Carles; «O Simbolismo em questão», por José Augusto França; «Les Années d'Apprentissage de Jean Renoir», por Claude Beylie; «The Enigma of Van Eyck's double Portrait», por Nicolas Calas; «L'attività di Filippo Juvara a Lisboa», por Aurora Scotti; «Discurso aos Rupiniquins ou... Mambás», por Mário Pedrosa; e ainda a «Carta de Lisboa», por Francisco Bronze, e a «Carta da Roménia» sobre o Centenário de Brancuse, de autoria de Mihai Zamfir.

PEANUTS



Turismo passa a ter Empresa Nacional

Por decreto-lei dos Ministérios das Finanças e do Comércio Externo, foi criada a Empresa Nacional de Turismo (ENATUR). Conta com o capital inicial de 100 mil contos e compete-lhe a gestão das participações do Estado no sector turístico, a reestruturação económica e financeira das empresas do sector, a coordenação, controlo e estabelecimento de directrizes e a observar a sua gestão.

O decreto, face às dificuldades que a iniciativa do sector turístico enfrenta, prevê ainda a institucionalização de novas estruturas e a definição de uma nova política de créditos como forma de relançar a actividade e apoiar o lançamento de novos empreendimentos.

BOLSA DE LISBOA

VALORES	EFEC.	COMPRA	VENDA
OBRIGAÇÕES DO ESTADO			
Cons. 23 3/4 %	—	275\$	—
Cons. 3 %	—	300\$	—
Cons. 3 1/2 %	—	350\$	—
Centenários	800\$	800\$	—
Tes. 5 %	—	780\$	—
Tes. 10 %	500\$	500\$	510\$
Extern. 1.ª - s.	—	450\$	—
Extern. 1.ª - c.	—	450\$	—
Extern. 3.ª - s.	—	460\$	—
Extern. 3.ª - c.	—	500\$	—
Caut. 3.ª - s.	—	145\$	—
FUNDOS PÚBLICOS			
A. Lx. 6 %	—	700\$	750\$
C.M.L. 5 3/4 %	—	720\$	—
C.P. 5 1/2 %	—	590\$	700\$
C.P. 5 1/2 %	—	590\$	—
C.P. 5 1/2 %	—	—	—
Corr. 5 3/4 %	—	—	—
Metr. 5 3/4 %	805\$	805\$	—
Tur. 5 3/4 %	—	850\$	—
C.P. 6 3/4 %	—	750\$	—
ELÉCTRICAS			
G. 5 %	—	—	—
G. 5 %	—	—	—
G. 5 %	—	—	—
G. 5 %	—	—	—
G. 5 %	—	—	—
G. 5 %	—	—	—
G. 6 %	—	700\$	—
G. 6 %	—	700\$	—
G. 7 %	—	—	—
H.E.A. 5 %	550\$	540\$	900\$
H.E.C. 5 %	—	540\$	560\$
H.E.C. 6 %	700\$	700\$	—
H.E.D. 5 %	—	540\$	—
H.E.D. 6 %	—	720\$	740\$
H.E.N.P. 5 %	—	740\$	—
H.E.S.E. 5 %	—	—	—
H.E.S.E. 6 %	—	—	—
H.E.Z. 5 %	670\$	660\$	680\$
H.E.Z. 6 %	—	540\$	—
N. Elec. 5 %	—	700\$	—
N. Elec. 6 %	—	540\$	—
Termoelec. 5 %	—	540\$	—
U.E.P. 5 %	—	—	—
U.E.P. 5 %	—	—	—
U.E.P. 6 %	—	680\$	—
U.E.P. 7 %	—	700\$	—
DIVERSAS			
A.P.T. 5 %	—	690\$	—
A.P.T. 5 %	—	670\$	—
Lisnave 6 %	—	—	—
Nitratos	60	610\$	—
Pet. 2.ª e 3.ª	—	—	—
Sacor 7 %	—	780\$	800\$
Sacor 5 %	—	—	—
Sacor 5 %	—	750\$	—
Sid. 5 %	—	635\$	650\$
Sid. 5 %	—	620\$	—
Sid. 5 %	—	620\$	650\$
Socel 5 %	—	—	—
R. Fabril	67	720\$	—
R. Fabril	68	715\$	—
ULTRAMARINAS			
Carbonif. 5 %	—	—	—
Rev. 5 %	—	—	—
Rev. 5 %	—	—	—
Mocambique 5 %	—	—	—
Sonefe 5 %	—	—	—
FUNDOS DE INVESTIMENTOS			
Atlântico	—	—	—
F.I.D.E.S.	—	—	—

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava pouco nublado excepto no Litoral Oeste a norte do Cabo Carvoeiro onde se apresentava muito nublado o vento era fraco e neblina ou nevoeiro em alguns locais.

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H.

PORTO	19º
COIMBRA	19º
PORTALEGRE	22º
LISBOA	21º
FARO	29º
FUNCHAL	25º

TEMPERATURAS EXTREMAS

RÉGUA

Máxima 37,5º

CARAMULO

Mínima 11,2º

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR	BAIXA-MAR
0.49 3,5 m	6.39 1,4 m
13.17 3,8 m	19.15 1,2 m
Dia 7	
1.51 3,7 m	7.35 1,2 m
14.13 4,0 m	20.08 1,0 m
Dia 8	
2.44 3,8 m	8.23 1,1 m
15.03 4,1 m	20.53 0,9 m

PREVISÃO GERAL ATE AS 24 H. DE AMANHÃ

Céu pouco nublado ou limpo; vento fraco soprando moderado de Noroeste durante a tarde a sul do Cabo Carvoeiro; possibilidades de neblina ou nevoeiro matinais nas regiões de Norte e Centro



NAScer AS 6.43
OCASO AS 20.41



DIA 10 DIA 18 DIA 25 DIA 1

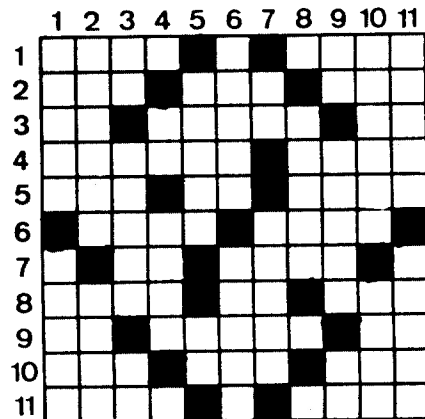
palavras cruzadas

COM PROVERBIO

PROBLEMA N.º 11437

HORIZONTAIS:

- Guarda segredo. Terreno.
- Falida. Apologia. Apellido.
- Pronome pessoal. Passado. Viração.
- Trilhado. Capim.
- Anel. Aparência. Artérias.
- Estimar. Lavras.
- Sufixo que designa estado. Gostar muito de.
- Serra de Portugal. Cobalto (s.q.) Nome de mulher.
- Nota musical. Realiza. Grande rebelião da Ásia Russa.
- Recusa. Pegadeira. Claridade.
- Patrões. Assunto.



VERTICAIS:

- Sepultura. Murmura.
- Aproxima. Fecham as asas para descer mais depressa.
- Nota musical. Estamos. O sono das crianças.
- Gálio (s.q.). Jarro (planta).
- Labutar. Deus dos pastores.
- Freira. Aleada.
- Preposição e artigo definido. Nome de fruto.
- Corta com serra.
- Tempo do verbo haver. Sair (frequentemente a rua. Oterace).
- Sulcava a terra. Numeral cardinal.
- Dás oiro a. Nome de fruto.

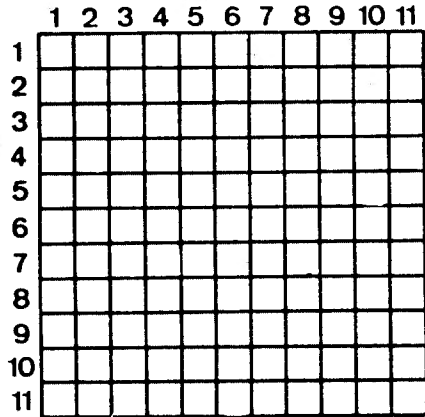
Resolveu completamente este problema? Procure agora em segundo passatempo o PROVERBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 7597

HORIZONTAIS:

- Cidade da Suécia. Moradia de família nobre ou importante.
- Estimar. Enrubescer.
- Raia. Tritura. Rente.
- Desgraça. Cobrem.
- Terreno coberto de vegetação no meio de um deserto. Gostara muito de.
- Cidade da Itália. Arara.
- Agucar. Estacionas.
- Corda de reboque. Boi selvagem. Mitologia.
- Brejo. Comei a ceia.
- Ecoara. Fora para fora.



VERTICAIS:

- Pacote. Arvoredo.
- Nome de fruto. Angústia.
- Qualidades. Fechara as asas para descer mais depressa.
- Cidade da antiga Caldeia. Ofício divino. Viração.
- Conjunção. Sapo do Amazonas.
- Boro (s.q.). Nota musical.
- Sufixo que designa pequenez. Mulher chinesa da classe baixa.
- Língua antigamente falada ao sul do rio Loire. Estimara. Aqui.
- Parvo. Equipei.
- Limpava metais. Gemer.
- Vinte mãos de papel. Aldeia de Itália.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11436

HORIZONTAIS:

- Ou. COMEM. Cm.
- Reatem. Hão.
- Tascas. Sair.
- Cravado. Rai.
- Orador. Al.
- Orla. Aar. Mi.
- Sua. As. Ia.
- Sras. Assoa.
- Os. Astros.
- Uai! Ira. Ame.
- Sm. Mestre.

VERTICAIS:

- TODOS. OU.
- Ura. Russas.
- Escolar. Im.
- Caçara. Aa.
- Otava. Assim.
- Mesadas. Tre.
- Em. Coa. Aras.
- Sorriso.
- HA. Assar.
- Cairam. Me.
- MORALIDADE.

Proverbio: OU COMEM TODOS OU HÁ MORALIDADE.

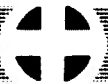
SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7596

HORIZONTAIS:

- Aca. Saltara.
- Moscas. Rs.
- Am. Arno. Ias.
- Cor. Aa. Ag.
- Asais. Troca.
- Cio. Ser. Ar.
- Saa. Pereira.
- Os. So. Ador.
- Bica. Alem.
- Trinara. Agã.
- Essa. Ena! As.

VERTICAIS:

- Maça. Sorte.
- CC. Raia. Bis.
- Ara. Io. Sina.
- Iras. So. Are.
- Sana. Se. Are.
- Terã. An.
- Arreda.
- Trigo. Iola.
- Ala. Carrega.
- Rosnara. Mãe



farmácias de serviço

LISBOA

TURNO H-1

ATÉ ÀS 22 HORAS

ALVALADE
S. Miguel, P. Francisco de Moraes, 1 (T. 771469); Roma, Av. de Roma, 85-B (T. 772466); Ideal, Av. Almirante Gago Coutinho, 49-A (T. 712803)

BAIXA
Centro Farmacêutico, R. das Prtas de Santo Antão, 88 (T. 321211)

CAMPOLIDE
Pinto, R. de Campolide, 11-A (T. 682610)

CAMPO DE OURIQUE
Ema, R. D. Maria Pia, 358-A (T. 686176)

ESTEFÂNIA
Mondial, L. de D. Esfênia 10 (T. 45578)

GRACA
Monte, R. Senhorado Monte, 3-A/B (T. 867842)

LUMIAR
Pateira, Al. das Linhas de Torres, 362-B (T. 790332)

MADRAGOA
Lys, R. da Esperança, 17-19 (T. 660913)

MAQUES DE POMBAL
Ribeiro e Castro, R. Braamcamp, 52-C (T. 43409)

ANTO AMARO
Santo Amaro, R. Filinto Elisio, 29-A/B (T. 637070)

S. SEBASTIÃO DA PEDREIRA
Berna, Av. de Berna, 44-A (T. 773568)

SETE RIOS
Canto, Edas Laranjeiras, 202-B (T. 780841)

TURNO H-2

TODA A NOITE

AJUDA
Lidia Almeida, C. da Ajuda, 170 (T. 637318)

ALTO DE S. JOÃO
Zonal, R. Moraes Soares, 58-C (T. 847708)

ALVALADE
Brisália, Av. Rio de Janeiro, 66 (T. 722368)

AREIRO
Central, Av. Paris, 2 (T. 720820)

AVENIDAS NOVAS
Cardote, E. Vosconde Valmor, 28-A-C (à Av. da República) (T. 772291)

BAIRRO AMERICA
Marins, R. Fernão de Magalhães, 33 (T. 849448)

BAIXA
Durão, R. Garrett, 90 (T. 324166)

Benfica
Santa Cruz, Av. Gomes Pereira, 34-A (T. 704828)

CAMPO DE OURIQUE
Almeida, R. Silva Carvalho, 136 (T. 681726)

CASTELO
Santa Luzia, R. da Saudade, 2-B (T. 869831)

CHIADO

Durão, R. Garrett, 90 (T. 324166)

ESTEFÂNIA
Romano Baptista, R. Passos Manuel, 6-10 (T. 570593)

PICHELEIRA
Marx, C. da Picheleira, 140-B/C (T. 720703/728395)

OLIVEIRA SUL
Higiene, R. Cidade Vila Cabral, lote 43 (T. 310026)

S. SEBASTIÃO DA PEDREIRA
Sousa Martins (ao Moatadouro) (T. 553468)

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Combatentes, Av. C. G. Guerra, 166 (T. 2113954)

CAXIAS
Nova, R. Bernardino Ribeiro, 1-A (T. 242839). Até às 22 horas

OEIRAS
Alcântara Guerreiro, P. Residencial Dr. Augusto de Castro, lote 10 (T. 2430691). Toda a noite

NOVA OEIRAS
Lal, Até às 22 horas

CARCAVELOS
Central, Toda a noite

S. DOMÍNGOS DE RAMA
Godinho da Silveira, Av. Saboia, 29-B (T. 260085). Até às 22 horas

PARADE
Macau, R. J. Elias Garcia, 60-C (T. 2471785). Toda a noite

AMOREIRA
Amoreira, Até às 22 horas

ESTORIL
Marques dos Santos, R. Ferreira J. A., 15 (T. 260116). Toda a noite

CASCAIS
Nova, E. de Alvide, Fontainhas (T. 281044). Até às 22 horas; Marginal, Av. Marginal (T. 280078). Toda a noite

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Cavaca, R. Elias Garcia, 209 (T. 930019); Flama, R. Elias Garcia, 78-B (T. 932485); Confiança, Av. D. Nuno Álvares Pereira, 15-A (T. 938149)

DAMAIA
Damaia, P. Alexandre Gusmão, 9-A (T. 970523)

VENDA NOVA
Nova, R. Elias Garcia, 10 (T. 972530)

QUELUZ
Gil, Av. Miguel Bombarda, 28 (T. 950117)

CACÉM
Garcia, Av. dos Missionários, 2 (T. 2942181)

MEM MARTINS
Quimica, E. de Mem Martins, 285 (T. 2910012)

S. PEDRO DE SINTRA
Valentim (T. 980456)

SINTRA

Misericórdia, Vila (T. 2930391)

COLARES
Abreja (T. 299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Munes, L. Coronel Ramos da Costa, 10 (T. 234137)

ALHOS VEDROS
Portugal, Av. da Bela Rosa, 8 (T. 204250)

ALMADA
Algarve, R. Fernão Lopes, 1 (T. 2750271)

BAIXA DA BANHEIRA
Nova Fátima, E. Nacional, 244-A (T. 2040141)

BARREIRO
Avenida, Av. Alfredo da Silva, 88 (T. 2073212)

COVA DA PIEDADE
Cerveira, R. P. 5 de Outubro, 18 (T. 2750254)

MOITA
Silva Rocha, P. da República, 16 (T. 239029)

MONTIJO
Giraldes, R. Almirante Reis, 45 (T. 2310008)

SESIMBRA
Lopes, R. Cândido dos Reis, 21 (T. 2233028)

SETÚBAL
Lisboa, R. Dr. Paulo Borba (T. 22248); Saio, Av. Portela (T. 22709)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (T. 2218580)

PORTO

TURNO 21

ATÉ ÀS 22 HORAS

Campos, R. Padre Luis Cabral, 943. Foz. Alves Moreira, Av. Rodrigues de Freitas, 167. Clerigos, R. dos Clerigos, 36. Cruz, R. de Costa Cabral, 1082. Monte dos Burgos, R. do Monte dos Burgos, 802. Aliança, R. da Conceição, 2. Guarani, R. Pedro Hispano, 367. Menezes de Lima, P. Dr. Pedro Teotónio Pereira, 227

TODA A NOITE

Lidador, R. do Lidador, 171. Estacio, R. Sa da Bandeira, 120. Botelho, R. da Alegria, 863. Maia, R. do Campo Alegre, 192

COIMBRA

Cruz Viegas, R. do Brasil, 154 (T. 22961); Donato, R. Ferreira Borges, 2 (T. 22603); Rainha Santa, R. Figueira da Foz, 11 (T. 24737)

cinemas

cinemas

cinemas

CASTIL

T. 530194 15, 17, 19 e 21.15

Colorido Int. a menores de 18 anos

Quando o amor livre tem encanto... não é imoral!

AMORES SEM FREIO

Realização de Gérard Kikoine Alex Nubarr e Alain Van Dame

IMPÉRIO

T. 555134/5 14.30, 18.00 e 21.15

M. 10 anos

LAWRENCE DA ARÁBIA

Peter O Toole-Alec Guinness e Omar Sharif

7 oscars-37 prêmios internacionais

POLITEAMA

T. 323805 14.15, 16.30, 19.00 e 21.30

Interdito a men. de 18 anos

MURRO ASSASSINO

Uma novidade das artes marciais em brutal acção sangrenta

VOX

T. 720808 14.15, 16.30, 19.00

Para todos

QUE FIZESTE NA GUERRA PAZINHO?

As 21.30 Int. men. de 18 anos

AMORES SEM FREIO

As 21.30 Int. men. de 18 anos

CARLOS MANUEL

Tel. 2930394 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

AMOR ENTRE MENORES

AVIS

Tel. 47163 15.30, 18.30 e 21.15

Não acons. men. 18 anos

O DEVER CONJUGAL

em 2.ª semana

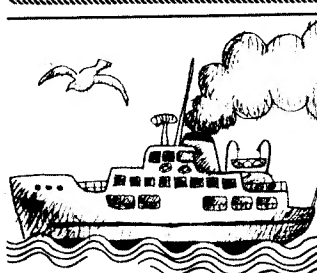
RESTELO

Tel. 610375 21.00

Interdito a menores de 18 anos

Anne Belle no papel de

LAURA



Cruzeiro a Troia

Dias 25 de Julho
8 e 22 de Agosto
5 e 19 de Setembro

Uma iniciativa do GITUS levada a efeito numa das modernas embarcações dos Caminhos de Ferro Portugueses

Preços adultos 150\$00
crianças 70\$00
Suplemento para almoço 50\$00

Horário: estação do Terreiro do Paço
embarque 08.00 horas
desembarque 20.30 horas

bilhetes a venda nas estações de Lisboa no GITUS
(tel. 53 98 71-36 2501-68 11 78)
e no seu Sindicato

Caminhos de Ferro Portugueses

BARES - BOITES

RESTAURANTES

TIPICOS

DANCINGS

NINA Dancing com atracções. Rua Paiva de Andrade, 7-13. (Tel. 364859, 368197). Marta Monica Stripteaseuse.

CASINO DO ESTORIL Jogo autorizado. Variedades internacionais. T. 264621/264946.

UNIVERSAL

Tel. 774402

As 17 h. 21.30 (N. ac. m/18 anos)

BOUDU QUERIDO

de Jean Renoir

14.30, 20.30 (N. ac. m. 18 anos)

PASSEIO AO CAMPO

ENCONTRO COM JEAN RENOIR

Sábado às 00.30 Int. m. 18 anos

O CIO DE ANDY WARHOL

Tel. 322523 14.00, 16.30, 18.45 e 21.15

Não acons. men. 13 anos

CAVALGADA FANTÁSTICA

com Lee Van Cleef - Catherine Spaak

2.ª semana

CAVALGADA FANTÁSTICA

com Lee Van Cleef - Catherine Spaak

2.ª semana

CAVALGADA FANTÁSTICA

com Lee Van Cleef - Catherine Spaak

2.ª semana

CAVALGADA FANTÁSTICA

com Lee Van Cleef - Catherine Spaak

2.ª semana

CAVALGADA FANTÁSTICA

com Lee Van Cleef - Catherine Spaak

2.ª semana

CAVALGADA FANTÁSTICA

com Lee Van Cleef - Catherine Spaak

2.ª semana

CAVALGADA FANTÁSTICA

com Lee Van Cleef - Catherine Spaak

2.ª semana

CAVALGADA FANTÁSTICA

com Lee Van Cleef - Catherine Spaak

2.ª semana

CAVALGADA FANTÁSTICA

com Lee Van Cleef - Catherine Spaak

2.ª semana

CAVALGADA FANTÁSTICA

com Lee Van Cleef - Catherine Spaak

2.ª semana

CAVALGADA FANTÁSTICA

com Lee Van Cleef - Catherine Spaak

2.ª semana

CAVALGADA FANTÁSTICA

com Lee Van Cleef - Catherine Spaak

2.ª semana

CAVALGADA FANTÁSTICA

com Lee Van Cleef - Catherine Spaak

2.ª semana

CAVALGADA FANTÁSTICA

com Lee Van Cleef - Catherine Spaak

2.ª semana

CAVALGADA FANTÁSTICA

com Lee Van Cleef - Catherine Spaak

2.ª semana

CAVALGADA FANTÁSTICA

com Lee Van Cleef - Catherine Spaak

2.ª semana

CAVALGADA FANTÁSTICA

com Lee Van Cleef - Catherine Spaak

2.ª semana

CAVALGADA FANTÁSTICA

com Lee Van Cleef - Catherine Spaak

2.ª semana

CAVALGADA FANTÁSTICA

com Lee Van Cleef - Catherine Spaak

2.ª semana

CAVALGADA FANTÁSTICA

com Lee Van Cleef - Catherine Spaak

2.ª semana

CAVALGADA FANTÁSTICA

com Lee Van Cleef - Catherine Spaak

2.ª semana

CAVALGADA FANTÁSTICA

com Lee Van Cleef - Catherine Spaak

2.ª semana

CAVALGADA FANTÁSTICA

com Lee Van Cleef - Catherine Spaak

2.ª semana

CAVALGADA FANTÁSTICA

com Lee Van Cleef - Catherine Spaak

2.ª semana

CAVALGADA FANTÁSTICA

com Lee Van Cleef - Catherine Spaak

2.ª semana

CAVALGADA FANTÁSTICA

com Lee Van Cleef - Catherine Spaak

2.ª semana

CAVALGADA FANTÁSTICA

com Lee Van Cleef - Catherine Spaak

2.ª semana

CAVALGADA FANTÁSTICA

com Lee Van Cleef - Catherine Spaak

2.ª semana

CAVALGADA FANTÁSTICA

com Lee Van Cleef - Catherine Spaak

2.ª semana

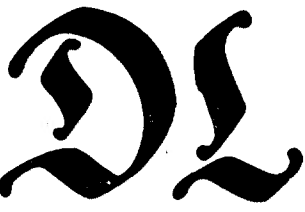
outros espectáculos

LISBOA/Teatros

LAURA ALVES
20.45 e 22.45 (18 anos)

«Vamos Trocar de Mulheres»

TE



RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO GERAL
 RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
 TEL. 654531/2/3/4
REDAÇÃO, SERVIÇOS TÉCNICOS E PUBLICIDADE
 RUA LUZ SORIANO, 44
 TEL. 321154/5, 320271/2/3
 RUA DA ROSA, 75
 END. TEL. DÍBOA TELEX 12363
 LISBOA PORTUGAL

REESTRUTURAÇÃO DA CELULOSE

Para quando o fabrico de papel de jornal?

Acaba de ser criada a Empresa de Celulose e Papel de Portugal, EPP, abreviadamente denominada Portucel, na sequência das conclusões a que se chegou no âmbito da Comissão de Reestruturação da Indústria de Celulose.

Esta comissão, criada em Maio último, analisou a situação das empresas do sector, na perspectiva de encontrar soluções que respondessem ao objectivo da nacionalização das empresas da indústria de celulose, de modo a assegurar o planeamento integrado desta indústria, optimizar a utilização das actuais unidades fabris, racionalizando o aproveitamento dos recursos existentes e procurando uma diferente composição das exportações do sector (celulose e papel), de modo a aumentar o valor acrescentado incorporado, contribuindo assim para a melhoria da balança comercial.

A Portucel engloba as seguintes empresas: CPC — Companhia Portuguesa de Celulose; Socel — Sociedade Industrial de Celulose; Celtejo — Celulose do Tejo; Celnorte — Celulose do Norte; e Celuloses do Guadiana, todas nacionalizadas.

Seria desejável, agora que a reestruturação do sector começa a concretizar-se, que o Governo procurasse resolver o problema do papel de jornal, que continuamos a importar na totalidade.

Além das divisas que perdemos, constitui um exemplo flagrantemente inútil e muito prejudicial dependência económica em relação ao exterior. Lembremos, a propósito, que empresas estrangeiras fornecedoras de papel de jornal têm vindo a exigir o pagamento antecipado dos fornecimentos de papel de jornal. Quem está interessado na continuação desta dependência?

Conselho de Imprensa "é constitucional"

Referindo-se a uma notícia publicada num diário do Porto que afirma ser inconstitucional a existência do Conselho de Imprensa em interpretação do Art.º 17.º da Lei de Imprensa, pois «a partir da data da tomada de posse do Governo socialista estaria automaticamente extinto», aquele organismo divulgou um comunicado no qual refere nomeadamente:

«Entende o C.I. ser completamente errada essa interpretação, dado que o referido artigo da Lei de Imprensa, ao afirmar que o Conselho funcionará junto do Ministério da Comunicação Social durante o período de vigência do Governo, deixa em aberto que logo que entre em funcionamento a Assembleia da República esta se pronuncie sobre a continuação do exercício do Conselho em condições de independência do poder político e do poder económico, conforme a própria Lei de Imprensa dispõe. Aliás, e por ser assim quando da entrada em funcionamento da A.R., o Conselho solicitou ao presidente daquela que a mesma

sancionasse ou não a existência do C.I. e, na hipótese afirmativa, providenciasse quanto à sua instalação em condições de independência.»

Frísando que esta é a única interpretação correcta, o C.I. refere que o próprio Governo Constitucional, dias depois de ter tomado posse, se dirigiu àquele Conselho agradecendo a sua intervenção no problema das tarifas aplicadas às publicações periódicas e solicitando a sua colaboração para resolução do caso.

PROENÇA DE CARVALHO

O dr. Proença de Carvalho, director do «Jornal Novo», foi ontem eleito para o cargo de representante dos directores das publicações periódicas pela Imprensa Diária no Conselho de Imprensa.

A eleição decorreu na Associação da Imprensa Diária e nela participaram mandatários dos directores de 12 jornais de Lisboa.

Imprensa estatizada reúne-se esta tarde

As administrações da Empresa Nacional de Publicidade (proprietária do «Diário de Notícias»), da Sociedade Gráfica «A Capital» e da Empresa do «Jornal do Comércio» reúnem-se esta tarde, na sede da primeira, para apreciação de um documento que serva de base à proposta de fusão da terceira com as da ENP e Capital, nos termos do despacho de 22 de Julho do Ministério da Comunicação Social.

Foi também decidido promover a breve prazo uma reunião

com as direcções e chefias de redacção dos três jornais a fim de preparar a transferência do noticiário especializado do «JC» para os outros dois jornais estatizados.

Entretanto, e face à situação actual da Imprensa (nomeadamente a nacionalizada), e as implicações que o decreto sobre as fusões e a reestruturação terá para os trabalhadores, o Sindicato dos Trabalhadores na Imprensa realizará na próxima segunda-feira uma conferência de Imprensa, na sede do sindicato.

Primeiro Congresso dos G.D.U.P.'s de 2 a 4 de Outubro em Lisboa

O primeiro Congresso dos GDUP' s está marcado para os dias 2, 3 e 4 de Outubro próximo — foi anunciado esta manhã em Conferência de Imprensa pela Comissão Nacional Provisória da Unidade Popular. O congresso não se destina a constituir qualquer novo partido político mas sim a reforçar os GDUP' s e a levar por diante o movimento de unidade popular.

No decorrer da Conferência de Imprensa, com a mesa constituída por José Luís Ganhão, Luís Moita, Luís Salgado Matos, João Vieira Lopes e José Araújo, foi anunciada ainda a posição dos GDUP' s face ao governo-P.S. e às eleições para as autarquias locais e criticadas recentes posições do P.C.P. (R.), organização que não está, aliás, representada na Comissão Nacional Provisória da Unidade Popular.

Os GDUP' s definem a sua atitude como de «oposição revolucionária ao Governo P.S.» na medida em que este se «propõe governar com um programa antipopular, a ser executado por uma equipa ministerial predominantemente de direita, ao serviço da recuperação do capitalismo».

Quatro pontos estão na origem da posição dos GDUP' s face ao Governo-P.S.

Consideram-no um Governo da direita do Partido Socialista, acusam-no de estar recheado de contradições, e sustentam que é nitida a dependência em relação ao estrangeiro. Por último definem a tática da direita perante o Governo.

Na opinião dos GDUP' s «o novo Governo tem uma composição predominantemente de direita. A entrega de pastas como a da Defesa ao spinolista Firmino Miguel, como a dos Negócios Estrangeiros a Medeiros Ferreira — partidário do alinhamento pelos interesses da Europa Ocidental e dos Estados Unidos —, a nomeação de Cunha Rego para o cargo de Adjunto de Mário Soares e de elo de ligação ao Presidente da República, são alguns dos aspectos mais inquietantes da composição deste Governo».

No que respeita às contradições, apesar de o Governo pretender salvaguardar as aparências progressistas, o programa do Governo «não deixa margens para dúvidas sobre as intenções de tudo fazer para tentar restaurar o capitalismo em Portugal e de fazer pagar a crise às classes trabalhadoras».

«Tentar sobreviver à custa da crescente dependência em relação ao estrangeiro» é, na análise dos GDUP' s a escolha feita pelo Governo. Assim sendo, «é o progressivo endividamento, traduzido nos empréstimos externos para comprar bens de consumo. É a política de tentar a integração no Mercado Comum. É um programa económico cuja primeira condição de viabilidade assenta num aumento explosivo de investimentos estrangeiros. É a crescente fascização das Forças Armadas e a sua integração na NATO com o consequente reforço da dependência militar cada vez mais descarada.

E em geral a subordinação à política do imperialismo alemão e americano».

A TÁCTICA DA DIREITA PERANTE O GOVERNO

«O inimigo principal dos trabalhadores não é o P.S. O inimigo principal é a direita mais reacçãoária». E os GDUP' s reflectem: «Este Governo não é ainda o Governo que a direita e o imperialismo desejam, mas um grupo de que a burguesia se quer servir para abrir caminho a um verdadeiro Governo de direita». A tática é simples: «Utilizar o P.S. para enfraquecer o campo popular e, ao mesmo tempo, queimar o próprio P.S.».

As eleições para as autarquias locais são outro dos temas-base. Os GDUP' s propõem-se apresentar candidaturas de unidade popular. Nelas terão lugar todos os que apoiaram Otelo. Se por um lado a Constituição Política prevê que nas eleições para as Assembleias de Freguesias possam concorrer, a par dos partidos políticos, grupos de cidadãos, quanto às Câmaras Municipais ainda nada está determinado. Assim, os GDUP' s mostram-se firmemente dispostos a lutar para que a lei eleitoral consagre a possibilidade de apresentação de candidaturas por grupos de cidadãos para as Assembleias e Câmaras Municipais.

3 tomes

AS CORES DAS ONDAS

As ondas do mar são brancas, mesmo em Sines. Mas ali perto, no Monte do Mundo, há ondas de outras cores...

Referimo-nos à «lfa Portuguesa de Radiodifusão S.A.R.L.», ligada à «Pro-Funk», a qual, com os seus emissores teve de sair de Marrocos, quando expirou o seu contrato com aquele país. Com pessoal principescamente pago, a referida organização ocupa-se da difusão dos programas para emigrantes. Tem fama de estar ligada à Rádio Europa Livre, vulgarmente acusada de ligações com a CIA, etc.

Enfim, ondas radiofónicas de várias cores.

OS AMIGOS E OS INIMIGOS

De um dos panfletos que o padre de Sangalhos, habitualmente, distribui no dia da missa dominical:

«Gerada sob pressão comunista, a Constituição foi incapaz de pronunciar o nome de Deus! E Portugal nem 5 por cento terá de ateus... Temos pois uma Constituição neutra. Mas perante Deus não se é neutral. Quem por Ele não for abertamente, é Seu inimigo. Cristo o afirmou. Acaso abençoará Deus este regime?»

Nafta em Porto Brandão

Polícia suspeita de navio inglês

Nafta largada, segundo a Polícia Judiciária, presumivelmente pelo petroleiro inglês «Border Chieftain», ao largo do cais da Esso, invadiu nas últimas horas as praias da Trafaria e do Porto Brandão, poluindo as águas e o areal, e destruindo a pintura e os cabos de amarração de dezenas de embarcações de pesca.

«Para além do prejuízo de mais de mil escudos, vou ainda ser obrigado a estar parado oito ou dez dias, pois o barco ficou impróprio para a faina», declarou à nossa reportagem o pescador Romeu Ferreira, uma das vítimas da espessa camada de óleo que atinge à volta de duas milhas de extensão.

Aquelas duas praias são frequentadas sobretudo por filhos de marítimos e de operários de unidades fabris existentes na zona, os quais, face aos elevados preços dos bilhetes para a Costa da Caparica, irão assim ficar privados de praia por largo período.

A Polícia Marítima, que já recolheu as declarações do capitão do «Border Chieftain», aguarda agora o resultado da análise às amostras recolhidas, a cargo da Comissão de Defesa Contra a Poluição do Tejo, através do Instituto Hidrográfico, para só então tornar público o resultado das investigações sobre este condenável incidente.

«FERRY-BOATS» PARADOS PARA OBRAS

Entretanto, uma decisão da Companhia «Transtejo» condu-

ziu à suspensão das carreiras de «ferry-boats» entre Porto Brandão e Belém, «por motivos técnicos relacionados com a reparação dos pontões».

Esta medida atinge gravemente elevado número de vendedores de peixe que, a partir de agora, serão obrigados a desviar o percurso para Cacilhas, com o consequente agravamento da sua situação económica.

«A nossa sobrevivência está em perigo, até porque a «Transtejo» admite no comunicado a abolição definitiva deste serviço», afirmou ao «DL» o peixeiro Manuel Fernandes, que há quase vinte anos fazia diariamente aquele trajeto.



A «maré negra» na margem esquerda do Tejo

Preso um bombista no Porto

A Polícia Judiciária deteve esta manhã no Porto, Ramiro Manuel Reis Moreira, divorciado, de 35 anos, apreendido, ao mesmo tempo, importante material de guerra, incluindo explosivos, na posse do detido.

O indivíduo capturado, que se cre ser um dos mais activos bombistas da região norte, é natural da freguesia de Massarelos, do Porto, possuía duas residências na cidade, uma na Praça da República e outra na Rua Faria Guimarães. Nestas duas moradias foram encontradas 2 granadas, 2 pistolas, 1 espingarda automática, 3 cargas de explosivos e grande quantidade de munições.

Admite-se em círculos da Polícia Judiciária, que esta prisão poderá vir a esclarecer muitas das actividades bombistas no País, e, naturalmente, levar à prisão de outros responsáveis pela violência terrorista, de carácter fascista.

Carrillo

Continuação da pag. 1

aos partidos políticos para exercerem livremente a sua actividade, o estivo para a constituição de um Governo de reconciliação nacional e a eleição de uma Assembleia Constituinte. Preconiza ainda o alargamento da amnistia a todos os presos políticos, em particular os chamados «terroristas».